



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED

Nara Faria Silva Marques

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS

GERAIS - CAMPUS MURIAÉ: uma análise do Programa de Atendimento aos

Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica

Diamantina - MG

2022

Nara Faria Silva Marques

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS
GERAIS - CAMPUS MURIAÉ: uma análise do Programa de Atendimento aos
Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Geórgia Fernandes Barros

Diamantina - MG

2022

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

M357 Faria Silva Marques, Nara
2022 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE
MINAS GERAIS - CAMPUS MURIAÉ [manuscrito] : uma análise do
Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição
Socioeconômica / Nara Faria Silva Marques. -- Diamantina,
2022.
126 p.

Orientador: Prof. Geórgia Fernandes Barros.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) --
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Diamantina, 2022.

1. Educação. 2. Instituto federal Sudeste de Minas Gerais.
3. Política de assistência estudantil. 4. Evasão. 5.
Rendimento acadêmico. I. Barros, Geórgia Fernandes. II.
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecário Rodrigo Martins Cruz / CRB6-2886
Técnico em T.I. Thales Francisco Mota Carvalho

Nara Faria Silva Marques

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS
GERAIS - CAMPUS MURIAÉ: uma análise do Programa de Atendimento aos
Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Vale de Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Geórgia Fernandes Barros

Data de aprovação: 31/01/2022

Documento assinado digitalmente
 Geórgia Fernandes Barros
Data: 01/02/2022 22:41:25-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Geórgia Fernandes Barros
Universidade Federal do Vale de Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Documento assinado digitalmente
 JOAO ANTONIO GOMES PEREIRA
Data: 11/02/2022 08:37:13-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. João Antônio Gomes Pereira
Universidade Federal do Vale de Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Documento assinado digitalmente
 IVANA CARNEIRO ALMEIDA
Data: 07/02/2022 14:54:12-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Ivana Carneiro Almeida
Universidade Federal do Vale de Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Documento assinado digitalmente
 MARCIO COUTINHO DE SOUZA
Data: 07/02/2022 09:17:18-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Márcio Coutinho De Souza
Universidade Federal do Vale de Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Diamantina

Dedico este trabalho...

A toda minha família, com amor!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por sempre me mostrar que a fé é essencial em todos os momentos e mesmo diante das dificuldades me fazer enxergar que nada é impossível. Agradeço por ter colocado tantos anjos durante todo esse processo que me ajudaram na execução deste trabalho, com certeza sozinha seria impossível.

Agradeço a minha mãe, Selma, por ser meu porto seguro e por sempre acreditar em mim; ao meu pai, Laíde, pelo carinho e apoio constante. Agradeço ao meu esposo, Daniel, pelo carinho e por ter compreendido a minha ausência durante esse tempo, obrigada pelo apoio e paciência. Em especial o meu agradecimento é para minha querida filha, Mariana, que é a minha inspiração e essa trajetória fica como exemplo de que a educação é sim uma das principais ferramentas para um mundo melhor.

A minha irmã, Natália, obrigada por ser o meu ombro amigo e incentivadora. Agradeço ao meu cunhado, Wagner, por toda ajuda e por ter sido tão prestativo durante esse processo; e minha querida sobrinha, Alice, que com o seu sorriso nos ensina que o importante da vida é ser feliz.

Agradeço a minha orientadora, Geórgia, por toda contribuição.

Aos professores que fizeram parte dessa caminhada, obrigada por todo o conhecimento repassado, todas as aulas foram essenciais nessa trajetória. Aos professores da banca, agradeço todas as sugestões, com certeza contribuíram no desenvolvimento dessa dissertação.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial Natália e Ludmila pelas palavras carinhosas e pelo encorajamento.

Agradeço aos meus amigos do mestrado, Karina, Maria Aparecida, Gabriela e Karla que foram acolhedoras durante as semanas das aulas presenciais e que tornaram os dias em Teófilo Otoni menos sofridos. Agradeço aos meus primos Henrique e Luara por terem me acolhido em sua casa.

Agradeço a todos os meus familiares, tias, tios, primos e primas pelas constantes orações e carinho. Obrigada Sarah e Lulu por toda ajuda.

Agradeço a todos os servidores do IF Sudeste MG, que me auxiliaram e me ajudaram durante todo esse processo. Ao meu setor, biblioteca, obrigada pelo apoio. Aos servidores da secretaria, TI, financeiro e demais que de alguma forma me ajudaram. Em especial não podia deixar de agradecer a Manu, que foi a responsável por fazer escolher e

amar o tema desta dissertação. Fica aqui a minha admiração pelo seu comprometimento e dedicação, obrigada por todo apoio e ajuda.

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre ainda no meio da tristeza! A vida inventa! (Guimarães Rosa)

RESUMO

Objetivou-se nesse estudo avaliar os efeitos do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – campus Muriaé sobre o rendimento acadêmico, taxa de evasão e retenção escolar no ano 2019 dos discentes matriculados no curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroecologia. Os procedimentos metodológicos adotados foram análises bibliográficas e documentais. Foram analisados 158 requerimentos de matrículas do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroecologia no ano de 2019. A abordagem utilizada foi quantitativa, obtida através do uso do método *Propensity Score Matching* (PSM), com a finalidade de avaliar a efetividade das políticas públicas. Os resultados apontam que houve uma redução no orçamento no período de 2017 a 2019, diminuindo o número de benefícios. Dentre os 158 requerimentos analisados, 18,35% são beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica, e entre esses, 62% são do gênero feminino, 58,6% se autodeclararam pardas e todos os beneficiários possuem renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio, o que reflete o efeito positivo do PNAES na tentativa de reduzir a desigualdade social. Com relação aos índices de evasão escolar, rendimento acadêmico e retenção, a assistência estudantil influenciou diretamente nos dois primeiros índices, diminuindo a evasão e melhorando o rendimento acadêmico.

Palavras chave: Educação; IF Sudeste MG; Política de assistência estudantil; Evasão.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the effects of the Assistance Program for Students in Low Socioeconomic Condition of the Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais - Muriaé campus on academic performance, dropout rate and school retention in the year 2019 of students enrolled in the Technical Course Integrated to High School in Agroecology. A total of 158 enrollment requirements for the High School Integrated in Agroecology Technical Course during the year of 2019 were analyzed. The approach used was quantitative, obtained through the use of the Propensity Score Matching (PSM) method, in order to assess the effectiveness of public policies. The results indicate that there was a budget reduction in the period from 2017 to 2019, reducing the number of benefits granted. Among the 158 applications analyzed, 18.35% are beneficiaries of the Program for Assistance to Students in Low Socioeconomic Condition, and among these, 62% are female, 58.6% self-declared brown skin; and all beneficiaries have per capita income of up to a minimum wage and a half, which reflects the positive effect of the PNAES in an attempt to reduce social inequality. Regarding the dropout, academic performance and retention rates; student assistance directly influenced the first two rates, reducing dropout rates and improving academic performance.

Key words: Education; IF Sudeste MG; Student Assistance Policy; Dropout.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Problema público	30
Figura 2 – Modelo de sistema de implementação da Assistência Estudantil	34
Figura 3 – Distribuição geográfica das unidades do IF Sudeste MG	57
Gráfico 1 – Renda <i>per capita</i> mensal dos cadastrados no CAD único.....	78
Gráfico 2 – Porcentagem referente aos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019.....	90
4	
Gráfico 3 – Porcentagem de alunos matriculados no ano de 2019, conforme o ano de ingresso.....	90
Gráfico 4 – Porcentagem referente ao gênero alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019.....	91
Gráfico 5 – Porcentagem das idades dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019.....	92
Gráfico 6 – Porcentagem referente à raça autodeclaradas pelos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019.....	93
Gráfico 7 – Porcentagem referente à renda <i>per capita</i> dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019.....	95
Gráfico 8 – Porcentagem referente à escolaridade dos responsáveis dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019.....	96
Gráfico 9 – Porcentagem da procedência escolar dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019	97
Gráfico 10 – Porcentagem referente ao local de moradia alunos beneficiário e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019.....	98

Gráfico 11 – Quantitativo referente ao número de repetências na trajetória escolar dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no a no de 2019	99
Gráfico 12 – Quantitativo referente à evasão dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019.....	100
Gráfico 13 – Índice de Evasão e retenção no IF Sudeste MG – campus Muriaé no ano de 2019.....	100
Gráfico 14 – Curva de densidade de Kernel para o rendimento dos tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), antes e após o pareamento.....	103
Gráfico 15 – Curva de densidade de Kernel para repetência dos tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), antes e após o pareamento.....	105
Gráfico 16 – Curva de densidade de Kernel para evasão dos tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), antes e após o pareamento.....	107
Quadro 1 – Variáveis utilizadas nos trabalhos sobre AE nos Institutos Federais.....	64
Quadro 2 – Forma funcional das variáveis usadas para estimar o efeito tratamento.....	73
Quadro 3 – Métodos utilizados no presente trabalho.....	74
Quadro 4 – Descrição das variáveis.....	75
Quadro 5 – Estatísticas descritivas dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos estudantes em Baixa Condição Socioeconômica.....	101
Quadro 6 – Resultados do rendimento com a aplicação do PSM, estimado por vários métodos.....	102
Quadro 7 – Resultados da repetência com a aplicação do PSM, estimado por vários métodos.....	104
Quadro 8 – Resultados da evasão com a aplicação do PSM, estimado por vários métodos...	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Despesa relacionada à ação 2449.....	82
Tabela 2 – Despesas relacionadas à AE do IF Sudeste MG.....	82
Tabela 3 – Despesas relacionadas à AE do IF Sudeste MG – campus Muriaé.....	84
Tabela 4 – Valores executados, números de matrículas e de auxílios concedidos.....	85
Tabela 5 – Recursos dos programas da AE do IF Sudeste MG – campus Muriaé.....	86
Tabela 6 – Modalidades referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ATT	Average Treatment Effect on Treated
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CGARA	Coordenação Geral de Assunto e Registros Acadêmicos
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CR	Coefficiente de Rendimento
CTU	Colégio Técnico Universitário
DAE	Departamento de Assistência Estudantil
EAD	Ensino a Distância
EP	Escore de Propensão
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários
FORPLAN	Fórum de Planejamento e Administração
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IF Sudeste MG	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
IFNMG	Instituto Federal Norte de Minas Gerais
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
PAE	Programa de Assistência Estudantil

PAM	Programa de Assistência Matemática
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
Promisae	Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSM	<i>Propensity Score Matching</i>
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGAEDU	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
TCU	Tribunal de Contas da União
TG	Tesouro Gerencial
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 Objetivos da pesquisa.....	25
<i>1.1.1 Objetivo geral.....</i>	<i>25</i>
<i>1.1.2 Objetivos específicos.....</i>	<i>25</i>
1.2 Justificativa	26
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	27
2.1 Políticas públicas.	27
<i>2.1.1 Políticas públicas de educação no Brasil.....</i>	<i>40</i>
2.2 A trajetória da Assistência Estudantil no Brasil e suas finalidades.....	45
2.3 A educação profissional e a expansão dos Institutos Federais.....	52
<i>2.3.1 A política de assistência estudantil do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais....</i>	<i>58</i>
2.4 Estudos relacionados ao Programa de Assistência Estudantil nos Institutos Federais.....	61
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	67
3.1 Quanto aos objetivos.....	67
3.2 Quanto às fontes de informação.....	67
3.3 Quanto à natureza dos dados.....	68
3.4 Quanto à coleta de dados.....	69
3.5 Quanto ao tratamento dos dados.....	70
3.6 Bases de dados e indicadores.....	75
3.7 Quanto ao cenário e objeto da pesquisa.....	76
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	81
4.1 Análise descritiva da Execução orçamentária da Assistência Estudantil do IF Sudeste MG – campus Muriaé.....	81
4.2 Análise descritiva do Perfil socioeconômico.....	88
4.3 Resultados do <i>Propensity Score Matching</i> (PSM).....	101
<i>4.3.1 Efeito tratamento sobre o rendimento acadêmico.....</i>	<i>101</i>
<i>4.3.2 Efeito tratamento sobre a repetência.....</i>	<i>103</i>
<i>4.3.3 Efeito tratamento sobre a evasão.....</i>	<i>106</i>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....109

REFERÊNCIAS 113

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito social fundamental de todos os cidadãos, e a partir da constituição de 1988 foi atribuída ao Estado à responsabilidade em ofertar a educação básica obrigatória e gratuita. O sistema educacional deve disponibilizar um ensino de qualidade que deve colaborar com o desenvolvimento econômico, cultural e conseqüentemente, para uma sociedade com menos desigualdades socioeconômicas.

Diante de tais premissas, as instituições de ensino têm a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania. Desta forma, é necessária a democratização do ensino, que possibilite não apenas ampliação ao acesso a educação, mas também de ações que auxiliem na permanência dos alunos nessas instituições de ensino.

Dentre as medidas do Ministério da Educação (MEC) para aumentar o acesso nas instituições privadas de ensino superior, destaca-se o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que é destinado a financiar a graduação e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o qual visa ofertar bolsas de estudos integrais ou parciais.

Nas instituições públicas, o governo criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior e criar condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

Com relação ao incentivo para a garantia da permanência, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que prevê auxílios financeiros para diminuir a evasão e a retenção dos estudantes.

O programa foi instituído por meio da Portaria Normativa nº 30 de 12 de dezembro de 2007. No dia 19 de julho de 2010, foi assinado o Decreto 7.234 o qual é executado no âmbito do Ministério da Educação que tem como propósito democratizar as condições de permanência no ensino superior, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Conforme esse mesmo decreto, no art. 4º, as ações da Assistência Estudantil (AE) devem ser executadas pelas instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sendo assim diante da especificidade desta

última instituição em ofertar cursos profissionais o corpo discente é formado por alunos de ensino médio e ensino superior. Entretanto, conforme a legislação, para atender as necessidades dos alunos, a AE será ofertada para todos independentes do curso em que estejam matriculados, desde que se enquadrem nos requisitos definidos pelo decreto e pela diretriz da instituição.

Diante da regularização do PNAES, o Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais elaborou a sua diretriz de AE, autorizada pelo reitor, e implementada pela Portaria-R nº 164 de 14 de março de 2011, que foi atualizada pela Portaria-R nº 660 de 22 de julho de 2015. De acordo com a referida diretriz, foram criados dois programas, a saber: o Programa de Atendimento Universal aos Estudantes e o Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica. Esse último visa contribuir para a permanência e a conclusão do aluno em situação econômica desfavorável, que deverá ser comprovada por meio de estudo socioeconômico realizado pelo assistente social. Para participar, o discente deve estar regularmente matriculado em curso presencial.

Conforme o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, as instituições federais possuem autonomia para utilizar o recurso conforme as suas demandas, peculiaridades locais e características regionais (BRASIL, 2010). Desta forma, elas podem implementar diversas ações com a finalidade de viabilizar a igualdade de oportunidade e contribuir na melhoria do desempenho acadêmico para que haja redução na retenção e evasão. A AE visa atender prioritariamente aos estudantes de escola pública ou com renda de até um salário mínimo e meio *per capita* para evitar e/ou diminuir os índices de repetência e evasão (BRASIL, 2010). Por essa razão, essa política pública apresenta diversas formas de ser executada dentro de cada instituição de ensino.

O PNAES deixa claro, em relação aos seus objetivos, a necessidade de manter altos índices de permanência e êxito dos alunos de ensino médio e superior nas instituições federais. Para isso, conforme o decreto 7.234/2010 as instituições de ensino deverão fixar, mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES (BRASIL, 2010), sendo necessário utilizar ferramentas que avaliem efetivamente os resultados destas políticas públicas sobre tais índices. Sendo assim, torna-se necessário debater e agregar informações sobre a assistência estudantil do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – campus Muriaé, portanto, é necessário que seja realizado um estudo com o propósito de analisar o cumprimento dos objetivos propostos pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica.

No âmbito desse contexto, o presente trabalho se direciona a responder o seguinte questionamento: qual(is) o(s) efeito(s) do programa de auxílio estudantil no IF Sudeste MG - campus Muriaé sobre o rendimento acadêmico, taxa de evasão e retenção escolar?

Para tanto, o estudo está dividido em seis partes: introdução, revisão de literatura, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos resultados, considerações finais e referências. Após a introdução, será apresentado o referencial teórico que irá abarcar sobre as políticas públicas de forma a descrever o seu conceito e funcionamento para que seja possível explicar como essas ações ocorrem dentro da educação no Brasil. A partir disso, será possível descrever sobre a AE, expondo um breve histórico da trajetória dessa política pública. Em seguida, será abordada a instituição no qual foi realizada a pesquisa, e sua política de AE e, para melhor entendimento, foi realizado um estudo com levantamento de trabalhos relacionados ao Programa de AE nos Institutos Federais. Logo após serão apresentados a metodologia utilizada no estudo, os resultados, as discussões dos dados coletados, as considerações finais e resultados finais.

1.1 Objetivos da pesquisa

1.1.1 Objetivo geral

Avaliar os efeitos do Programa de Atendimento aos estudantes em Baixa Condição Socioeconômica do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – campus Muriaé sobre o rendimento acadêmico, taxa de evasão e retenção escolar no ano 2019 dos discentes matriculados no curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroecologia.

1.1.2 Objetivos específicos

- Avaliar a execução orçamentária do Instituto Federal Sudeste de Minas – campus Muriaé, bem como a destinação de recursos para o Programa de Atendimento aos estudantes em Baixa Condição Socioeconômica durante o período de 2017 a 2019;
- Descrever o perfil dos discentes matriculados no ano de 2019 do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroecologia;
- Estimar os efeitos do recebimento do auxílio estudantil do Programa de Atendimento aos estudantes em Baixa Condição Socioeconômica sobre os índices o

rendimento acadêmico, taxa de evasão e retenção escolar dos estudantes do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroecologia matriculados no ano 2019.

1.2 Justificativa

O interesse pelo estudo de política de permanência surgiu devido à importância dessa temática no ensino público, visto que a inclusão social na educação não será efetivada apenas com a política de democratização de acesso das camadas sociais historicamente excluídas. O aumento de vagas e a possibilidade de ingresso ampliado ainda não é o suficiente para que os alunos de baixa condição socioeconômica tenham uma trajetória universitária bem-sucedida, é preciso atentar com relação à permanência dos estudantes, que só se concretizará com a existência de uma eficaz e ampliada política de assistência estudantil.

Trabalhando atualmente no Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – campus Muriaé, despertou-se o interesse em conhecer sobre a política pública de assistência estudantil. Sendo assim, diante da busca por mais informações, a fim de compreender melhor essa temática, observou-se que nesta instituição, não há nenhum estudo científico relacionado à AE, dessa forma, surgiu a necessidade de pesquisar sobre o tema para de fato verificar se essa política pública atinge os objetivos definidos pelo decreto 7.234/2010. A pesquisa possibilitará melhor conhecimento sobre tal assunto, e até mesmo aperfeiçoamento por parte da gestão conforme os resultados que serão obtidos.

Conforme o relatório de gestão do IF Sudeste MG, do ano de 2018 e 2019, o programa de assistência estudantil atendeu, respectivamente, 2.444 e 2.775 estudantes. É possível então perceber sua importância para atender os alunos vulneráveis socioeconomicamente.

De posse dos dados coletados com a execução da pesquisa, será possível obter um panorama da assistência estudantil ofertada no IF Sudeste de Minas Gerais – campus Muriaé e seus efeitos sobre os resultados esperados pela alocação dos recursos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Para a consecução dos objetivos do presente trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica referente à assistência estudantil com o propósito de compreender mais precisamente o assunto. Sendo assim, a revisão de literatura irá abranger a temática relacionada às políticas públicas, enfatizando o seu conceito e funcionamento. Dentre as classificações das políticas públicas serão abordadas mais especificamente as políticas públicas sociais, dando ênfase à educação. Será apresentada uma breve história da trajetória da assistência estudantil no Brasil, e em seguida será abordado o histórico da expansão dos Institutos Federais. Por fim, será apresentado o local de estudo, Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais e sua diretriz de assistência estudantil e para melhor conhecimento, serão abordados estudos de vários trabalhos, que tiveram pesquisas relacionadas ao Programa de Assistência Estudantil no âmbito dos Institutos Federais.

2.1 Políticas públicas

De forma a compreender sobre a assistência estudantil, que é uma política pública no âmbito da educação, este tópico tem o propósito de explicitar o conceito de política pública, demonstrando a sua importância no âmbito do direito de todos os cidadãos. Com base em alguns autores, será exposto o conceito, o ciclo de funcionamento e suas subdivisões.

Para manter os direitos e o ambiente harmonioso entre os indivíduos em uma coletividade, torna-se essencial a presença do Estado na manutenção da coesão e do bem-estar social. O Estado tem como finalidade organizar a sociedade através de políticas públicas focalizadas e universais (SILVA *et al.*, 2017). Para melhor compreender esta seção é importante descrever o que é sociedade, Estado e governo.

Segundo Dallari (2013) sociedade são agrupamentos humanos que têm um fim próprio que busca atingir o bem comum através de manifestações e que se submetem a um poder. Sendo assim, existe uma pluralidade de sociedades, cada qual com seus interesses, porém apresentando três características comuns: uma finalidade ou valor social; manifestações de conjunto ordenadas; e o poder social.

Conforme esse mesmo autor existem muitos conceitos do que é o Estado e através de vários estudos ele conceitua como:

Ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território. Nesse conceito se acham presentes todos os elementos que compõem o Estado, e só esses elementos. A noção de poder está implícita na de soberania, que, no entanto, é referida como característica da própria ordem jurídica. A politicidade do Estado é afirmada na referência expressa ao bem comum, com a vinculação deste a um certo povo e, finalmente, territorialidade, limitadora da ação jurídica e política do Estado, está presente na menção a determinado território (DALLARI, 2013, p. 45).

De acordo com Pereira (2017, p. 162) o Estado “é a ordem jurídica e a organização ou aparelho soberano que a garante”. Nessa definição ele esclarece que o Estado é soberano, e não só tem o poder como ele é o poder. Ao mencionar sobre a ordem jurídica, expõe sobre a lei universal que tem poder coercitivo, além do papel de coordenar e regular toda a atividade social. A organização ou aparelho são os oficiais públicos (políticos e burocratas e militares) dotados do poder de legislar e tributar.

Diante das definições expostas anteriormente é importante ressaltar que Estado é diferente de governo. Segundo a autora Höfling (2001), o primeiro é considerado como um conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais e exército, já o segundo, é considerado como conjunto de programas e projetos que parte da sociedade, juntamente com os políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros, no qual apresenta orientação política do governo para executar determinadas atividades e funções de Estado por um determinado período.

O governo é a instância máxima de administração executiva, tendo como principal função regular a sociedade politicamente e direcionar políticas públicas. Suas ações estão relacionadas aos interesses políticos, às estratégias partidárias e ideologia de diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, para que as demandas sejam atendidas pelo Estado, são necessários debates, além de organizações sociais que irão pressionar o governo para a execução de determinadas políticas públicas (SILVA *et al.*, 2017).

De acordo com Caldas (2008), para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, o governo traça metas, ações e planos, os quais entendem ser a demanda ou expectativa da sociedade que após a formulação e as definições dos limites espaciais e temporais, tornam-se projetos ou programas.

A palavra ‘política’ possui uma série de valores semânticos na língua portuguesa, o que a difere da língua inglesa, cujas conotações são diferenciadas pelos termos *polity*, *politics* e *policy*. O primeiro termo, *polity*, se refere às instituições políticas, onde acontecem os processos sociais. Apresentam regras formais (regras, estatutos etc.) e as informais (cultura, hábitos etc.) que de fato influenciam o comportamento das pessoas (FREY, 2000).

O termo *politics* indica os processos políticos e, conforme o mesmo autor é considerado conflituoso no que se diz a imposição de objetivos, aos conteúdos e as decisões de objetivos. Conforme Dias e Matos (2012), esse termo se refere ao conjunto de interações das quais os atores utilizam para melhorar o seu rendimento e alcançar certos objetivos.

A *policy* é o conteúdo da política, no sentido concreto, isto é, a configuração dos programas políticos, dos problemas técnicos e do conteúdo material das decisões políticas (FREY, 2000). Dias e Matos (2012) denominaram como ação do governo, que visa realizar realocação de recursos escassos da sociedade. Portanto, a política pode ser adjetivada em função do campo de sua atuação ou de especialização da agência governamental encarregada de executá-la. Refere-se à política de educação, saúde, assistência social etc.

Para os autores Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 2) o termo política pública (*public policy*) está vinculado à palavra *policy*, e as “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e de atuação dessas decisões”. Denominam que é uma diretriz a fim de enfrentar um problema público.

No que diz respeito ao conceito de políticas públicas não apresenta uma única concepção, mas vários autores aperfeiçoaram e contribuíram neste assunto. A visão de Souza (2006) sobre políticas públicas é:

Como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2008, p. 26 grifos do autor).

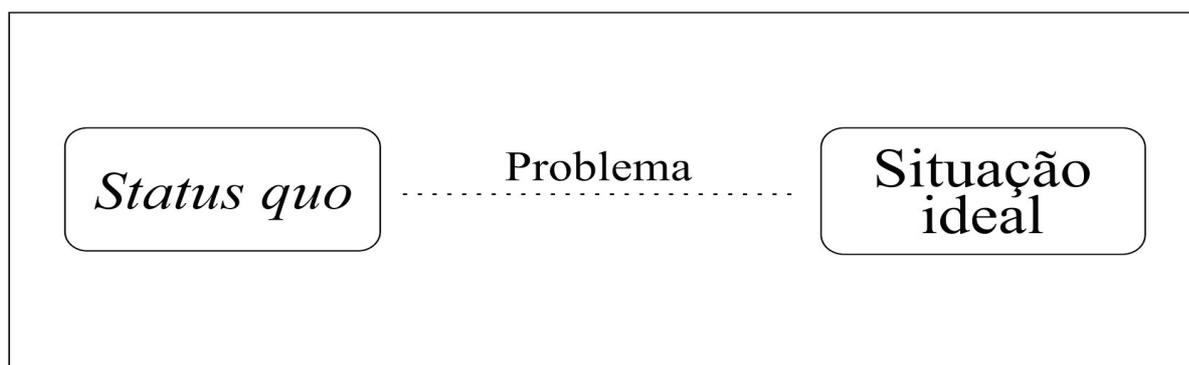
Entretanto, observa-se o uso comum de políticas públicas no plural pelo fato de ser um conjunto de atividades do governo, que agem diretamente ou através de delegação, e que influencia na vida dos cidadãos (COELHO *et al.*, 2017).

As políticas públicas apresentam dois elementos que são considerados fundamentais, que são a intencionalidade pública e a resposta a um problema público, no qual explica que o motivo da aplicação de uma política pública é o tratamento e a resolução de um problema considerado coletivamente relevante (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

O problema público conforme a Figura 1 demonstra a diferença entre a situação atual, denominada ‘*Status quo*’ que é considerado inadequado, e uma situação ideal possível para a realidade pública onde se pretende alcançar uma situação melhor. O problema só se

torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade) (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 14).

Figura 1: Problema público



Fonte: Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 14)

Os responsáveis legais que têm a finalidade de elaborar e aplicar as políticas públicas são os que detêm o poder público. No entanto, podem aceitar reivindicações de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Apresentam-se três tipos de políticas públicas conhecidas como: distributivas, redistributivas e/ou regulatórias.

Conforme Terra (2016), a primeira é função do Estado e consiste em beneficiar os cidadãos através da distribuição de bens e serviços públicos. Os custos estão arcados por todos da sociedade através de pagamentos de tributos ao Estado. De acordo com Azevedo (2003) esta função atende as demandas pontuais de grupos sociais específicos, tais como: pavimentação e iluminação de rua, oferta de equipamentos para deficientes físicos, como cadeiras de rodas e políticas de emergência e solidariedade às vítimas de enchentes e terremotos.

A política redistributiva tem como função alocar recursos, bens ou serviços públicos a um determinado grupo, para garantir a efetivação de direitos. Sendo assim, nesse contexto, aplicam-se as políticas sociais (TERRA, 2016). Exemplos deste tipo de políticas públicas é a isenção ou a diminuição do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para camadas sociais mais pobres da cidade, programas habitacionais, de regulamentação fundiária e programa de médico de família (AZEVEDO, 2003).

A política pública regulatória estabelece conjuntos de leis, regras e normas para disciplinar determinadas atividades, ações e comportamentos (TERRA, 2016). Apresentam

efeitos de longo prazo e, em geral não trazem efeitos imediatos, pois precisam ser implementadas. Um exemplo dessa política é a lei do uso do solo (AZEVEDO, 2003).

O processo de elaboração de políticas públicas é conhecido como ciclo de políticas públicas, sendo organizado em fases sequenciais e interdependentes, constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. Conforme a leitura de vários artigos e livros é possível perceber que cada autor utiliza nomenclatura e fases diferentes, no entanto, nesta pesquisa será demonstrado o ciclo de políticas públicas dos autores Secchi, Coelho e Pires (2019) sendo este constituído por sete fases: a) identificação do problema, b) formação da agenda, c) formulação de alternativas, d) tomada de decisão, e) implementação, f) avaliação e g) extinção. Conforme os mesmos autores, o ciclo, por mais que apresente determinadas etapas, nem sempre possui a real dinâmica ou vida de uma política pública. As sequências podem se alternar e misturar. Esse processo auxilia na organização das ideias, além de torná-lo mais simplificado, de modo que ajude os políticos, administradores e pesquisadores a criarem um referencial comparativo para casos heterogêneos. Cada fase será discutida a seguir.

a) Identificação do problema

O problema é a divergência entre o *status quo* e uma situação ideal possível, como demonstrado e explicado anteriormente na Figura 1. Seria a diferença entre o real e o idealizado para a vida pública. Para Sjöblom (1984), o problema é um termo se refere às dificuldades, obstáculos e complicações.

Conforme esse mesmo autor, a noção de problema sempre implica a existência de alguma solução. Pode ser que uma política pública nem sempre solucione um problema, mas pelo menos irá mitigá-lo ou reduzir suas consequências negativas.

Os partidos políticos, agentes políticos e organizações não governamentais são os atores responsáveis por identificar os problemas, e isso seria uma forma de demonstrar o seu trabalho e a necessidade para justificar a sua existência (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

A partir do momento em que o problema é identificado e há interesse em sua resolução, ele entra na lista de prioridade, conhecida como agenda.

b) Formação da agenda

De acordo com os autores, Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 58) a agenda “é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes”. Ademais, ela pode ser um planejamento orçamentário, estatuto partidário ou até mesmo um programa de governo. As agendas são um conjunto com todos os problemas listados, porém a sua formação é dinâmica,

elas podem entrar e sair de acordo com o critério de conveniência em busca de resolução dos problemas.

Existem dois tipos de agenda: agenda pública e a agenda formal. A primeira consiste em questões que alcançaram um alto nível de interesse público e visibilidade, já a segunda, agenda formal, é uma lista de itens que o poder público tem formalmente aceitos como relevantes e objetos de consideração (COBB; ROSS; ROSS, 1976).

Os autores Secchi, Coelho e Pires (2019) ainda denominam mais uma agenda, conhecida como “agenda da mídia”, que se trata de uma lista de problemas que recebe atenção dos meios de comunicação.

c) **Formulação de alternativas**

A formulação de alternativas, também conhecida como formulação de política, é a etapa de elaborar soluções para os problemas que foram inseridos na agenda governamental. Nesse momento será definido qual é o objetivo da política, quais serão os programas desenvolvidos, bem como as metas que se pretendem alcançar (CALDAS, 2008).

A definição dos objetivos é o momento em que os políticos resumem as expectativas de resultados da política pública, sendo importante para auxiliar na construção de alternativas, assim como nas próximas etapas do ciclo (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Para indução do comportamento, os mesmos autores citam quatros mecanismos genéricos, uma versão sintetizada dos instrumentos de políticas públicas. São eles:

- 1) Premiação: influenciar comportamento com estímulos positivos;
- 2) Coerção: influenciar comportamento com estímulos negativos;
- 3) Conscientização: influenciar comportamento por meio da construção e apelo ao senso do dever moral;
- 4) Soluções técnicas: não influenciar comportamento diretamente, mas sim aplicar soluções práticas que venha influenciar o comportamento de forma indireta (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019 p. 63).

No momento da formulação da proposta, o responsável pela elaboração da política pública, em consonância com as pessoas envolvidas no contexto em que ela será implantada, além de discutir, irá elaborar propostas que objetivem desenvolver de forma eficaz e eficiente alternativas para sanar o problema (CALDAS, 2008).

d) **Tomada de decisão**

No ciclo da política pública é preciso tomar decisões e é nesta fase que “os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 65). É nesse

momento que se determinam, por exemplo, os recursos e o prazo temporal das ações, e também nessa etapa que serão expressas em leis, decretos, normas e outros atos da administração pública.

A tomada de decisão apresenta vários modelos. Dentre eles há o modelo de racionalidade, o incremental e o de fluxos múltiplos, sendo este adaptado do modelo da lata de lixo. No primeiro modelo a tomada de decisão segue a sequência do ciclo da política, em um padrão ideal, sendo considerado um modelo didático. Porém apresentam-se dificuldades, pois nem sempre os objetivos são coerentes com o problema ou possuem recursos para tomada de decisão. O modelo incremental é diferente do modelo racional, pois em situações de alta complexidade o elemento político fala mais alto do que o elemento técnico. O modelo de fluxo múltiplo está relacionado em primeiro criar soluções para depois correr atrás de um problema que precisa ser solucionado. Tal embasamento está relacionado ao fato de que o nascimento da política pública depende da convergência de problemas, soluções e condições políticas favoráveis (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

e) **Implementação da política pública**

A implementação é a etapa em que ocorrem os resultados da política pública, onde o planejamento é transformado em atos. É nesse momento que as ações passam a funcionar efetivamente. Essa fase é considerada importante, pois através de estudos detalhados é possível detectar falhas em ações de diversas áreas. É também nessa etapa que a administração pública executa as políticas públicas (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Apresentam-se dois modelos de implementação, o de cima para baixo, conhecido também como *top-down*, no qual a aplicação da política é do governo para a população, sendo a elaboração e a decisão executada apenas pela esfera política, visto que a decisão tomada deverá ser cumprida pelos demais sem questionamento. O segundo modelo é o de baixo para cima, conhecido também como *bottom-up*, onde a aplicação permite a participação da população que se beneficiará das ações da política em questão (CALDAS, 2008).

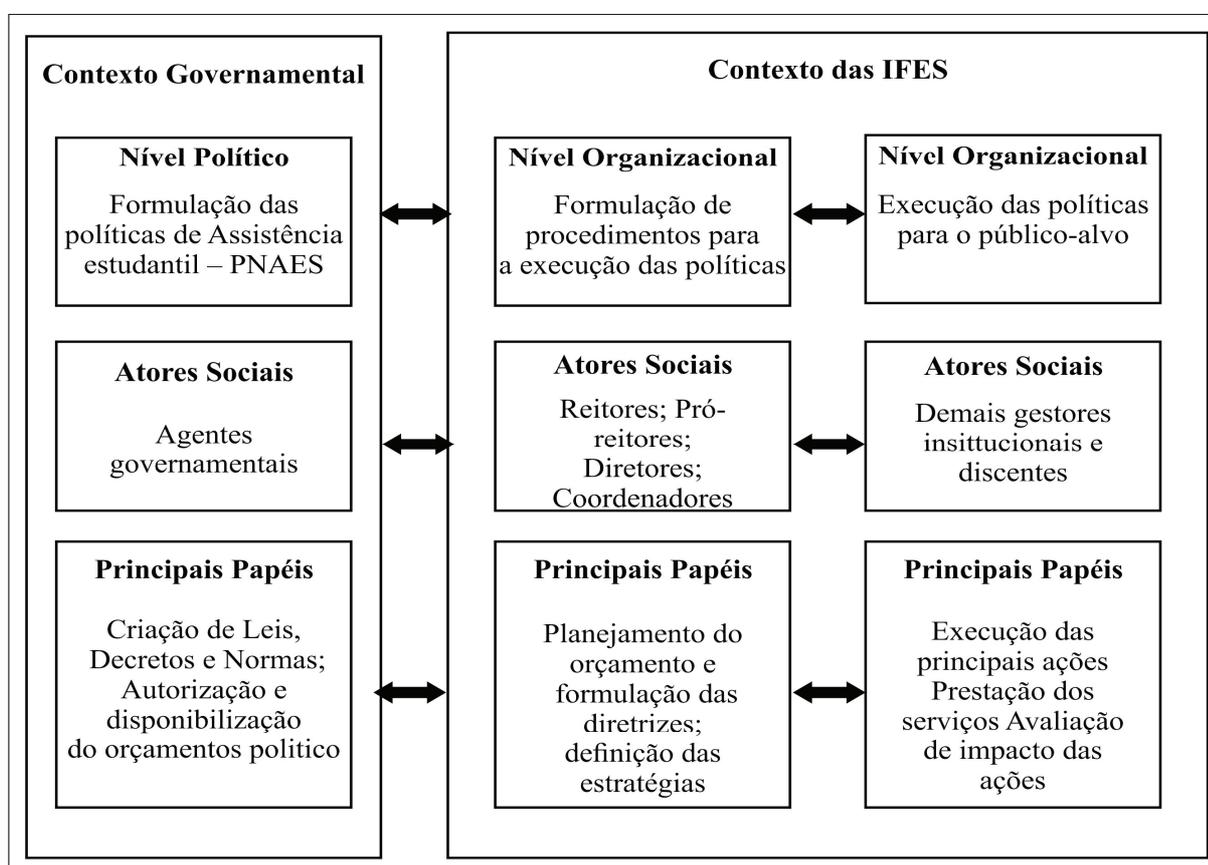
Essa etapa muitas vezes apresenta ineficácia da política, causada por disputas de poder entre as organizações, além de fatores externos e internos que afetam o desempenho das instituições. Conforme Caldas (2008) ao mencionar sobre disputa entre as organizações, destaca-se que quanto mais organizações estão envolvidas no processo, maior será o tempo da execução pelo fato de maiores números de comandos e ordens.

As políticas públicas que não foram bem planejadas na etapa de formulação serão detectadas na implementação, fase em que se analisam os resultados e os impactos das ações.

É também nessa etapa que o desempenho dos atores envolvidos na formulação da política é identificado.

No âmbito da Assistência Estudantil, conforme Lima e Davel (2016), o governo repassa o recurso orçamentário para que as instituições federais possam implementar as ações que foram impostas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Porém nessa etapa apresenta-se um distanciamento entre formuladores e executores das políticas de assistência e também do público-alvo. Desta forma, os autores criaram um modelo de sistema de implementação, conforme a Figura 2, para que a política possa ser executada de forma efetiva.

Figura 2: Modelo de sistema de implementação da Assistência Estudantil



Fonte: Lima e Davel (2016, p.11)

A Figura 2 é explicada pelos autores da seguinte forma:

As ações estratégicas na interação entre os atores com o ambiente têm-se a seguinte composição da assistência estudantil nas IFES: no nível de político, o contexto da própria política, mais especificamente o PNAES; no organizacional, os gestores desse nível que planejam a direção da implementação das políticas (reitores, pró-reitores, diretores e/ou coordenadores); e na linha de frente, demais gestores que estão operacionalizando a implementação das ações (servidores, tais como: administradores, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, assistentes em

administração, auxiliar de alunos, técnicos em assuntos educacionais, pedagogos, docentes e outros) e os discentes que são os principais públicos-alvo(LIMA; DAVEL, 2016, p. 11).

De acordo com o Decreto nº 7.234/2010 da assistência estudantil, no Art. 6º “as instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo MEC”.

f) **Avaliação da política pública**

A fase de avaliação não precisa ser realizada necessariamente após a fase de implementação, ela pode ser feita em qualquer momento do ciclo, de forma que permita conhecer melhor o estado de política e o nível de redução do problema que a gerou. Também é o momento de realizar o *feedback* da política em questão (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Entretanto Carraro (2012) conceitua avaliação como forma de atribuir um juízo de valor sobre determinado objeto ou conteúdo em investigação, de modo a quantificá-lo e qualificá-lo a partir dos elementos que o configuram. Segundo a autora, a avaliação é útil para a melhoria da qualidade das tomadas de decisões relacionadas ao planejamento e à execução de políticas públicas e, sendo assim, os envolvidos podem aperfeiçoar as ações sob sua responsabilidade.

A autora Ramos (2009) complementa que a avaliação de uma política pública permite medir a eficácia da gestão pública, pois a partir desse processo é possível identificar a satisfação do usuário, e assim é possível realizar a reforma das políticas públicas, a modernização e a democratização da gestão pública.

De acordo com Costa e Castanhar (2003) a avaliação de políticas públicas é uma ferramenta essencial diante da escassez de recursos orçamentários do setor público, visto que, diante desse procedimento é possível para os formuladores e gestores de programas aumentarem a eficiência e a efetividade dos recursos aplicados em programas sociais. Segundo os mesmos autores na administração pública não existe preocupação em avaliar os programas públicos, em geral, programas sociais, em particular.

A partir da avaliação permite à administração:

- Gerar informações úteis para futuras Políticas Públicas;
- Prestar contas de seus atos;
- Justificar as ações e explicar as decisões;
- Corrigir e prevenir falhas;
- Responder se os recursos, que são escassos, estão produzindo os resultados esperados e da forma mais eficiente possível;

- Identificar as barreiras que impedem o sucesso de um programa;
- Promover o diálogo entre os vários atores individuais e coletivos envolvidos;
- Fomentar a coordenação e a cooperação entre esses atores (CALDAS, 2008. p. 18).

Para os autores Secchi, Coelho e Pires (2019) os principais critérios utilizados na avaliação são:

- Economicidade, que está relacionado ao uso dos recursos;
- Produtividade, que se refere ao nível de saídas de um processo produtivo;
- Eficiência econômica, no qual trata da produtividade versus recursos utilizados;
- Eficiência administrativa, abordando o nível de conformidade da implementação às regras preestabelecidas;
- Eficácia, que verifica qual o nível de alcance de metas;
- Efetividade, onde são demonstrados através dos resultados com a redução do problema;
- Igualdade, no qual permite verificar se os benefícios foram distribuídos de forma igualitária;
- Equidade, também verifica se os benefícios foram distribuídos de forma igualitária, mas levam em consideração as características de partida, ou justiça social entre os destinatários de uma política pública.

O processo de avaliar uma política pública apresenta dificuldades pelo fato de que o sucesso da ação pode também estar relacionado a outras causas, como por exemplo, as ações de agentes privados. Os autores Secchi, Coelho e Pires (2019) também citam a dificuldade na forma como os resultados são apresentados, que muitas vezes não são claros e objetivos. Ademais, ressalta-se a dificuldade gerada pelo tempo de maturação, pois os efeitos só são alcançados após 10 anos de implementação, afinal as políticas públicas precisam de tempo de ajustamento, assimilação de seus propósitos e de mudança no comportamento dos atores afetados por ela. Apesar das dificuldades, as avaliações das políticas públicas produzem informações que são consideradas importantes ao debate político.

Com relação à política de AE no Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, é mencionado no parágrafo único do art. 5º que “as instituições federais de ensino superior deverão fixar: II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”. Sendo assim observa-se que este decreto não menciona como a instituição deve avaliar as ações desenvolvidas, deixando assim que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) criem

os seus mecanismos de avaliação. Porém é preciso que estejam constantemente avaliando se a política realmente está conseguindo atingir os seus objetivos. O processo avaliativo permite aos gestores das instituições detectarem a necessidade de novas práticas ou até mesmo aperfeiçoarem os programas.

A avaliação do programa de assistência estudantil deverá ser realizada pela instituição tendo a participação dos discentes e pró-reitorias. Essas avaliações deverão apresentar os seguintes requisitos:

- relação oferta/ demanda;
- desempenho acadêmico do estudante;
- mecanismo de avaliação continuada da assistência estudantil.

Para isso, as Instituições deverão:

- estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda;
- avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário da assistência, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-Reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos;
- identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas, videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão) (BRASIL, 2007).

Ao citar o processo avaliativo na política pública de assistência estudantil, conforme o trabalho realizado por Ramalho (2013), Oliveira (2011) e Alvim (2019), ambos mencionam a ausência de monitoramento e avaliação da AE e questionam a necessidade e a importância da realização desse procedimento.

Os autores França, Barros e Magalhães (2020) complementam que a criação de dispositivos internos de avaliação da política pública de AE poderá contribuir para a melhoria do programa.

Segundo Jannuzzi (2005) para o diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas públicas sociais destacam-se a importância da escolha dos indicadores:

Os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente (JANNUZZI, 2005, p. 138).

Segundo o mesmo autor, a construção dos indicadores sociais inicia-se através da demanda de interesse programático. A partir da definição do objetivo programático, busca-se, delinear as ações operacionais. Desta forma, para acompanhar essas ações no quesito relacionado à eficiência no uso dos recursos, na eficácia no cumprimento de metas e da efetividade buscam-se dados administrativos e estatísticas públicas.

Com relação ao PNAES, no Plano Nacional da Assistência Estudantil¹, encontram-se os indicadores nos quais refletem a necessidade da implementação de uma política pública, necessitando a ampliação do recurso para AE de forma a atender as necessidades básicas dos alunos de baixa renda. Tais indicadores são: migração/moradia; alimentação; manutenção e trabalho; meios de transporte; saúde; acesso à biblioteca; acesso à cultura, ao esporte e ao lazer; conhecimento básico de informática; domínio de língua estrangeira e movimentos sociais.

No presente trabalho, ao analisar os efeitos da AE, será evidenciada a etapa de avaliação, pois a grande dificuldade de uma política pública é acompanhar os programas de forma periódica acerca de sua implementação e do alcance dos resultados e dos impactos sociais que o programa tem causado nos segmentos sociodemográficos ou nas comunidades focalizadas por eles (JANNUZZI, 2005).

g) Extinção

As políticas públicas possuem prazo de validade, tendo em vista que podem ser extintas em determinado momento. Fato esse diretamente associado à oportunidade ou momentos como, por exemplo, reformas ministeriais e mudanças de mandato de executivo e legislativo, circunstância em que projetos aparentemente sem efeito podem ser extintos ou substituídos por outros (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Ademais, o ciclo de políticas públicas permite que uma política seja analisada através de etapas já citadas e é de extrema importância para quem o executa e também para toda sociedade. Logo, é importante destacar que as políticas públicas em sua dimensão apresentam vários modelos ou tipologias que conforme Dias e Matos (2012, p. 17), são divididas da seguinte forma:

1. Política social: Saúde, educação, habitação, previdência social.
2. Política macroeconômica: fiscal, monetária, cambial, industrial.

¹ Documento referente ao Plano Nacional de Assistência Estudantil, que apresenta as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos dessa natureza e busca satisfazer a demandas da sociedade e dos alunos. Disponível no site: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf

3. Política Administrativa: democracia, descentralização, participação social.
4. Política específica ou setorial: meio ambiente, cultura, agrária, direitos humanos etc

Dentre as citadas, no presente trabalho é importante ressaltar a política social, que é um processo longo e gradativo, sendo marcado por várias lutas e disputas de interesses.

A política social é considerada como uma estratégia de enfrentar as manifestações referentes à questão social na sociedade capitalista. Essa política surgiu a partir da Revolução Industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal. Nesse período aumentaram as mobilizações operárias e o conflito entre os interesses do capital e os do trabalho (PIANA, 2009).

A partir do século XX, algumas conquistas foram importantes, tais como: o direito ao voto, a formação de sindicato e partidos, a livre expressão e manifestação, e a ampliação dos direitos sociais. Essas conquistas só foram efetivadas devido à busca da classe operária pela emancipação humana, a socialização da riqueza e uma nova ordem societária (PIANA, 2009)

A política social conforme Offe (1984, p. 15) “é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura do trabalho não assalariado em trabalho assalariado”. Tal citação é justificada pelo autor devido à desorganização e mobilização da força do trabalho durante o processo de industrialização capitalista que, de fato, destruiu em maior ou menor medida as condições de utilização de força de trabalho até então dominante.

As políticas sociais têm como princípio as redistribuições dos benefícios sociais visando à diminuição da desigualdade estrutural produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Conforme Ceja (2004, online):

La política social como la forma que por medio de estrategias y políticas concretas tiene el Estado para construir una sociedad cohesionada y equitativa. En una perspectiva de mayor equidad e integración social, la política social tiene como fin principal facilitar la convergencia entre los intereses individuales y los intereses comunes de la sociedad.

De acordo com Faleiros (2004), as análises das políticas sociais têm muitos caminhos: podem ser vistas como mecanismo de manutenção, conquistas dos trabalhadores, arranjo de bloco no poder ou bloco governante, doação das elites dominantes, além de instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos dos cidadãos. Sendo assim, depara-se com vários pontos de vista, o que impede de reduzi-las a um único esquema.

Os direitos sociais são garantidos constitucionalmente devido às conquistas da humanidade em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, e de um Estado realizador do bem comum. O objetivo do Estado do bem comum é efetivar os direitos sociais dos cidadãos, assegurando-lhes o princípio da dignidade da pessoa humana (MINCATO, 2012).

A constituição de 1988 foi responsável pela consolidação do regime democrático no Brasil, sendo constituído de direitos sociais provenientes de várias lutas no período de 1970 a 1980. A partir desta constituição, a participação social passa ser valorizada, visando garantir a efetiva proteção social contra os riscos e as vulnerabilidades (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005).

Segundo esses mesmos autores, a partir da promulgação da constituição de 1988 ocorreram a construção e a reconstrução dos conselhos nacionais de políticas sociais que, atualmente, são compostos por nove conselhos que contam com a participação da sociedade, tais como: educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, segurança alimentar, cidades e desenvolvimento rural. Esses conselhos são instâncias públicas, localizadas junto à administração da federação com competência definida, podendo influenciar ou deliberar sobre a agenda setorial.

No presente trabalho é importante ressaltar a política pública social na área da educação, tema esse que será abordado a seguir.

2.1.1 Políticas públicas de educação no Brasil

Dentre as políticas públicas no presente estudo destacam-se as ações relacionadas à educação que, apesar das dificuldades, têm sofrido mudanças diante da necessidade da inclusão social para de fato aumentar o acesso e a permanência dos alunos no ensino. Logo, torna-se importante mencionar sobre as políticas públicas de educação e citar alguns programas que foram importantes para a inclusão social no âmbito da educação.

As políticas públicas de educação são um conjunto de intervenções do Estado na área social que abordam os objetivos políticos, as formas de distribuição de recursos, e as relações com as classes que dão sustentação a determinado projeto político. A política educacional é uma rede de intervenção estatal articulada a determinadas correlações de força política que criam bases de sustentação para mediar demandas políticas que atuam fora do aparelho do Estado, na sociedade civil (BRITO, 1999).

Ainda de acordo com a autora, os movimentos voltados para educação pública foram conquistados através de lutas pela democratização da sociedade brasileira. Os movimentos sociais reivindicavam um conjunto de políticas sociais, juntamente com a inserção dos brasileiros na sociedade enquanto portadores de direito (BRITO, 1999).

A autora Gomes (2019) complementa que a política educacional é materializada por meio de legislações, das práticas e dos planos, e esta política é responsabilidade do Estado, porém é preciso que ela seja demandada, discutida, pleiteada e acompanhada pela população e todo coletivo da sociedade.

No período entre o século XIX e início do século XX, a educação passou a ser considerada como necessária para o desenvolvimento do país. Foi nesse período que começaram as manifestações em prol da educação, e através dessas ações iniciaram as organizações colegiadas, como a Associação Brasileira de Educação e as lutas se firmaram no Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932 (SANTOS, 2011).

Conforme Moura (2007, p. 7),

Esse Manifesto se dizia assumir a perspectiva de uma escola democrática que pudesse proporcionar oportunidades para todos, tanto no que dizia respeito a uma cultura geral, como na possibilidade de especializações. Entretanto, a proposta organizava a educação em duas grandes categorias: atividades de humanidades e ciências (de natureza mais intelectual) e cursos de caráter técnico (de natureza mecânica e manual). Desse modo, percebe-se claramente, mais uma vez, a distinção entre aqueles que pensam e aqueles que executam as atividades.

Magela Neto (2002) complementa que nesse período a educação era voltada para atender as classes mais favorecidas economicamente, onde os ricos contratavam preceptores, que na maioria das vezes eram estrangeiros, leigos ou religiosos, tendo o seu funcionamento nas principais capitais, em regime de internato ou semi-internato.

Nesta mesma década, o pleno desenvolvimento do Estado permitiu a expansão da rede pública de educação, quando havia exigências de desempenho de papéis específicos da educação na ordem econômica e exigência da demanda da sociedade por expansão da rede pública em todos os níveis (BRITO, 1999).

No período posterior ao regime militar em 1985, em função da ampla discussão sobre a democracia e também pela mobilização social desencadeou a promulgação da Constituição de 1988 que consagrou os direitos sociais à saúde e educação (ANTUNES, 2020). As políticas públicas de educação no Brasil são orientadas por princípios, normas e

diretrizes encontradas nesta Constituição, também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nas legislações específicas, planos e nos programas educacionais do governo federal.

Conforme previsto na Constituição de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205, caput).

Continuando nesta mesma legislação no art. 206 é explicitado que o ensino (de forma geral) será ministrado com base no seguinte princípio: “I – Igualdade de condições de acesso e permanência na escola. [...] gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, reitera a educação como um dos pilares básicos na formação do indivíduo e de sua cidadania, pautada na universalização do atendimento e nos princípios da democratização do acesso, da permanência, da gestão e da qualidade social. A educação se diferencia dos outros direitos sociais pelo fato de não ser somente um direito, mas uma obrigação de todo cidadão, sendo responsabilidade do Estado garantir meios para que este esteja ao alcance de todos (HORTA, 1998).

Ademais, mesmo sendo um direito para todos os cidadãos, a autora Lessa (2013) menciona que a educação e o conhecimento são considerados como bens, mas ainda nem todos conseguem ter acesso. Ainda complementa que o acesso e a qualidade estão diretamente relacionados com a classe do educando, pois quanto mais precária a condição de vida e trabalho, maior a chance da aprendizagem ser comprometida.

Lima (2018) complementa que as políticas públicas educacionais precisam evidenciar a realidade brasileira e devem ser definidas de acordo com os grupos sociais a que se destinam. Desta forma, para a formulação de políticas públicas educacionais é preciso ouvir a demanda da maioria dos sujeitos que estão diretamente relacionados com as políticas que serão oferecidas.

Segundo Lessa (2013), a educação é uma relação social, pois surgiu através de constantes lutas e tensões de classes. Ela é compreendida pelas formas de gestão da mão de obra, pela organização dos trabalhadores, bem como do capital. Além disso, precisa do Estado para ser mediador de tais relações e executor de políticas sociais. Sendo assim, “educar supõe o desenvolvimento do indivíduo como subjetividade e como ser coletivo. Educar é, ainda, um ato político, materializado em uma política pública” (LESSA, 2013, p. 110).

As políticas educacionais no Brasil têm sofrido mudanças, principalmente relacionadas à ordem jurídica institucional. Dentre as legislações, o grande marco na área educacional foi aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sendo instituída através da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que foi a primeira legislação que abordou a educação em seus diversos níveis. Porém diante das intensas discussões no dia 20 de dezembro de 1996, foi aprovada a Lei nº 9.394, instituída como a Nova LDB, sendo vigente até os dias atuais. Nesta Lei ficou definido que a União seria a responsável em elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE), sendo assim, foi instituído o PNE (2001-2011) e o PNE (2014-2024). Nesta documentação tratam-se metas gerais para a educação básica e educação superior.

No âmbito do ensino superior, no que diz respeito às políticas de inclusão social no Brasil as reformas educacionais foram importantes, pois ao mencionar sobre a ampliação do acesso várias políticas públicas foram realizadas, tais como a criação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para todos (PROUNI), ambos em parceria com o setor privado que auxiliam o aluno a permanecer na instituição.

O FIES foi instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, vinculado ao Ministério da Educação e tem como propósito conceder financiamento aos estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC (BRASIL, 2001).

O PROUNI foi criado com o advento da Lei n. 11.096/2005, de 13 de janeiro de 2005, e foi regulamentado pelo Decreto nº. 5.493, de 18 de julho de 2005. Esse programa visa conceder bolsas de estudos integrais ou parciais de 50% ou de 25%, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. A concessão das bolsas está vinculada a renda mensal familiar. Para bolsa integral a renda familiar mensal per capita não pode exceder o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio). As bolsas de 50% e 25% serão concedidas para os alunos cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos (BRASIL, 2005).

Assim sendo, como elencado anteriormente, é possível identificar a valorização do setor privado, visto que tais ações contribuíram para o aumento do número de matrículas, contribuindo para a massificação do ensino superior por meio das instituições privadas. A criação de programas no âmbito do ensino público ocorreu apenas em 2007, quando foi criado o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), sendo um dos principais programas responsáveis pelo crescimento do número de matrículas nas instituições de ensino público. Tal programa foi criado a partir do Decreto nº 6.094, de 24 de

abril de 2007 e objetiva “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, melhorando o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Além disso, tem como meta elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial, reduzir as taxas de evasão e aumento de vagas de ingressos, principalmente no período noturno (BRASIL, 2007).

A fim de melhorar a educação, a política pública mais atual é o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo como grande articulador ‘o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação’, que foi instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, determinando diretrizes, metas e estratégias para a política educacional. Esse plano propõe 30 metas para enfrentar o desafio da qualidade. Desde então, o PNE vem sofrendo modificações através de constantes debates em que se confrontam seus pontos frágeis e suas potencialidades com respeito à qualidade educacional (FONSECA, 2009).

Para aumentar a ampliação do acesso à educação, as discussões sobre políticas de ações afirmativas foram retomadas com foco na reserva de vagas. Conforme Terra (2016) trata-se de “uma variação das políticas sociais tradicionais que visam proteger os grupos sociais mais vulneráveis em nome da igualdade e da justiça social”. Diante desse conceito, observa-se que a reserva de vagas permite às minorias como pretos, deficientes físicos, indígenas e de baixa renda, vítimas da desigualdade social, ter acesso à educação.

Entretanto, a ação afirmativa relacionada à reserva de vagas foi concretizada a partir da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, a denominada Lei de Cotas, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para alunos oriundos integralmente do ensino médio público, matriculados em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Dentre essas vagas, 50% deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos *per capita* (BRASIL, 2012).

Além das políticas e dos programas que viabilizam um acesso democrático à educação, torna-se necessário desenvolver estratégias que visam apoiar a permanência dos alunos nas instituições de ensino. Dessa forma, criou-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pretendendo atender os alunos socioeconomicamente vulneráveis e, assim, permitindo-os concluir seus estudos. À vista disso, a seguir será feita uma análise sobre a assistência estudantil no Brasil.

2.2 A trajetória da Assistência Estudantil no Brasil e suas finalidades

Para uma melhor compreensão acerca do tema em estudo, torna-se necessário traçar uma linha do tempo sobre a história e a trajetória da assistência estudantil, visando compreender a existência dessa política pública, bem como suas ações e propósitos. Dessa forma, foi feita uma pesquisa bibliográfica em artigos, livros, documentos e legislações sobre tal política que, de fato, contribui para a educação.

AE consiste em ações que visam garantir a permanência dos estudantes nas IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, de forma que evite a repetência e evasão devido à baixa condição financeira (FONAPRACE, 2012).

A Manifestação da AE está inteiramente relacionada ao surgimento das universidades. No Brasil, uma das primeiras iniciativas voltadas a atender os estudantes universitários carentes surgiu no início de 1930, com a instalação da Casa do Estudante do Brasil, entidade sem fins lucrativos de cunho beneficente que era situado no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. Essa entidade apresentava um restaurante universitário, chamado “bandejão”, para atender os estudantes pobres da cidade (ARAÚJO, 2007).

Em 1931 Francisco Campo, titular do Ministério da Educação e Saúde Pública elaborou e implementou reformas de ensino – secundário, superior e comercial. Nesse período destaca-se o ensino voltado à modernização do país, visando na formação da elite e na capacitação da mão de obra (FÁVERO, 2006).

Nesse mesmo ano, buscou-se a organização de uma política nacional de educação com diretrizes gerais e subordinação dos sistemas estaduais. Sendo assim, destacam-se dois importantes decretos que foram promulgados, o Decreto nº 19.850 de 1931 que visa à criação do Conselho Nacional de Educação e o Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras. Nesse último, destaca-se a importância para AE onde menciona no art. 100, § 4º medidas de providência e beneficência aos discentes de universidade, incluindo bolsas de estudos para amparar estudantes reconhecidamente pobres (KOWALSKY, 2012).

Segundo a mesma autora, durante o período do último decreto, houve um aumento da industrialização e urbanização, culminando na necessidade de qualificar a mão de obra e, portanto, ampliar o acesso à educação. Por conseguinte, era preciso a intervenção do Estado para o aumento de vagas em todos os níveis de ensino. Porém o acesso à educação ainda era

um privilégio da elite. Diante da restrição do acesso ao ensino superior, o Estatuto das Universidades Brasileiras, impôs o modelo universitário como preferencial, e assim instituiu a assistência estudantil.

Fávero (1980) também complementa que esse período foi o início da regulamentação da AE com o fornecimento de bolsas para alunos pobres. Para a concessão das bolsas era preciso que o aluno atendesse aos requisitos de forma a cumprir o critério de justiça e oportunidade. Tal critério era embasado através da apresentação de uma ‘declaração de pobreza’ emitida por algum instituto assistencial que declarava a necessidade do recebimento do auxílio.

Sendo assim, na constituição de 1934 (de 16 de julho de 1934), ocorreu pela primeira vez a incorporação da AE na Constituição Federal e a educação foi estabelecida como um direito social. O art. 157 menciona que parte do patrimônio territorial será destinada para fundos de educação. No §2º descreve que parte destes fundos se aplicará “em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas”.

Em 1938 foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), que emergiu logo depois do II Congresso Nacional de Estudantes, sendo considerada uma entidade de caráter social e político, formada por vários alunos de diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas que tinham por finalidade representar os estudantes no cenário político brasileiro. A sede administrativa era a Casa de Estudante do Brasil (ARAÚJO, 2007).

Na constituição de 1946 (de 18 de setembro desse ano) consolidaram-se as ações da AE, tornando-a obrigatória em todos os sistemas de ensino, conforme descrito no art. 172 afirmando que “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”. A constituição de 1967 manteve essa mesma obrigatoriedade nos sistemas de ensino.

Com a legislação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, nos anos de 1962/63 foi realizado II Seminário Nacional de Reforma Universitária em Curitiba, com a participação do conselho da UNE com suas respectivas comissões, onde foram discutidos assuntos relacionados à AE. Dentre os temas abordados estavam à criação de gráficas universitárias para impressão de jornais, revistas, apostilas e livros; assistência médica; assistência habitacional, com a construção de casas de estudantes; e o aumento do número de restaurantes universitários (KOWALSKY, 2012).

Em conformidade com a autora, esse período se remete a um momento de regressão social e política, pois era tempo de ditadura, quando as legislações sofreram sabotagens por parte dos governos militares, visto que os jovens estudantes poucos receberam atenção. A constituição de 1967 menciona a educação como direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola. O § 3º deixa explícito que apenas será obrigatório na faixa etária entre sete aos quatorze anos. O ensino médio e superior será ofertado para os mais necessitados, porém gratuidade daria lugar às bolsas de estudos que deveriam ser restituídas, fazendo com que muitos estudantes desistissem pelo fato de não terem condições de restituir as bolsas recebidas.

Na década de 1970, foi criado o Departamento de Assistência Estudantil (DAE) pelo Governo Federal, sendo este vinculado ao MEC, que implementou programas de assistências para os estudantes, tais como: bolsa de trabalho, de estudo, moradia, alimentação e assistência médica-odontológica. Essas ações estavam respaldadas na LDB de 1971. Em 1980 o DAE foi extinto e ações da assistência ao estudante ficaram divididas em cada instituição de ensino. Desta forma, a assistência passou a ser compostas por ações escassas e pulverizadas (IMPERATORI, 2017).

Nesse mesmo período houve a transição da ditadura para a república, onde o Brasil passou por um processo de redemocratização, acarretando em várias mudanças, dentre elas a perspectiva de melhorar a educação, que mesmo com a democracia vigente no país, ainda perpetuava consequências da ditadura, tais como: desemprego, serviços precários na saúde e desigualdade na educação devido à dificuldade de acesso e permanência (KOWALSKY, 2012).

Sendo assim, diante de tal cenário foi criado em 1987 o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE), onde os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) passaram a discutir sobre políticas de promoção e apoio aos estudantes, os quais exigiam do MEC uma política de ação com recursos orçamentários que atendessem as necessidades dos alunos, a fim de reduzir as desigualdades sociais. Diante da falta de política ou programa de Assistência estudantil nas maiorias das IFES, criou-se o FONAPRACE que tinha como prioridade a formulação e elaboração de propostas de políticas de assistência ao estudante. Diante disso, muitas foram às lutas em prol de testificar que a AE não é um gasto e sim um investimento (FONAPRACE, 2012).

A Constituição de 1988 foi resultado da pressão de diversos movimentos, que consolidou direitos sociais e políticos reivindicados no processo de redemocratização mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão. Conforme a autora Batista (2019) nesse período havia confronto entre os líderes do regime militar e os integrantes da frente de centro-esquerda que lutavam contra o caráter excludente da política social vigente no período do regime militar. A intensa participação popular constituiu-se na mais forte estratégia de luta em prol da vitória do estado de bem-estar social. Nessa constituição a educação foi abordada de uma forma genérica não especificando os níveis de ensino, porém foi relevante para impulsionar as discussões referentes ao acesso e à permanência nas universidades.

Segundo Kowalsky (2012) foi nesse período que a AE teve um maior enfoque por parte dos governos que deram mais atenção ao favorecimento de condições mais justas de acesso e permanência no ensino superior. Porém esse processo era constituído de disputas de interesses e contratempo políticos, fazendo com que a AE fosse fragmentada e restrita a algumas Instituições de Ensino Superior (IES). Além disso, ao mencionar sobre recursos financeiros para esse fim, não evidenciam, nas legislações em vigor, recursos para o custeamento de programas sócio educativos. Conforme a LDB de 1996, artigo 71, inciso IV “Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social”.

No entanto a AE, ainda que pudesse ser considerada uma política pública, era existente apenas como ação específica e isolada pertencentes às universidades públicas, pois neste período não existia nenhum dispositivo legal e/ou programa governamental que de fato garantisse a permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis em uma instituição de ensino (LIMA; MENDES, 2020).

Entretanto, para demonstrar a realidade dos estudantes, o FONAPRACE realizou uma pesquisa para traçar o perfil socioeconômico dos discentes matriculados com intuito de provar a importância da criação de uma política pública voltada para a permanência e a conclusão do ensino. Essa pesquisa foi denominada de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, sendo estas realizadas em 1997 e 2004, e através dos resultados foi possível a elaboração da proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil para que fosse apreciado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Sendo assim esse plano foi aprovado em 2007 e

instituído por meio da portaria normativa nº30 de 12 de dezembro de 2007, desencadeando um processo de discussão com o MEC sobre a implantação do Programa Nacional de Assistência estudantil onde foi analisada a importância do programa para o combate da desigualdade social e regional.

No dia 19 de julho de 2010 foi assinado o Decreto 7.234 que oficializa o Programa Nacional de Assistência estudantil (PNAES) (FONAPRACE, 2012).

Conforme Vasconcelos (2010, p. 608):

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Diante do histórico da AE, ela se desencadeou a partir das universidades. Porém conforme o Decreto 7.234/2010 no art. 4º, as ações da AE serão executadas pelas instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Desta forma destaca-se que diante da Lei 11.892/2008, os institutos federais são instituições de educação superior, básica e profissional, e desta forma o corpo discente é formado por alunos de ensino médio e ensino superior. Entretanto, conforme a legislação da AE, para atender as necessidades dos alunos, o auxílio deverá ofertado para todos independentes do curso em que estejam matriculados, desde que os discentes se enquadrem nos requisitos impostos pelo decreto e pela diretriz da instituição.

Com relação ao financiamento orçamentário destinado à assistência estudantil no âmbito das universidades se dá através dos recursos da ação de código 4002- Assistência ao estudante do ensino de graduação, além do programa de AE. Esta ação também visa atender o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) e o Incluir (Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior). A distribuição dos recursos entre os três programas é definida por cada instituição (MACHADO, 2017). Os recursos orçamentários da AE destinados para os institutos federais são provenientes da ação orçamentária 2994 – Assistência ao educando da educação profissional.

Sobre o processo de financiamento da AE o Decreto nº 7.234/2010 menciona no art. 8º:

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Entretanto, conforme Machado (2017), essa legislação não determina valores destinados para AE, o que faz com que essa política só seja efetivada se houver dotação orçamentária e seu alcance é delimitado pela quantidade de recursos disponibilizados para tal.

O recurso destinado para a AE visa aumentar a permanência e êxito dos estudantes e conforme a pesquisa de Pinho (2017), o desempenho escolar dos alunos que estudam no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Fortaleza, que recebem a bolsa estudantil, é ligeiramente superior quando relacionado aos alunos que não recebem o auxílio. Os discentes beneficiados, em sua grande maioria, apresentam uma menor dispersão relativa, bem como um índice de rendimento considerado suficiente para uma instituição federal. Conforme o trabalho elaborado por Dias (2015) há um aumento satisfatório do rendimento escolar dos alunos que recebem a bolsa alimentação, visto que esse auxílio contribui no aumento da frequência e das notas escolares.

Ao mencionar sobre o rendimento acadêmico apresentam-se vários fatores que podem influenciá-lo, tais como: questões pessoais do aluno, questões que envolvem a família e o grupo social em que estão inseridos e também questões relacionadas à escola, enquanto contexto de aprendizagem influenciado pelas interações e as medidas pedagógicas (SUEHIRO, 2006).

O rendimento acadêmico é um indicador responsável por monitorar a retenção nas instituições de ensino e também pode estar associado às taxas de evasão comprometendo a formação do estudante. Conforme a plataforma Nilo Peçanha² (PNP) a retenção corresponde aos alunos que permaneceram matriculados por período superior ao tempo previsto para integralização de um curso. A retenção, conforme Almeida (2019, p. 100):

É uma condição em que o estudante demanda um tempo maior do que o previsto na matriz curricular para integralização da carga horária do curso, sendo visualizada como uma situação que pode ocorrer no itinerário formativo do discente devido a questões de ordem social, econômica, política, cultural, institucional, familiar e pessoal.

²A plataforma Nilo Peçanha é um ambiente virtual de coleta, responsável pela disseminação das estatísticas oficiais da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (rede federal) MEC/SETEC. Site <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>.

Segundo a mesma autora, a retenção pode está relacionada a vários aspectos, tais como: desigualdade de acesso à educação; dificuldades socioeconômicas; falta de integração com a IES; dificuldades de conciliar os horários de trabalho e de estudo; distância entre residência e universidade; problemas familiares; alta densidade de conteúdos nas disciplinas; reprovações seguidas em componentes curriculares e trancamento de cursos.

Na pesquisa de Magalhães (2013), ficou destacada a importância da assistência estudantil para a formação integral do estudante universitário, visto que os benefícios auxiliam na permanência dos alunos nas instituições de ensino. Estrada e Radaelli (2014) também confirmam a importância da AE na efetivação do processo de democratização nas instituições de ensino, pois o PNAES é importante para a ampliação da possibilidade e geração de condições de permanência na educação superior.

Sales Júnior *et al.* (2016) concluíram que os estudantes amparados pela assistência estudantil têm menos que 65% de chance de evasão, pois o programa pode fortalecer o compromisso do estudante com a instituição e com o seu objetivo. De acordo com trabalho realizado no Instituto Federal Norte de Minas Gerais (IFNMG), campus Almenara, a evasão não está relacionada somente com a questão financeira, mas também a dificuldade de adaptação escolar, de aprendizado ou deficiência nos conhecimentos prévios ao ensino médio, desmotivação com o curso e com as disciplinas técnicas, além da dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho (FRANÇA, 2018). De acordo com a PNP (2020) o conceito de evasão está relacionado aos alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso.

Conforme o Acórdão nº 506/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU):

A evasão representa problema que alcança diferentes modalidades de ensino em maior ou menor medida. No Brasil, a educação profissional não foge a essa regra, sendo um importante vazamento que impede que boa parte dos alunos concluam seus respectivos cursos. [...] Quando se analisam as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo (TCU, 2013, p. 2).

No Brasil a temática relacionada à evasão teve maior evidência em 1995, quando foi realizado o Seminário sobre evasão nas Universidades Brasileiras, que foi uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC e do Deporto. A partir desse evento foi criada a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, que juntamente com as universidades pode reunir dados significativos sobre o desempenho das universidades públicas brasileiras

relativos aos índices de diplomação, retenção e evasão dos estudantes de seus cursos de graduação. Participaram 61 instituições de ensino superior, dentre elas instituições federais e estaduais (ALMEIDA, 2019).

Ao mencionar sobre evasão, retenção e rendimento acadêmico o Decreto nº 7.234 no art. 4º no parágrafo único, menciona que as ações realizadas pela assistência estudantil devem proporcionar a igualdade de oportunidades e acrescenta que tem como intuito “contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”.

No entanto, os autores Cunha e Raggi (2016) mencionam a AE como ação afirmativa com o propósito de promover a inclusão, e os autores destacam a importância da expansão dos institutos federais com intuito de promover ações inclusivas na área da formação profissional, a fim de oferecer uma educação gratuita e de qualidade, equidade e justiça social, com a interiorização do ensino e contribuir com o desenvolvimento local. Sendo assim torna-se necessário abordar um pouco mais sobre o histórico dos Institutos Federais, que será apresentado no próximo tópico.

2.3 A educação profissional e a expansão dos Institutos Federais

A educação profissional e tecnológica é responsável pela inserção dos jovens no mundo da ciência, trabalho e cultura, e tem como propósito a construção da cidadania. Nesse tópico, para compreender um pouco mais sobre essa temática, é preciso abarcar sobre a educação profissional para que possamos contextualizar o histórico da trajetória das escolas técnicas e a expansão da rede Federal de Ensino, possibilitando explanar sobre o Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, dando ênfase ao local de estudo, campus Muriaé.

No que se trata de educação profissional, a primeira política que aborda esta temática, mas não especificamente com essa nomenclatura, foi a partir do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, sendo esse documento assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, culminando na criação de 19 escolas de Aprendizes Artífices, localizadas em várias regiões do Brasil, contendo a seguinte consideração:

O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade

ignorante, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos úteis à Nação.

No mesmo ano foi organizado o ensino agrícola para capacitar ‘chefes de cultura, administradores e capatazes’. A criação dessas duas modalidades foram importantes para o redirecionamento da educação profissionalizante no país, visto que possibilitou o entendimento das demandas de emergências no campo da agricultura e da indústria (MOURA, 2007).

Neste contexto surge a qualificação do trabalhador permitindo que ele tenha capacidade de operar máquinas, desempenhar atividades simples delimitadas e rotineiras para uma produção em série e padronizada. Essa formação profissional reforçou a dualidade estrutural entre o ensino médio e o profissionalizante, no qual a elite tinha acesso a uma formação acadêmica, enquanto a classe trabalhadora tinha acesso à formação instrumental, podendo ser chamada de formação de mão de obra (SIGNORI; CAMPANELLI, 2015).

Em consonância, Antunes (2020) menciona que a educação profissional no Brasil surge no intuito de diferenciar a educação conforme a origem social. Desse modo, a elite teria acesso a uma formação básica que lhe dava condição de ter acesso ao ensino superior e os pobres teriam uma formação que permitia a inclusão acelerada no mercado de trabalho. De acordo com Kuenzer (2007) existia um curso primário com duração de quatro anos para aqueles que iriam cursar o ensino superior e para as crianças de classes populares existiam os cursos rurais e os profissionais.

De acordo com Neves (2000, p. 67):

No período que se estendeu de 1930 a 1989, a formação profissional no Brasil, estruturou-se, mantendo uma natureza dual que, em nível técnico, significou uma segmentação hierarquizada da divisão entre o trabalho intelectual e trabalho manual; em nível político, a divisão entre classes e frações de classe, consubstanciada no acesso seletivo aos diversos níveis e ramos de ensino e, em nível administrativo, o acesso diferenciado às redes públicas e privada de ensino.

No Brasil, a partir de 1985, ocorreram diversas mudanças na estrutura política, social, econômica e cultural, oriundas do processo de globalização, de informatização e do processo de democratização, o que possibilitou novas organizações nos quadros da sociedade brasileira (PEREIRA; FRANÇA, 2012).

Entretanto, Kuenzer (2007) destaca que diante dessas mudanças ocasionada nesse período, tornou-se necessário o aperfeiçoamento do ensino profissionalizante, pois aquele trabalhador que executava atividades simples passou a exercer suas funções em um processo

produtivo de constante transformação, o que exigia aprimorar conhecimentos e adquirir novas competências que permitam a prática e também a intelectualidade. Dessa forma, essa nova realidade não permite mais separar a função intelectual da função técnica, ou seja, é preciso que haja uma formação que unifique ciência e trabalho, trabalho intelectual e instrumental.

Artiaga (2015) complementa que para o trabalhador, além do domínio operacional, também passou ser necessário entendimento global do processo produtivo, e o que envolve a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e também a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. Diante da exigência do mercado de formar um novo modelo de trabalhador, desencadeou-se uma reforma da Educação Básica e Profissional, de forma que a organização curricular da Educação Profissional passa a amparar-se na premissa da competência, abordada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional, sempre de forma relacionada à autonomia do trabalhador contemporâneo diante da instabilidade do mundo do trabalho, bem como das mudanças nas relações de produção.

Em 1961, no dia 20 de dezembro, foi promulgada Lei nº 4.024, conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no qual são fixadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesta lei estão incluídas todas as modalidades de ensino, inclusive a educação profissional, e deu-se equivalência aos níveis, ou seja, egressos tanto do curso colegial ou profissional poderiam dar prosseguimento aos estudos. Esta legislação foi revogada em 1996, pela nova LDB, Lei nº 9.394/96 (GARCIA, 2000).

No ano de 1997, foi criado o Decreto nº 2.208, assinado pelo o governo de Fernando Henrique Cardoso, que menciona no art. 5 que a educação profissional “terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”. Conforme Antunes (2020) essa alteração teria como intenção do governo retirar a educação profissional da estrutura básica de forma que tirasse a obrigação de financiá-lo e conseqüentemente dando espaço para que as instituições privadas a ofertassem. Em 2004, no mandato de Luís Inácio Lula da Silva esse decreto foi revogado, sendo usada uma nova normativa que foi o Decreto 5.154/2004, possibilitando a oferta de educação profissional técnica de nível médio de forma integrada ao ensino médio permitindo a integração entre os conteúdos de educação básica e a formação profissional.

Em 2005 através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), o Ministério da Educação criou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, que tinha como objetivo ampliar essa rede de ensino em todo território nacional. Esse projeto

só foi possível de ser executado devido a Lei 11.195 que dá nova redação a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que permitiu à União expandir a oferta de educação profissional através da criação de novas unidades de ensino (ANTUNES, 2020).

O plano de expansão foi constituído em três fases: A primeira tinha como prioridade a construção de escolas em locais que não possuíam essas instituições, tais como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal e também instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior (BRASIL, 2018).

Nessa fase o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica (BRASIL, 2018).

Já na segunda fase, cujo início foi em 2007, a Setec/MEC estabeleceu como meta a criação de mais 150 unidades instituições federais de educação tecnológica que foram distribuídas em 26 estados e no Distrito federal (BRASIL, 2018).

A terceira fase iniciou-se em 2011, e o projeto apresentava uma previsão de criação de mais 208 unidades até 2014. Essa expansão tinha como intuito a superação das desigualdades regionais e a viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população (BRASIL, 2018).

Em 2018, a Rede Federal estava constituída por: 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia; 1 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); 2 centros federais de educação tecnológica (Cefet); 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais; e, Colégio Pedro II, e seus respectivos campus.

Com intuito de atender as exigências do PNE, o Ministério da Educação criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo mais conhecidos com Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A implantação do IF está relacionada ao conjunto de políticas para educação profissional e tecnológica em curso que irá auxiliar o desenvolvimento econômico. Essas instituições foram criadas e serão mantidas com verbas públicas federais (BRASIL, 2010).

A expansão dos Institutos Federais se deu a partir do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 e da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Conforme o art. 6 essa unidade de ensino tem por finalidade e característica:

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Os Institutos Federais foram implantados seguindo as experiências, principalmente dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) das escolas técnicas e agrotécnicas federais e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais. Conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 ar.t 2:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008, s/p).

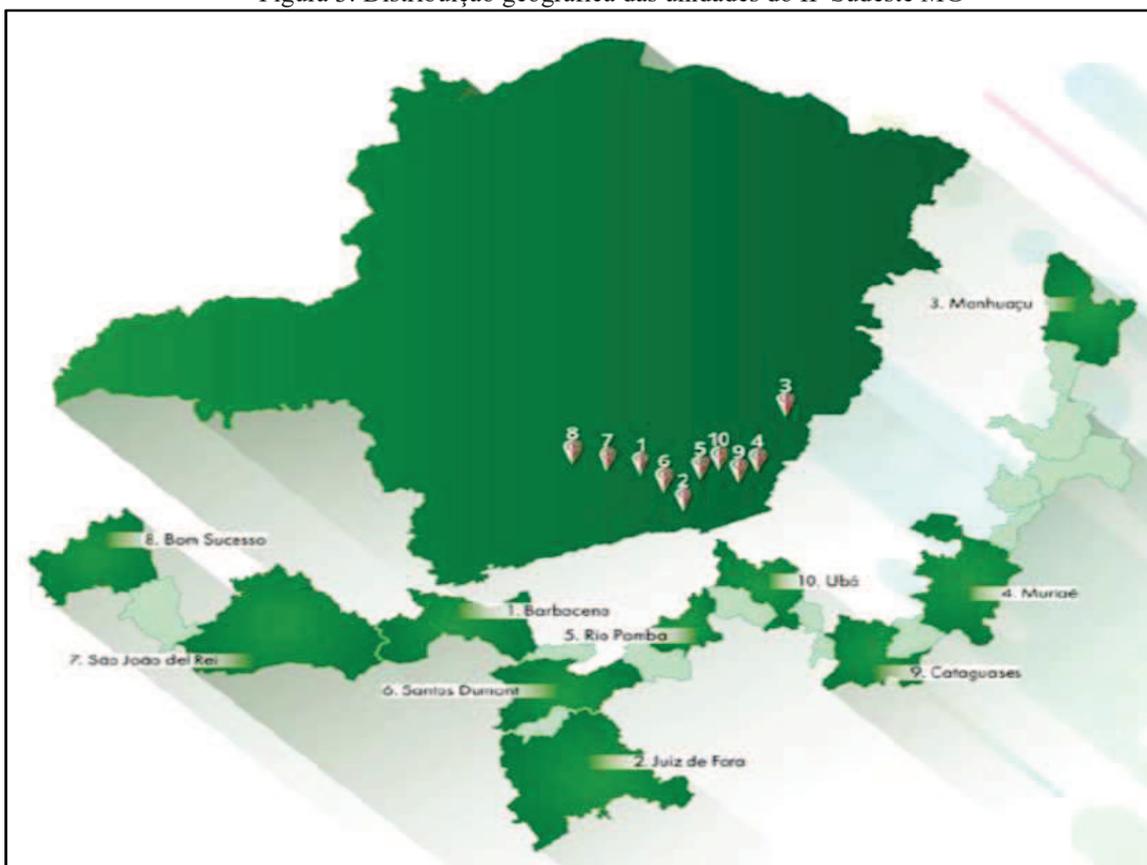
O IF foi criado com o propósito de atender o desenvolvimento local e regional com intuito de melhorar a qualidade do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas. A expansão do IF teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológicas em estados que ainda não tinham essas instituições, em periferias de metrópoles e em municípios distantes dos centros urbanos, ademais os cursos criados por essas instituições têm que estar articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho (BRASIL, 2010).

Segundo Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010), os IFs, para obterem resultados referentes ao combate das desigualdades regionais e construir um projeto de nação mais

igualitária, precisam manter uma relação com o território no qual estão situados. Sendo assim, “torna-se imprescindível situar os Institutos como potencializadores de uma educação capaz de gerar conhecimentos a partir de práticas interativas com a realidade, de modo a propiciar a construção de projetos locais” (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010, p. 80).

Seguindo nesse contexto, o Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais apresenta uma estrutura organizacional multicampi, com 10 unidades acadêmicas, localizadas em municípios que pertencem à Zona da Mata Mineira e Campo das Vertentes, sendo a Reitoria, localizada em Juiz de Fora, órgão de administração central, estratégico e gestor das políticas institucionais. Conforme a Figura 3, os campus estão situados na cidade de Barbacena, Bom Sucesso, Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Rio Pomba, Santos Dumont, São João del-Rei e Ubá.

Figura 3: Distribuição geográfica das unidades do IF Sudeste MG



Fonte: IF Sudeste MG (2019)

Conforme a PNP (2020), no ano de 2019, no Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais foram efetivadas 13.115 matrículas, sendo 12.924 ocupadas por cursos da educação profissional e tecnológica de nível médio e cursos da educação superior (graduação e pós-

graduação). A taxa de ocupação no IF Sudeste MG para cursos da educação profissional de nível médio, da educação superior a nível de graduação e nível de pós-graduação foram, respectivamente, 96,4%, 101,8% e 122,0%. A taxa de ocupação geral foi de 99,9%.

O campus Muriaé foi criado a partir de uma parceria entre o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e a prefeitura de Muriaé. Seu funcionamento teve início no ano de 2010 com 216 matrículas, e no ano de 2016 foram 1.072 matrículas efetivadas, ademais, a cidade não possui nenhuma instituição federal ou pública com cursos superiores, o que despertou o interesse da população e justifica o expressivo crescimento do mesmo (MIRANDA, 2018). No ano de 2019, conforme a PNP (2020) foram efetivadas 1.044 matrículas. Diante do aumento do número de matrículas observa-se o quanto tem sido importante a democratização do acesso nas instituições de ensino. Entretanto ao ampliar o acesso à educação são necessárias ações que auxiliem na permanência dos alunos. Desta forma no próximo tópico será abordado a AE no IF Sudeste MG.

2.3.1 A política de assistência estudantil do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais

Diante da expansão dos institutos federais, as políticas públicas são de extrema relevância na educação para inclusão dos estudantes de baixa condição socioeconômica. Sendo assim, o Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais desenvolveu a diretriz da assistência estudantil, com as suas especificidades e critérios, autorizando sua implantação por ato do Reitor, em 14 de março de 2011, com a publicação da Portaria-R 164/2011, documento atualizado pela Portaria-R 660/2015 (IF Sudeste MG, 2011; 2015). Conforme essa diretriz (IF SUDESTE MG, 2015) o instituto apresenta dois programas, o Programa de Atendimento Universal aos Estudantes e o Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica. O primeiro visa atender os estudantes matriculados e frequentes em cursos presenciais de nível técnico ou de graduação do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG). As modalidades desenvolvidas nos programas são:

- Desenvolvimento técnico-científico, que por meio de bolsas e incentivo financeiro visa à participação em eventos técnico-científicos e publicação, que contribuem para sua formação intelectual, acadêmica e profissional;
- Da saúde e apoio psicossocial, ações que visam à prevenção de doenças e atenção emergencial aos estudantes;

- Do acompanhamento acadêmico e suporte ao ensino pesquisa e extensão, no qual apresenta o desenvolvimento de ações complementares com acompanhamento pedagógico no processo ensino-aprendizagem dos alunos;
- Da cultura, arte e esporte, desenvolvendo ações e disponibilizando recursos financeiros para a participação dos alunos em eventos, o que contribui para cultura, arte e esporte;
- Do incentivo à participação político-estudantil, objetivando o desenvolvimento de ações que contribuam no pleno desenvolvimento do estudante e seu preparo para exercício da cidadania;
- Do apoio a necessidades educacionais especiais, que é o desenvolvimento de ações que contribuem para o acesso, aprendizagem e êxito de estudantes com necessidades educacionais especiais, promovendo o exercício pleno dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Da iniciação ao mundo do trabalho, visando o encabeçamento e aperfeiçoamento profissional.

Já o segundo programa é destinado aos discentes matriculados e frequentes em cursos presenciais de nível técnico ou de graduação do IF Sudeste MG que necessitam do mesmo e, através do profissional de Serviço Social, a classificação ocorrerá por meio de análise socioeconômica. O programa é direcionado a todos os estudantes matriculados com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelos profissionais de Serviço Social. Serão descritas abaixo as modalidades desse programa, porém cada campus irá ofertar as modalidades que atendem as demandas dos discentes da sua instituição:

- Moradia estudantil é um auxílio financeiro que visa atender os alunos que apresentam dificuldades no provimento de condições necessárias para a permanência e o êxito durante o processo escolar. O valor será definido pela instituição e o pagamento será feito por 12 meses;
- Com o auxílio alimentação o discente terá isenção da taxa de refeição no refeitório do campus e/ou um auxílio financeiro destinado aos alunos de acordo com a classificação socioeconômica e a oferta de vagas. O valor será definido pelo campus e será disponibilizado durante o período letivo;

- O auxílio transporte visa atender o aluno por meio de vale transporte e/ou auxílio financeiro para o deslocamento do mesmo para o campus e será disponibilizado durante o período letivo;

- Material didático, uniforme e isenção de taxa para xerox em gráfica terceirizada e/ou pertencente à estrutura do campus, além do fornecimento gratuito e/ou subsidiado de uniforme. Será estipulada pelo campus a quantidade de vagas e a classificação será conforme a condição socioeconômica. O quantitativo da bolsa será definido pelo campus e será ofertado nos 10 meses do ano letivo;

- Bolsa manutenção é uma modalidade de atendimento que tem por objetivo atender as necessidades básicas dos alunos que não estão dispostas nas modalidades citadas acima. O valor será estipulado pelo campus e será disponibilizado por doze meses;

- Outros, o campus poderá criar outras modalidades de forma a atender a sua demanda, sendo necessária a elaboração de projeto por assistente social devidamente habilitado e disponibilidade orçamentária (IF Sudeste MG, 2015).

Os recursos financeiros para execução desses programas, sem prejuízos de demais investimentos Institucionais, devem provir do orçamento do IF Sudeste MG, da Ação 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional – inserida no Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.

Conforme o relatório de gestão do ano de 2019, dentre os Programas de Educação de Qualidade para Todos, destaca-se a Ação 2994, que é a assistência estudantil, descrita como o fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante. No ano de 2019 o valor executado pelo IF Sudeste MG para essa ação foi da ordem de R\$ 7.628.211,26. Desse montante, o valor de R\$ 216.880,26 representa um incremento além do previsto na lei orçamentária. No total, foram aproximadamente 5.287 auxílios, por meio de diferentes modalidades de bolsas, destinados a atender em torno de 2.775 estudantes.

Apesar de o PNAES ser um programa nacional, cada instituição tem autonomia para utilizar o recurso conforme as necessidades e especificidades locais. O propósito é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no desempenho acadêmico do estudante, evitando a repetência e evasão, uma vez que tal situação gera um alto custo para governo e instituição (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Diante da crise orçamentária vivenciada atualmente, os valores repassados às instituições de ensino têm sido algo preocupante, como demonstra o trabalho elaborado por Magalhães (2013), onde os entrevistados falaram sobre a desproporção de recursos financeiros do montante destinado para Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em relação ao número de estudantes que tem aumentando cada vez mais, evidenciando a necessidade de ampliação quantitativa dos programas de AE e também enfatizaram sobre a defasagem do valor da bolsa em relação às despesas destinadas a permanência na universidade. Segundo Estrada e Radaelli (2014) existe a necessidade de implementação de uma política baseada em profunda discussão, com novas perspectivas na ampliação de recursos e programas que permitam uma efetiva inserção social.

2.4 Estudos relacionados ao Programa de Assistência Estudantil nos Institutos Federais

Para ampliar o conhecimento sobre o PNAES no âmbito dos Institutos Federais, foi realizada a leitura de artigos e dissertações no período entre 2016 e 2019.

As buscas foram realizadas no portal da Scielo, no Google acadêmico e nos repositórios Institucionais das universidades e dos Institutos Federais. Os descritores utilizados para a seleção das publicações foram ‘análise da assistência estudantil nos Institutos Federais’ e ‘assistência estudantil nos Institutos Federais’ e a partir das buscas foram selecionados seis artigos e três dissertações

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia apresentam um diferencial quando comparados às universidades pelo fato da AE atender não só os alunos do curso superior, como definido pelo Decreto 7.234/2010, mas também os discentes da educação básica, que seriam os alunos dos cursos integrados ao ensino médio, concomitantes e subsequentes. Sendo assim o programa atende uma diversidade de público e faixa etária (FERREIRA; SOUZA, 2018; JESUS, 2016).

De acordo com Ferreira e Souza (2018) no artigo intitulado “A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA” a AE tem como propósito minimizar as dificuldades socioeconômicas que afetam diretamente a permanência do aluno na instituição de ensino. Os alunos entrevistados manifestaram a importância da AE, sendo o auxílio responsável por sua permanência no curso.

Conforme a dissertação de Jesus (2016), o autor ressalta a importância do PNAES na permanência dos alunos socioeconomicamente vulneráveis de forma que eles possam desenvolver os seus estudos da maneira mais qualitativa possível. Sua pesquisa demonstra que 47% dos alunos matriculados no ano 2015, no campus Pirapora, fizeram a inscrição para o edital da AE, sendo um número expressivo, revelando a baixa condição socioeconômica das famílias. Dentre os inscritos, 87,8% estão dentro da condição estabelecida como critério de participação do PNAES, que é possuir renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio, sendo que a maioria está abaixo da média do Estado de Minas Gerais (R\$1.128,00), (dados de 2015) o que demonstra o nível de pobreza dos alunos.

De acordo com os autores Rafael, Miranda e Carvalho (2016) no artigo intitulado “Análise das contribuições dos programas de Assistência Estudantil para formação acadêmica de futuros professores de matemática”, teve como objetivo analisar se os programas de AE contribuem para permanência e conclusão dos alunos do curso de licenciatura em matemática, esse curso apresenta alta taxa de evasão e conseqüentemente tem tido escassez de professores dessa disciplina. Os programas de Assistência Estudantil analisados foram: Iniciação Científica (IC), Programa de Assistência Estudantil (PAE), Programa de Assistência Matemática (PAM), Programa de Extensão Universitária (PROEXT), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Monitorias.

Conforme a análise do artigo acima, dos 78 questionários aplicados, 51% dos alunos participam de algum programa remunerado na instituição, sendo que apenas 3% são beneficiados pelo programa de AE. Para 82% dos entrevistados, os programas remunerados contribuem para a permanência e continuidade dos estudos. Com relação ao Programa de Assistência Estudantil (PAE), ficou evidente através das entrevistas que ele exerce papel motivador para que os alunos possam permanecer na instituição e concluir os seus estudos. No mesmo quesito a pesquisa de Jesus (2016) relata que os alunos entrevistados expressaram a relevância da AE de forma que o programa contribui na manutenção do aluno na instituição de ensino.

A pesquisa de Pereira e Passos (2017), intitulada “Avaliação da Política de Assistência Estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – campus Teresina Central” menciona que a taxa de evasão quando comparada antes e depois da implementação da Política de Assistência Estudantil obteve uma redução expressiva. Em 2011 a taxa de evasão foi de 14,4% e no ano de 2014, que foi o primeiro ano do programa, a

taxa foi de 3,4%, o que leva a conclusão de que a ação da AE tem como efeito a redução da taxa de evasão. Com relação à taxa de retenção, no período de 2011 a 2012 esta passou de 44,5% para 54,5% e nos anos seguintes houve redução de 1,7 e 3,9% o que pode sugerir que a AE pode ter contribuído para a diminuição nesse índice, no ano de sua implementação.

Em concordância com este artigo a autora França (2018) concluiu que os discentes que fazem parte do público alvo do PNAES, apresentaram menos evasão quando comparados aos demais alunos do Instituto Federal Norte de Minas Gerais (IFNMG) - campus Almenara, sendo 27,01% evadidos em 2012 e 17,53% no ano de 2016. Através dos resultados a autora conclui que a evasão está relacionada a fatores internos e externos.

Com relação aos recursos financeiros, conforme a mesma autora foi feito um levantamento referente à receita destinada às ações da AE no IFNMG no período de 2012 a 2016. Sendo assim, verificou-se um aumento gradativo dos valores direcionados a esse programa. Os valores empenhados foram de mais de 2 milhões em 2012 e mais de 8 milhões em 2016. Porém nem todo orçamento foi repassado para instituição, devido ao congestionamento do governo federal e também devido ao fato de que o Estado não arcou com os compromissos durante o exercício. Desta forma, a receita repassada não é suficiente para atender todos os alunos que necessitam da AE.

Conforme o trabalho de Reis (2016) na dissertação intitulada “PNAES: uma análise da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília”, os valores destinados para AE tiveram aumento no período de 2012 a 2015, porém, esse repasse não foi suficiente para atender a demanda do programa. Com relação ao valor empenhado e pago, segundo a mesma autora, não foi gasto todo o recurso, portanto foram devolvidos para o MEC, então torna-se necessário um melhor planejamento por parte dos gestores para que os créditos possam ser utilizados com qualidade.

No quesito relacionado ao recurso financeiro, além do valor repassado para AE ser insuficiente para atender todos os alunos que necessitam desse auxílio, a autora Jesus (2016) em sua pesquisa, através de questionário com os participantes do programa, expõe a insatisfação dos alunos com relação ao atraso no processo do pagamento, o que fragiliza o objetivo do programa que é o combate a evasão e a inclusão social pela educação. Esse atraso é responsável por problemas que impactam as famílias que são economicamente vulneráveis, que acabam não tendo condições de arcar com despesas como alimentação, transporte e moradia, que são gastos diários.

O Quadro 1 mostram algumas abordagens dos trabalhos selecionados sobre o PNAES:

Quadro 1: Variáveis utilizadas nos trabalhos sobre AE nos Institutos Federais

AUTOR (A)/ANO	OBJETIVO DE ESTUDO	VARIÁVEIS	CONCLUSÕES
Jesus (2016)	Caracterizar o programa de AE e sua implementação, identificar os aspectos relevantes, fragilidades e implicações da metodologia deste; investigar a percepção do aluno atendido pelo Programa quanto à sua forma de execução e a participação dele no referido Programa	Permanência	Conclui-se a importância da AE no âmbito do Instituto Federal, porém apresenta morosidade na sua implementação, causada, por exemplo, pela falta de informatização, burocracia e atraso no pagamento.
Rafael, Miranda e Carvalho (2016)	Analisar as contribuições dos programas de assistência estudantil para a formação acadêmica, para a permanência e para a conclusão dos estudos dos licenciandos em Matemática do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais– <i>Campus</i> Rio Pomba	Permanência	Conforme a pesquisa os programas remunerados contribuem para a permanência e formação acadêmica dos alunos, porém suas contribuições vão além da perspectiva financeira como foi verificado nas seis categorias elencadas: formação da identidade docente, do docente pesquisador, desenvolvimento de novas metodologias, aproximação com a Educação Básica, aprimoramento dos saberes e continuidade nos estudos.
Reis (2016)	Analisar a trajetória da implementação da AE; Descrever a evolução orçamentária Identificar os programas existentes	Permanência	Com relação aos orçamentos torna-se necessário o monitoramento e avaliação para ser ter condições de concluir sobre a devolução de créditos; Com relação à trajetória da política de AE ainda está em fase de implementação, já que ainda existem programas que não foram implementados. Apresenta-se demora em conceder o benefício para os discentes. Sendo assim torna-se necessário ser mais bem aplicado e conhecido
Pereira e Passos (2017)	Avaliar a efetividade do PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Piauí (IFPI), campus Teresina Central nos quesitos de evasão e retenção dos alunos	Evasão, retenção, desempenho acadêmico, permanência	Com relação à taxa de evasão houve redução significativa no ano de implementação do PNAES sobre e a taxa de retenção houve redução no período de 2013 a 201, o que supõe que a AE pode ter contribuído na diminuição destes índices
Ferreira e Souza (2018)	Analisar a implementação das políticas de permanência nos cursos de nível médio no Instituto Federal de	Permanência	Os alunos entrevistados atribuem a AE estrita influência sobre a permanência no curso.

	Educação do Pará		As ações da política de permanência vinculam-se ao pagamento de auxílios financeiros pelas limitações orçamentárias
França (2018)	Analisar os recursos financeiros destinados para AE; levantar dados sobre a evasão dos alunos que recebem a bolsa de AE; verificar a relação entre a evasão e as características essenciais no PNAES	Evasão, Beneficiários de Programas sociais, local de moradia, Renda <i>per capita</i> da família	Conforme a pesquisa todas as variáveis são significativas para evasão escolar. Fatores externos também são responsáveis pela evasão, tais como conciliar trabalho e estudo

Fonte: Elaborada pela autora

Diante dos trabalhos pesquisados, mesmo utilizando técnicas metodológicas diferentes verifica-se a importância da assistência estudantil dentro dos Institutos Federais favorecendo a permanência dos alunos na escola.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse tópico, serão apresentados os processos metodológicos utilizados nesta pesquisa de forma a atender os objetivos propostos.

3.1 Quanto aos objetivos

Conforme Gil (2009), o objetivo fundamental de uma pesquisa é obter resposta através de procedimentos científicos. Sendo assim, a presente pesquisa é classificada como descritiva, pois tem como objetivo avaliar, descrever e estimar os dados sem que os mesmos sejam manipulados. Esse tipo de pesquisa busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, econômica, política e também o comportamento humano, seja ele individual ou em grupo (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

3.2 Quanto às fontes de informação

O presente trabalho é embasado por pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica conforme Macedo (1994), é a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que estejam relacionados com o problema de pesquisa e o respectivo fichamento das referências a fim de que sejam posteriormente utilizadas. Conforme Cervo, Bervian e Silva (2007) têm como finalidade explicar um problema a partir de referências teóricas que são publicadas em artigos, livros, dissertações, teses, dentre outros. A fonte de informação estará sempre escrita, seja ela impressa ou por meios eletrônicos.

Para essa dissertação a pesquisa bibliográfica embasou principalmente o referencial teórico, envolvendo temáticas sobre as políticas públicas sociais – dando ênfase à educação –, a trajetória e as finalidades da assistência estudantil no Brasil, a educação profissional, a expansão dos Institutos Federais e pesquisa de estudos relacionados à AE nos IF. A sua função foi de contextualizar o “estado da arte” sobre o assunto. Vale mencionar que existe uma ampla discussão sobre as análises dos efeitos da AE nas universidades, porém poucos trabalhos relacionados à AE nos institutos federais. Ademais, essa metodologia ou procedimento auxiliou o entendimento, discussões e pontos de vista de diferentes estudiosos, principalmente sobre a assistência estudantil.

A pesquisa documental, para os autores Cervo e Bervian (1983, p. 55), “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema”. A partir de documentos é possível explicar sobre uma determinada questão.

A pesquisa documental é obtida através de informações em registros estatísticos, institucionais, comunicação de massa tais como revistas e jornais. Esse tipo de pesquisa proporciona dados em quantidade e qualidade de forma que a investigação seja mais ágil. Na pesquisa científica qualquer objeto que contribui para o desenvolvimento do projeto poderá ser utilizado, pois não é necessário somente o uso de documentos escritos (GIL, 2009).

No presente estudo foram analisados documentos como portarias, diretrizes, editais do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica, relatórios de gestão do período de 2017 a 2019 e relatórios orçamentários de forma a levantar informações e dados referentes à execução orçamentária destinada para AE.

Para o levantamento de informações referente ao perfil socioeconômico, foram analisados requerimentos de matrícula dos alunos matriculados no ano 2019 do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Agroecologia. Para complementar foram analisadas as diretrizes de AE, os editais do processo de seleção dos alunos do campus Muriaé. Para a informação referente à evasão, retenção e rendimento acadêmico, foram analisadas as informações emitidas pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Toda a informação coletada teve como princípio a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, tendo como objetivo proteger os direitos fundamentais relacionados à esfera informacional do cidadão

3.3 Quanto à natureza dos dados

A pesquisa compilou dados de natureza quantitativa. Segundo os autores Souza e Kerbauy (2017), esse tipo de análise recorre à estatística para explicação de dados. Conforme a autora Michel (2005), a pesquisa quantitativa utiliza a quantificação para coleta de informações e realiza seu tratamento, através de técnicas estatísticas, tais como: percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros.

Para a análise dos efeitos do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – campus Muriaé, foi utilizado nesse trabalho o método econométrico chamado *Propensity Score Matching* (PSM),

conhecido como escore de propensão (EP). Este método utiliza o modelo multivariado, no qual são consideradas as covariáveis de controle relacionadas às características socioeconômicas dos alunos gerando um único número de EP variando de 0 a 1. A partir do resultado serão pareados indivíduos com EP similares entre os grupos de estudantes que receberam e não receberam assistência estudantil. Os dados analisados serão recolhidos dos requerimentos de matrículas dos 158 alunos matriculados no ano de 2019 no curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Agroecologia do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé.

3.4 Quanto à coleta de dados

De forma a atender os objetivos propostos no presente trabalho, no que diz respeito à execução orçamentária foram analisados relatórios emitidos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), no sistema de Tesouro Gerencial (TG) e também documentos do setor de Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira. A partir das informações foram elaborados tabelas e gráficos para melhor explicar os dados. Foi analisado o montante de recursos contemplados na assistência estudantil no IF Sudeste MG, ação 2994, discriminando o valor repassado para o campus Muriaé, especificando o ano, o programa, o valor empenhado, liquidado e pago.

Para realizar a descrição do perfil dos estudantes matriculados no ano de 2019 do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Agroecologia foram analisados os dados dos requerimentos de matrícula preenchidos pelos discentes e seus responsáveis no ato da inscrição para ingressarem na instituição. O procedimento de preenchimento deste requerimento é de forma manual e são acondicionadas dentro da sala do setor secretaria. Todos os procedimentos de coleta de dados foram realizados juntamente com os servidores responsáveis pelo setor, levando em consideração a LGPD. Neste objetivo foram analisados os dados secundários, tais como: sexo, idade, raça, local de moradia, procedência escolar, escolaridade dos responsáveis, renda *per capita* familiar, rendimento acadêmico, índice de evasão e retenção dos 158 alunos matriculados no ano de 2019 do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Agroecologia.

Com intuito de estimar os efeitos do recebimento do auxílio estudantil do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica foram analisados dados relacionados aos 158 discentes do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio

– Agroecologia matriculados no ano de 2019. Os dados coletados foram: sexo, idade, raça, curso, local de moradia, procedência escolar, escolaridade dos responsáveis, renda *per capita* familiar, total de matrículas do curso citado, total de matrículas dos estudantes que foram beneficiados pelo programa de AE, tipos de auxílios concedidos; índice de rendimento acadêmico dos alunos beneficiário e não beneficiários do programa, quantitativo de evasão dos alunos beneficiários e não beneficiários do programa e quantitativo de retenção dos alunos beneficiários e não beneficiários do programa. Esses dados foram coletados através do sistema SIGAA, no ícone da Coordenação Geral de Assunto e Registros Acadêmicos (CGARA) levando em consideração a LGPD.

3.5 Quanto ao tratamento dos dados

Para avaliar se um programa ou política pública está atendendo os seus objetivos, é preciso realizar a pesquisa com o grupo de vários indivíduos antes e depois do acesso ao benefício. Desta forma, seria possível concluir se os resultados que os alunos obtiveram foram devido ao recebimento do benefício ou se devem a outros fatores não relacionados a este. No estudo de ciências sociais não é possível identificar os mesmos indivíduos em ambas as situações, portanto, torna-se necessário encontrar o grupo semelhante ao grupo que recebe o auxílio. Porém, uma das dificuldades em formar o grupo controle é o denominado viés de seleção, que resulta das diferenças que podem existir entre suas características observáveis e não observáveis do grupo de tratamento. Denomina-se grupo de controle o grupo que não foi submetido à intervenção de uma política pública, mas apresenta características semelhantes ao grupo tratado que é o grupo beneficiário do programa.

O método econométrico utilizado no presente estudo é o *Propensity Score Matching* (PSM), conhecido como o método escore de propensão, sendo este desenvolvido pelos autores Rosenbaum e Rubin (1983) como uma possível solução para viés de seleção. Conforme esses mesmos autores o PSM é uma técnica utilizada para encontrar um grupo similar ao grupo de tratamento com base nas características observáveis dos indivíduos.

De acordo com Ramos (2009), essa metodologia visa comparar as médias no resultado procurado entre grupos que participam e não participam de programas ou política social, para identificar o impacto do tratamento (programa), de forma avaliar as políticas públicas. A técnica do pareamento baseada no escore de propensão considera que a seleção se dá por características observáveis. Essa metodologia pode ser resumida nos seguintes passos:

estima-se a probabilidade de que um indivíduo receba o tratamento; posteriormente, a amostra é dividida em dois grupos, que são denominados grupo tratado e grupo controle, sendo ordenados de forma descendente; depois, para cada indivíduo do grupo de tratamento procura-se um indivíduo do grupo de comparação com similar EP, formando os pares (ROMERO, 2008).

Conforme Smith e Todd (2001), a metodologia PSM, deve apresentar os seguintes critérios: (1) os indivíduos analisados, grupo controle e grupo tratado, devem pertencer às mesmas fontes de dados (ou pelo menos ao mesmo tipo de pesquisa) de forma que as variáveis sejam medidas da mesma forma; (2) Os participantes e não participantes devem pertencer ao mesmo problema de estudo; (3) as bases de dados devem conter um amplo conjunto de variáveis relevantes para modelar a decisão de participar no programa. Se os dados do grupo de comparação falharem em satisfazer esses critérios, o desempenho dos estimadores diminui.

A metodologia escore de propensão tem sido comumente utilizada por vários pesquisadores, um dos trabalhos pioneiros que utilizou essa metodologia foi de Ashenfelter e Card (1985), onde o estudo tinha como propósito analisar os efeitos de um programa de treinamento do governo norte-americano sobre os salários dos participantes. Nesta pesquisa a comparação se deu entre participantes e os que não participaram do treinamento. No trabalho realizado por Dehejia e Wahba (1999) os autores defenderam o uso dessa metodologia que permite estimar com sucesso o impacto do tratamento da Demonstração do Trabalho Nacional Apoiado, um programa de treinamento de mão de obra, sobre os ganhos pós-intervenção.

No que diz respeito à análise do programa de assistência estudantil, vários autores utilizaram a metodologia de escore de propensão para estimar os efeitos desse programa (SACCARO; FRANÇA; JACINTO, 2016; CRUZ, 2018; MACHADO; OLIVEIRA; FREITAS, 2020) já que esta política pública não é realizada de forma aleatória entre os indivíduos elegíveis, sendo que a participação no programa é determinada por características observáveis. A presente pesquisa pretende avaliar os efeitos da política de assistência estudantil com relação às variáveis: evasão, retenção e rendimento acadêmico no curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, Agroecologia do ano de 2019.

Para os autores Rosenbaum e Rubin (1983), a técnica de pareamento de acordo com o escore de propensão tem por finalidade construir pares entre os beneficiários e os não beneficiários de um programa com base na sua probabilidade estimada de participação do programa $P(X)$. Essa metodologia torna-se importante de ser executada quando se tem uma

ampla característica observável que torna difícil determinar sobre que dimensões fazer os pares ou que esquema de pesos utilizar. Ademais, esse método torna-se útil, porque apresenta um esquema de pesos naturais que produz estimadores não enviesados de impacto do tratamento.

O método de escore de propensão é a probabilidade de um indivíduo receber o benefício da AE dada a suas características observáveis. No entanto para melhor explicar esse método, utiliza-se a fórmula abaixo:

$$P(x) = P(D = 1 | X) \quad (1)$$

Onde $D = \{0, 1\}$ é um indicador representativo do grupo do indivíduo, apresentando o valor zero (0) no caso em que o indivíduo não recebe o tratamento e o valor um (1) caso receba, X demonstra as características em comum analisadas definidas pela variável $P(x)$. No entanto ao mencionar sobre as características observáveis é preciso se atentar com relação ao quantitativo que será analisado, pois quanto mais variáveis existirem no grupo de tratamento mais complexo será para encontrar o grupo semelhante ao grupo controle.

Para as variáveis, a expressão utilizada é:

$$Y_i = D_i(Y_i(1)) + (1 - D)Y_i(0) \quad (2)$$

A variável $Y_i = D_i$ indica os resultados potenciais das situações de tratamento. A variável $Y_i(1)$ demonstra o resultado para o indivíduo i submetido ao tratamento e a variável $Y_i(0)$ demonstra o resultado para o indivíduo i não submetido ao tratamento. Desta forma Y_i representa as variáveis: sexo, idade, raça, renda *per capita* familiar, local de moradia e escolaridade dos responsáveis (Quadro 2). Então D_1 representa o indivíduo que recebe o auxílio da assistência estudantil, denominado de indivíduo tratado e D_0 é o indivíduo que não recebe a bolsa, e é denominada de indivíduo controle.

Seja i o índice para a população em consideração, $Y_i(1)$ o valor do resultado quando a unidade i pertence ao tratamento (1), e $Y_i(0)$ o valor da mesma variável quando a unidade pertence ao grupo de controle (0). O efeito do tratamento para o indivíduo i pode ser expresso da seguinte forma:

$$\Delta_i = Y_i(1) - Y_i(0) \quad (3)$$

É possível que haja problemas com relação à heterogeneidade, pois como o pareamento é realizado apenas com características observáveis é possível que haja viés na estimação do efeito dos benefícios. Sendo assim para solucionar este problema será estimado o efeito médio do tratamento sobre os tratados, *Average Treatment Effect on Treated* (ATT) (CALIENDO; KOPEINIG, 2008), que será expresso da seguinte forma:

$$ATT = E(Y_{1i} - Y_{0i} | D_i = 1) \quad (4)$$

Com isso, tem-se que

$$ATT = E(Y_{1i} - Y_{0i} | D_i = 1) = E[Y_{1i} | D_i = 1] - E[Y_{0i} | D_i = 1] \quad (5)$$

Neste trabalho o grupo tratado, ou seja, $D=1$ é formado pelos alunos beneficiados por pelo menos uma modalidade de auxílio estudantil, enquanto o grupo controle é formado pelos alunos que não receberam nenhum auxílio, ou seja, $D=0$. Esses auxílios podem ser: auxílio moradia, auxílio alimentação e auxílio transporte. Conforme Heckman, Ichimura e Todd (1997), são denominados os *status* de tratamento de um indivíduo através de uma variável *Dummy* D , representados por valor igual a 0 ou 1, dados por:

$$\begin{cases} x=0, & \text{se o aluno não recebeu nenhuma modalidade de auxílio} \\ x=1, & \text{se o aluno recebeu pelo menos uma modalidade de auxílio} \end{cases}$$

Além disso, foram criadas outras variáveis categóricas e *dummy*, de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2: Forma funcional das variáveis usadas para estimar o efeito tratamento.

Variável	Categorias/ descrição da variável					
Sexo	0: Masculino			1: Feminino		
Idade	Variável contínua entre 14 a 16					
Procedência escolar	0: Privada			1: Pública		
Raça	1: Branco	2: Preto	3: Pardo	4: Indígena	5: Amarelo	6: Não declarado
Local de origem	1: Muriaé		2: Outras cidades		3: Zona Rural	
Escolaridade dos responsáveis	1: Ensino Fundamental	2: Ensino Médio	3: Ensino Superior	4: Especialização	5: Mestrado	6: Analfabeto

Renda per capita	0: Menos que 1 salário mínimo e meio	1: Mais que 1 salário mínimo e meio
Repetência	0: Aluno possui repetência	1: Aluno não possui repetência
Evasão	0: Aluno evadiu	1: Aluno não evadiu
Rendimento	Variável contínua entre 0 a 10	
Auxílio alimentação	0: Não recebeu	1: Recebeu
Auxílio moradia	0: Não recebeu	1: Recebeu
Auxílio transporte	0: Não recebeu	1: Recebeu

Fonte: Elaborado pela autora.

Essas variáveis foram usadas na estimação dos grupos de propensão e, posteriormente, no cálculo do efeito médio do tratamento. Foram calculados os efeitos de ser beneficiário de pelo menos um auxílio estudantil sobre o rendimento acadêmico, repetência e evasão. O ATT só foi considerado quando o intervalo de suporte comum foi atendido para cada variável explicativa (Quadro 2); o número de blocos resultantes foi suficiente; e se a propriedade de balanceamento foi satisfeita para todos os grupos. Se alguma variável não teve a referida propriedade satisfeita, foi necessária sua exclusão, a inserção de mais variáveis de controle ou a troca da variável de tratamento.

Com os escores de propensão já criados, pôde-se realizar a estimação do efeito do tratamento médio entre os grupos tratado e não tratado, estimando o efeito da participação em algum auxílio estudantil, ou seja, avaliando se ele impacta ou não no rendimento acadêmico, repetência e evasão dos alunos. Vale ressaltar que o valor do *propensity score* está relacionado à probabilidade de recebimento do tratamento (CERULLI, 2015).

O cálculo do efeito médio de tratamento pode ser realizado através da utilização de vários métodos de correspondência. Os métodos usados neste trabalho foram:

Quadro 3: Métodos utilizados no presente trabalho.

Métodos	Descrição
Vizinho mais próximo	É o método mais utilizado. Seleciona uma unidade do grupo de não tratados, com <i>propensity score</i> mais próximo
Estratificação	O balanceamento com as características observáveis é feito em cada bloco existente e atribuição de tratamento é aleatória dentro de um

	mesmo bloco.
Correspondência de raio	É uma variação do método do vizinho mais próximo, que tem como objetivo evitar a combinação com vizinhos ruins. Dessa forma, um limite na distância máxima é imposto, restringindo o tamanho do suporte comum.
Correspondência de Kernel	Cada unidade é combinada com a média ponderada nas unidades de controle, adotando pesos que serão inversamente proporcionais às distâncias verificadas entre as unidades de controle e as tratadas.

Fontes: Cerulli (2015)

A forma de estimar o efeito da AE é através da diferença:

$$E(Y_{i1}|D_i = 1) - E(Y_{i0}|D_i = 0) \quad (6)$$

Este é um estimador com viés da diferença t porque se está aproximando $E(Y_{i1}|D_i = 1)$ com os não beneficiários $E(Y_{i0}|D_i = 0)$. Este viés é conhecido como viés de seleção.

3.6 Bases de dados e indicadores

As variáveis utilizadas no presente estudo estão descritas no Quadro 4 com as respectivas descrições. A coleta documental foi relacionada ao período de 2017 a 2019.

Quadro 4 – Descrição das variáveis

TIPO DE VARIÁVEL / INDICADOR	DESCRIÇÃO
Dependente/ Evasão	<p>É o indicador que possibilita identificar o desempenho da instituição e da permanência dos alunos nos cursos. A forma de obter a evasão é através da concepção de permanência dos discentes, sendo usada a fórmula:</p> $P = \frac{M_n - IG_n}{M_{n-1} - Eg_{n-1}}$ <p>Onde: P = permanência; M_n = matrículas em determinado ano; IG_n = quantidade de novos ingressantes no ano n; M_{n-1} = quantidade de matrículas no ano imediatamente anterior a n; Eg_{n-1} = quantidade de concluintes no ano imediatamente anterior a n.</p> <p>Com isso, a evasão é obtida a partir do complemento da taxa de permanência:</p>

	$E = (1 - P) \times 100$ (SILVA FILHO <i>et al.</i> , 2007; SILVA FILHO; LOBO, 2012)
Dependente/ Retenção escolar	É o indicador relacionado a permanência do discente na instituição. A fórmula para obter a retenção é: $RT_a = \frac{R_a}{M_a}$ Onde: R_a = número de retidos no ano de referência (considerando a duração padrão do curso) M_a = número de matriculados no ano de referência (Forplad, 2016)
Dependente/ Índice de rendimento acadêmico	É o indicador responsável em acompanhar o desempenho acadêmico dos discentes, sendo no cálculo considerado todas as disciplinas obrigatórias e optativas cursadas pelo discentes, definido pela seguinte fórmula: $CR = \frac{\sum(CH \times N)}{\sum CH}$ Onde: CR = Coeficiente de rendimento acadêmico CH = Carga horária da disciplina N = Nota da disciplina Dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), da Coordenação Geral de Assunto e Registros Acadêmicos (CGARA). (IF SUDESTE MG, 2018)
Explicativa/ Sexo	É o indicador responsável por verificar a quantidade de discentes do sexo masculino e do sexo feminino.
Explicativa/Idade	É o indicador responsável por verificar qual a idade dos alunos que recebem o benefício.
Explicativa/Raça	É o indicador responsável por verificar a autodeclaração com relação à cor dos discentes, podendo ser: branco, preto, pardo, amarelo e indígena.
Explicativa/Local de moradia	É o indicativo responsável por verificar o quantitativo de discentes que moram na cidade de Muriaé e nas cidades vizinhas.
Explicativa/ Procedência Escolar	É o indicador responsável por verificar a quantidade de alunos oriundos de escola pública e de escola privada.
Explicativa/ escolaridade dos responsáveis	É indicador que irá analisar o nível da escolaridade dos responsáveis dos discentes que recebem o auxílio.
Explicativa/ Renda per capita da família	É o indicador responsável em verificar a renda per capita familiar de alunos em situação de vulnerabilidade social.
Explicativa/ Recursos destinados para Assistência Estudantil	É um indicador responsável por verificar a quantidade de auxílio disponível e sua proporção para o número de estudante.

Fonte: Elaborado pela autora

3.7 Quanto ao cenário e objeto da pesquisa

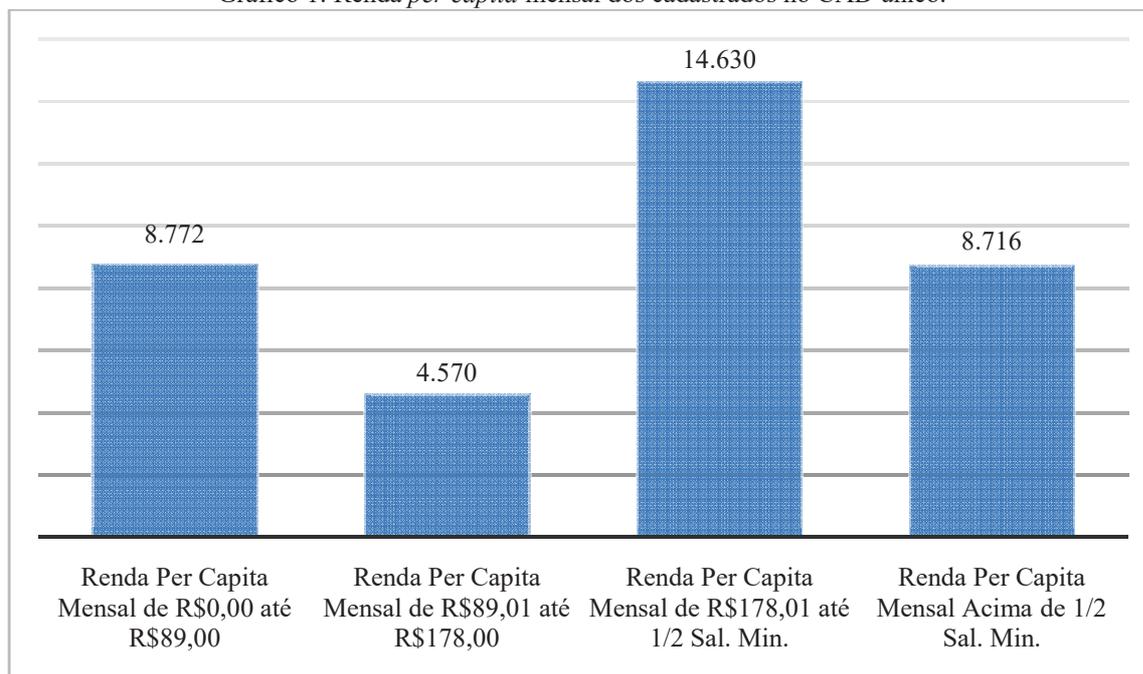
O Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, foi criado em 2008, e integrou, em uma única instituição, o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (CEFET-RP), a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena e o Colégio Técnico Universitário

(CTU) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente possui 10 campi sendo situados na cidade de Barbacena, Bom Sucesso, Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Rio Pomba, Santos Dumont, São João del-Rei e Ubá. A reitoria é situada no município de Juiz de Fora.

A presente pesquisa foi realizada no campus Muriaé, pertencente à mesorregião da Zona da Mata. A cidade está inserida na bacia do rio Paraíba do Sul e o principal curso d'água é o rio Muriaé. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) a estimativa de habitantes para o ano de 2021 foi de 109.997 e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de R\$19.884,40 (IBGE, 2018). Com relação ao último dado a economia da cidade é resultado do setor terciário, que são atividades de comércio de bens e à prestação de serviços, no qual a cidade apresenta uma estrutura bem desenvolvida. Com relação à indústria, Muriaé se destaca no ramo de moda, com confecção de vestuários e acessórios. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,734, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

Conforme os dados extraídos do cadastro único³ da cidade de Muriaé no mês de setembro de 2021 apresentavam 36.688 pessoas cadastradas, o que representa 33,3% da população da cidade e conforme o Gráfico 1 é possível visualizar a renda per capita mensal das pessoas cadastradas.

³ Cadastro Único é a base de dados do governo federal, no qual estão registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa. Mais informações <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>

Gráfico 1: Renda *per capita* mensal dos cadastrados no CAD único.

Fonte: Dados retirados do site <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>.

Com relação à bolsa família, no mês de outubro de 2021, 4.483 famílias receberam o benefício desse programa, sendo 12.646 pessoas diretamente beneficiadas por essa política social, o que representa 11% da população total do município, que sem o programa estariam em condição de extrema pobreza. A cobertura do programa foi de 93% em relação à estimativa de famílias pobres no município.

Com relação ao Instituto Federal o campus apresenta duas unidades. Uma localizada no bairro Sofocó, via BR-116, conhecida como unidade rural, com o funcionamento do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio: Agroecologia e o curso superior em licenciatura em Ciências Biológicas. O imóvel foi doado para o IF Sudeste MG no dia 7 de janeiro de 2020 sendo situado a 6,9km do centro da cidade. A outra unidade é conhecida como unidade barra, situada na Rua Coronel Monteiro de Castro 550, bairro Barra, sendo mais fácil o acesso a este local. Nesta unidade funcionam 02 cursos de Graduação: Bacharelado em Administração e Tecnologia em Design de Moda; oferece também 03 cursos técnicos concomitantes e/ou subsequentes: Técnico em Eletromecânica; Técnico em Secretariado e Técnico em Meio Ambiente, e 03 cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Eletrotécnica, informática e mecânica.

A justificativa da criação do Instituto Federal na cidade Muriaé, está relacionado as várias necessidades, dentre elas: à expansão dos Institutos de forma a ampliar a oferta de

vagas na educação profissional, a manifestação da população por uma instituição federal na cidade, a efetividade do Plano Decenal Municipal de Educação de Muriaé no qual apresenta os objetivos e metas para todos os níveis de educação, a possibilidade de expansão da atuação do CEFET - Rio Pomba, conforme descrito no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a necessidade de profissionais capacitados que atendam a demanda do setor produtivo nas áreas estabelecidas nos resultado de estudos sócio-econômicos.

A definição das áreas de atuação dos cursos da instituição foi determinada através dos indicadores: perfil econômico e social de Muriaé e da microrregião; perfil educacional de Muriaé e da microrregião; e o estudo do mercado de trabalho para traçar as necessidades de mão de obra na região. Neste último indicador foram realizadas duas pesquisas, a saber: a primeira caracterizou as atividades industriais e do setor de serviços nos segmentos pesquisados. Essa caracterização visou identificar a demanda por mão de obra, aspectos relacionados à inovação tecnológica, à gestão da produção e terceirização; e a segunda pesquisa tratou do dimensionamento da mão de obra, através de pesquisa qualitativa.

De acordo com os indicadores descritos anteriormente, foi possível concluir que na cidade de Muriaé apresentam-se quatro grandes eixos produtivos, tais como: produção agroindustrial, produção de moda, produção de peixes ornamentais e cafeicultura.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva da Execução orçamentária da Assistência Estudantil do IF Sudeste MG – campus Muriaé

A assistência estudantil, conforme o relatório de gestão⁴ do ano de 2018 tem como objetivo promover estratégias e ações para viabilizar o processo de construção da cidadania com o intuito de melhorar o desempenho acadêmico, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, sendo assim, é ofertado para os estudantes de baixa condição socioeconômica o auxílio financeiro para que os mesmos possam concluir o seu ensino.

Diante dos objetivos propostos pelo trabalho, foi realizada a análise da execução orçamentária destinada para assistência estudantil do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – campus Muriaé. Sendo assim, essa seção tem como propósito demonstrar o levantamento de informações e dados referentes aos recursos orçamentários da AE no período de 2017 a 2019.

Com relação ao orçamento da assistência estudantil, a partir do ano do Decreto 7.234/2010 o Congresso Nacional tem aprovado o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) com rubrica específica para o PNAES, e quando aprovado, materializa-se na Lei Orçamentária Anual (LOA)⁵. De forma a atender os institutos federais o recurso orçamentário destinado para AE é proveniente da ação 2994, sendo os valores definidos levando em consideração aos indicadores sociais e econômicos do local onde está situada a instituição de ensino e o número de discentes matriculados. De acordo com o mesmo Decreto, no art. 8º:

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes observadas os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

⁴O relatório de Gestão é um instrumento legal para prestação de contas anual para a sociedade e é uma exigência do órgão de controle. Esse documento é fundamental na transparência da gestão pública educacional.

⁵A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo. O Orçamento Brasil é um instrumento que ajuda na transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>.

O recurso do PNAES é repassado às instituições de educação para que possam executar ações que atendem as necessidades dos alunos. Conforme a Tabela 1 é possível verificar o panorama geral do orçamento nacional destinado à ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional, sendo o relatório emitido pela diretoria de orçamento e finança do IF Sudeste MG, através do sistema do Tesouro Gerencial (TG).

Tabela 1: Despesas relacionadas à ação 2994

Ano	Valor destinado para ação 2994 (R\$)
2017	453.256.867,00
2018	454.101.729,00
2019	496.427.875,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Relatório Gerencial produzido no Tesouro Gerencial

Em consonância ao crescimento de recursos destinados para a AE, verifica-se o mesmo resultado no IF Sudeste MG, conforme o relatório emitido através do Tesouro Gerencial (Tabela 2).

Tabela 2: Despesas relacionadas à AE do IF Sudeste MG

Ano	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas /Liquidadas (R\$)	Despesas Pagas (R\$)	Executada (%)
2017	6.979.480,42	6.234.406,16	6.234.406,16	89,3
2018	7.321.446,92	6.629.533,20	6.535.603,20	89,3
2019	7.628.211,26	7.064.342,82	7.064.342,82	92,6

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Relatório do Tesouro Gerencial

Diante das informações contidas na Tabela 2, é possível identificar a execução do orçamento, sendo denominados de empenho, liquidação e pagamento. A primeira etapa, conforme o art. 58 da lei nº 4320/64, conceitua o empenho como “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”. O art. 60 complementa que fica vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

A segunda fase da despesa pública é a liquidação, e conforme o art. 63 da Lei nº 4320/64, essa etapa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. O pagamento é considerado a terceira fase da despesa. Em consonância ao art. 64, se refere à ordem de pagamento e ao

despacho redigido por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga. O pagamento da mesma só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Porém, diante dos dados demonstrados na Tabela 2, é possível identificar que todos os valores das despesas empenhadas são maiores que os valores das despesas liquidadas e pagas. Sendo assim, o IF Sudeste MG, nos três anos, através da média, utilizou 90,4% do valor empenhado, o valor restante retornou para o cofre da união. Essa diferença de valores também foi citada pela autora Alvim (2019) no seu trabalho intitulado como “Estabelecimento de boas práticas na gestão dos recursos de assistência estudantil numa autarquia federal de ensino com base na análise de eficiência”, sendo esse levantamento realizado também no IF Sudeste MG. Segunda a autora:

A organização pesquisada não empenha a totalidade dos recursos orçamentários e que a meta de benefícios concedidos não foi realizada conforme o programado para os últimos anos, indicando que os recursos não aproveitados poderiam ser utilizados para conceder mais benefícios ou até promover reajustes nos valores dos mesmos (ALVIM, 2019, p. 63).

No mesmo trabalho a autora fez um levantamento do recurso orçamentário que não foi empenhado no período de 2013 a 2017, e obteve um total de R\$1.576.572,70, e a mesma exemplificou que se utilizasse esse valor em auxílio na quantia de R\$220,00 no período de 10 meses, poderiam atender 716 alunos, desta forma, a autora presume a necessidade da eficiência da gestão dos recursos orçamentários. Conforme Giacomoni (2010), para o processo de gestão pública ser eficiente, é necessário passar pelo planejamento orçamentário e pela boa execução, pois é no orçamento que estão todas as receitas e despesas orçamentárias que serão realizadas.

Em consonância a esses resultados, na pesquisa de Kowalski (2012), verifica-se a diferença dos valores autorizados e executados, demonstrando a dificuldade ao gerir essa verba, o que pode estar associado tanto ao despreparo da administração, quanto a falta de pessoal qualificado, ou até mesmo pela ausência de planejamento institucional sobre o orçamento corrente, quanto à execução desses num prazo razoável à sua aplicabilidade sem que haja necessidade de retorno aos cofres da União.

Com relação ao valor do recurso destinado para AE (Tabela 2), a partir do ano de 2018, conforme o relatório de gestão desse mesmo ano, dos 3096 alunos avaliados em todos os campi do IF Sudeste MG com perfil para inclusão no programa, 2.444 alunos foram

atendidos. Entretanto, 652 alunos, apesar de terem perfil para atendimento, não conseguiram ser incluídos devido à limitação orçamentária do programa.

O IF Sudeste MG ao receber o recurso da AE advindo do MEC/ SETEC divide o valor entre os campi, conforme a matriz CONIF⁶, considerando o número de alunos matriculados, carga horária do curso, dias de curso, peso do curso e bonificação. Desse modo, cada instituição recebe um determinado valor de forma a atender o programa de AE. De acordo com o relatório retirado do TG (Tabela 3) é possível visualizar as despesas empenhadas, liquidadas e pagas destinadas a este fim no campus Muriaé. De acordo com os resultados os valores recebidos têm sofrido redução, comparando o ano de 2017 e 2019, obteve uma queda de R\$148.314,69.

Tabela 3: Despesas relacionadas à AE do IF Sudeste MG – campus Muriaé

ANO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	DESPESAS PAGAS (R\$)	EXECUTADA(%)
2017	672.950,54	651.462,14	651.462,14	96,8
2018	583.169,18	574.208,74	574.208,74	98,4
2019	548.803,30	503.147,45	503.147,45	91,6
Total	1.804.923,02	1.728.818,33	1.728.818,33	95,6

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Relatório Gerencial produzido no Tesouro Gerencial

Com relação à média dos recursos utilizados na AE o campus obteve 95,6%. Ademais, o ano em que teve menor valor executado foi 2019, tendo retornado para o cofre público R\$45.655,85. Em contrapartida, com relação ao orçamento destinado para o IF Sudeste MG (Tabela 2), o campus Muriaé obteve redução nos valores nos anos de 2018 e 2019, essa restrição pode estar relacionada ao cálculo da matriz CONIF. Entretanto, os valores atribuídos para AE têm reduzido mesmo com os números crescentes de matriculas (Tabela 4). Ao tratar da insuficiência orçamentária, diante de outras pesquisas é possível observar que o PNAES não está sendo suficiente para atender a demanda da instituição (REIS, 2016; FRANÇA, 2018; ALVIM, 2019; ALMEIDA, 2019).

⁶ Matriz CONIF é a Matriz desenvolvida pelo Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF e o Fórum de Planejamento e Administração – FORPLAN, que deve ser aprovada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

Tabela 4: Valores executados, números de matrículas e de auxílios concedidos

Ano	Despesas Pagas (R\$)	Nº de matrículas	Nº de auxílios concedidos
2013	233.222,50	849	168
2014	551.865,97	767	299
2015	461.339,00	709	177
2016	531.217,81	746	288
2017	651.462,14	754	337
2018	574.208,74	832	290
2019	503.147,45	905	-

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados referentes à quantidade de matrículas foram disponibilizados pela Coordenação Geral de Assunto e Registros Acadêmicos (CGARA), porém nesse total não constam os alunos do curso Ensino a Distância (EAD), pois de acordo com a diretriz da AE do IF Sudeste MG, somente terá acesso a esse programa os alunos matriculados e frequentes em cursos presenciais. Os números de auxílios concedidos foram retirados do relatório de gestão no *site* da instituição, porém no ano de 2019 não consta essa informação. De acordo com a Tabela 4, no qual foi exposto do ano de 2013 a 2019, é possível identificar que os números de matrículas têm progredido enquanto o orçamento da AE no período entre 2017 a 2019 têm reduzido, então pressupõem que muitos alunos não estão tendo acesso a AE.

A assistência estudantil do IF Sudeste MG, conforme a diretriz da Portaria-R 660/2015, apresenta dois tipos de programas: o Programa Universal e o Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica. O recurso destinado para o primeiro programa visa atender a alimentação de todos os alunos sem a necessidade de avaliação socioeconômica. Já no segundo programa, o orçamento é destinado ao pagamento de bolsas a alunos que necessitam de recursos financeiros para concluir seu ensino. Conforme a Tabela 5, é possível verificar os valores que são destinados a cada programa no ano de 2017, 2018 e 2019, sendo denominado de Programa 1: Programa Universal e Programa 2: Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica.

Tabela 5: Relatório emitido pelo TG referente aos recursos de cada programa da AE

	2017		2018		2019	
	Valor (R\$)	Equivalente (%)	Valor (R\$)	Equivalente (%)	Valor (R\$)	Equivalente (%)
Programa 1	156.507,00	24	281.482,51	49	357.944,11	71
Programa 2	494.955,14	76	292.726,23	51	145.203,53	29
Total (R\$)	651.462,14	-	574.208,74	-	503.147,64	-

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Diante dos dados da Tabela 5, é possível constatar a redução do número de bolsas destinado para o Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica, visto que no ano de 2017, período de maior oferta de auxílios, foram destinados 76% do valor do recurso da AE para este programa, já no ano de 2019 apenas 29% do recurso foi destinado ao programa citado.

Conforme o Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica, os benefícios concedidos pelo IF Sudeste MG, no geral, são ofertadas na modalidade alimentação, moradia, manutenção, transporte, material didático e uniforme. A diretriz Portaria-R 660/2015 estabelece que cada campus possui autonomia para escolha de qual modalidades, quantidades e valores que serão concedidos, sendo relacionados à necessidade local, e deverá estar previsto no edital publicado por cada campus.

De acordo com os editais de 2017 e 2018 do campus Muriaé, foram concedidos auxílios nas modalidades: manutenção, moradia e transporte, já em 2019 foram ofertadas: alimentação, moradia e transporte. Na Tabela 6 é possível verificar a quantidade de vagas, a duração de cada benefício e os respectivos valores.

Tabela 6: Modalidades referentes ano de 2017, 2018 e 2019

Ano	Modalidades	Quantidade de vagas (edital)	Duração	Valor (R\$)	Total de bolsas atendidas
2017	Manutenção	60	10 meses	300,00	173
	Moradia	10	12 meses	250,00	17
	Transporte	10	10 meses	-	83
2018	Manutenção	10	10 meses	300,00	176
	Moradia	20	12 meses	250,00	18
	Transporte	8	10 meses	-	96
	Alimentação	20	10 meses	80,00	20

2019	Moradia	5	12 meses	250,00	5
	Transporte	8	10 meses	-	11

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Segundo o edital de 2017, o estudante contemplado na modalidade moradia, receberá o atendimento no período de duração do seu curso, podendo haver reavaliação anual ou a qualquer tempo dos pedidos concedidos, objetivando verificar alterações na situação socioeconômica do estudante ou de seu grupo familiar. O auxílio transporte é realizado através do reembolso do valor gasto com transporte coletivo interurbano, intermunicipal ou locado para o deslocamento diário entre sua residência e o campus, o que necessita de todos os meses a comprovação de pagamento para que seja depositado na conta do beneficiário.

De acordo com a Tabela 4, é possível identificar que o quantitativo de auxílios concedidos no ano de 2017 não é a mesmo do total de bolsas atendidas da Tabela 6, tal diferença é pelo fato do edital do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica não apresentar a modalidade alimentação, pois as 74 bolsas dessa modalidade foram destinadas para o programa universal, podendo qualquer aluno requerer sem comprovação de renda. No ano de 2018 os alunos que solicitaram o auxílio transporte passaram a receber esse benefício no período de duração do seu curso. Conforme a Tabela 6 é possível visualizar a previsão de auxílios no edital e o total de bolsas atendidas no decorrer do ano. No campus Muriaé a quantidade de auxílios em 2019 (Tabela 6) foi menor quando comparado aos anos anteriores. Tal redução está relacionada ao corte orçamentário que, por consequência, houve a substituição do auxílio manutenção no valor de R\$300,00 pelo auxílio alimentação no valor de R\$80,00.

De acordo com os dados da pesquisa, é possível identificar que o quantitativo de auxílios previstos nos editais é inferior ao montante de benefícios que são ofertados durante o ano, justificando-se pelo fato do recurso destinado para a AE ser disponibilizado ao campus de forma mensal, sendo depositado 1/12 do valor empenhado. Entretanto, a instituição em estudo opta por disponibilizar a quantidade mínima de vagas no edital, e à medida que orçamento atende esses alunos, o restante é concedido aos inscritos em lista de espera. Diante dos dados coletados, é possível concluir que o valor revestido na política pública de assistência estudantil não tem sido suficiente para atender a demanda do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – campus Muriaé. Ademais, diante do orçamento destinado é preciso

desenvolver uma política de gestão que permita utilizar todo o valor empenhado dentro da própria instituição, de forma a atender mais alunos no programa.

4.2 Análise descritiva do Perfil Socioeconômico

Para estimar os efeitos do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica sobre os índices de evasão, retenção escolar e o índice de rendimento acadêmico dos discentes matriculados no ano de 2019 do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroecologia, do IF Sudeste MG – campus Muriaé, o presente estudo através do método *propensity score matching* (PSM) poderá avaliar se o recebimento de benefícios concedidos para os estudantes considerados vulneráveis cumpre com a finalidade de minimizar os efeitos de evasão, contribui para que os alunos permaneçam na instituição, diminui a retenção e se realmente apresenta algum reflexo no desempenho acadêmico.

A avaliação de uma política pública é um processo essencial para determinar se tal gasto tem atendido a demanda do público alvo a que se destina o programa. No entanto, é preciso avaliar para saber se o programa funciona ou não, se auxilia, quanto ajuda, e até que ponto justifica o seu custo, quem eles atendem e em que medida (COHEN; FRANCO, 1988). No IF Sudeste MG foi publicado uma portaria nº 1360/2017, 05 de dezembro de 2017, instituindo um grupo de trabalho com o objetivo de avaliar o Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no âmbito das diretrizes da AE. Porém, até o momento da presente pesquisa não foi publicado nenhum documento relacionado à avaliação dessa política pública. De acordo com o relatório de gestão (2019) do IF Sudeste MG, foi apresentado como desafio e ações futuras dar prosseguimento às atividades de avaliação de política de AE. Consonante a esse mesmo relatório, foi realizada a avaliação apenas dos editais, tendo como resultado:

Padronização do dispositivo jurídico, atendendo ao disposto no Decreto Nº. 7.234/2010 e legislações pertinentes, nas matérias comuns a todos os campi, evitando as intercorrências; Aprimoramento do instrumento utilizado para as avaliações socioeconômicas, atentando para o compromisso ético-político da profissão com a garantia e efetivação de direitos.

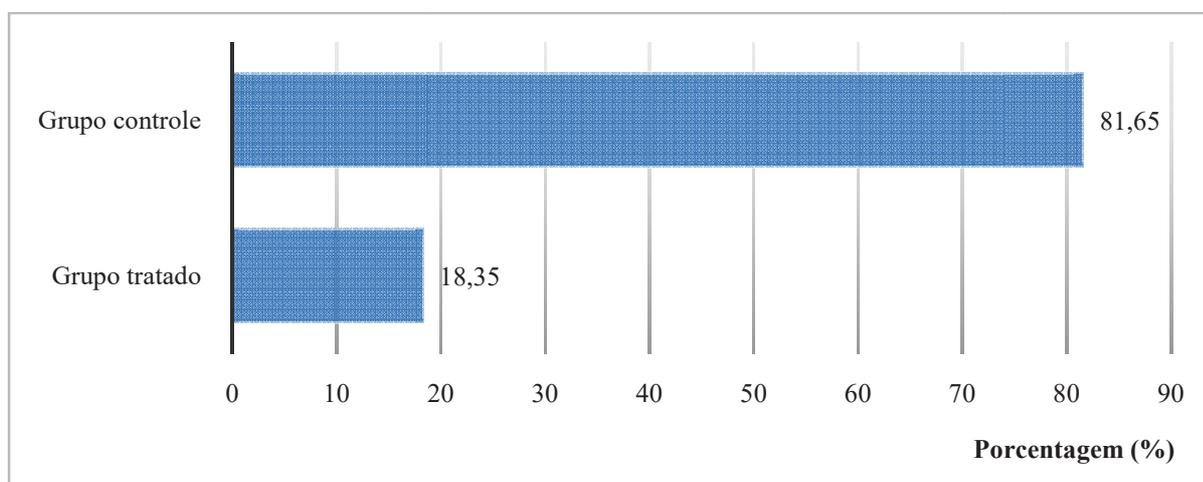
Conforme o último relatório de avaliação emitida pela Controladoria – Geral da União (CGU), referente ao exercício de 2018, foi verificado “que não houve efetividade nas iniciativas programadas pela SESU para correção e melhoria normativa e administrativa do

PNAES, mantendo-se limitado padrão de supervisão e capacidade reduzida de monitoramento da política” (CPU, 2019, p. 3). Seguindo esse mesmo relatório, ao solicitar dados referentes aos beneficiários do PNAES, 20 IFES não forneceram nenhuma informação, o que levanta a hipótese do “controle insuficiente ou inexistente dos dados dos beneficiários; falta de rotinas de atualização do cadastro; ou outro fator dificultador ao acesso a informação” (CPU, 2019, p. 13). Conforme o relatório de gestão (2019), no IF Sudeste MG, o módulo da assistência estudantil foi implementado no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA) apenas em alguns campi, entretanto, o campus Muriaé ainda não apresenta esse módulo ativo, sendo assim, todas as informações referentes à AE não estão informatizadas, dificultando a emissão de importantes relatórios no controle dessa política pública.

Com relação à análise do o perfil socioeconômico dos discentes do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Agroecologia matriculados no ano de 2019, os dados secundários foram obtidos a partir do requerimento de matrícula dos alunos. Posteriormente, tais números foram organizados, agrupados e analisados com ajuda das técnicas de distribuição de frequência (absoluta e relativa), cruzamento de tabelas e medidas de tendência central (média) e dispersão (desvio padrão), através do software STATA e Excel, com objetivo de descrever o perfil dos discentes que receberam ou não um dos auxílios (alimentação, moradia e transporte).

De acordo com o base de dados, observa-se que 81,65% dos estudantes do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Agroecologia matriculados no ano de 2019 não receberam nenhum benefício, por tanto, serão chamados de grupo controle, enquanto que 18,35% receberam algum tipo de benefício e serão denominados de grupo tratado (Gráfico 2). Dentre os beneficiários 7,59% receberam o auxílio alimentação, 3,16% o auxílio moradia e 14,56% o auxílio transporte, enquanto, 74,68% dos alunos não receberam nenhum benefício, vale à pena destacar que um beneficiário pode receber um ou mais auxílios.

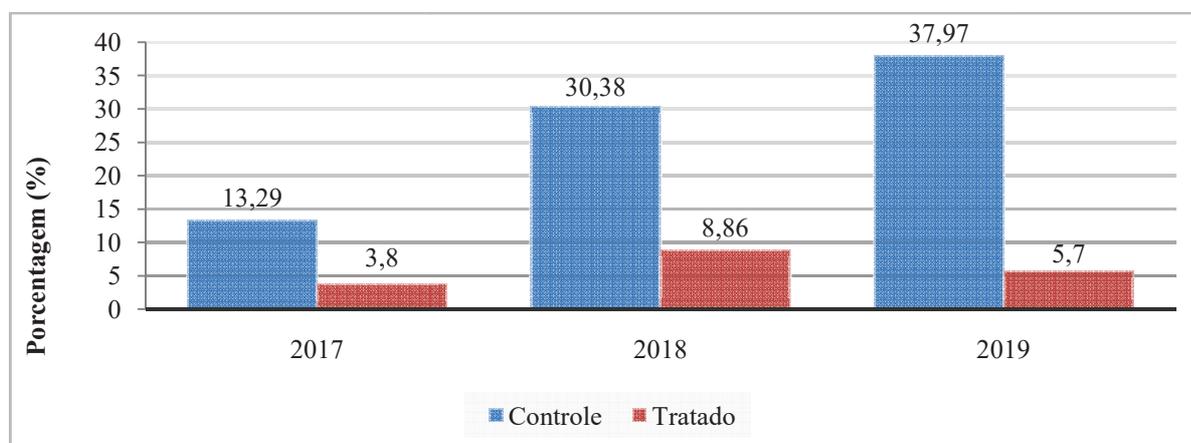
Gráfico 2: Porcentagem referente aos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019



Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo os dados obtidos no SIGAA, no ano de 2019 estavam matriculados 27 (17,09%) alunos no 3º ano do ensino médio, sendo estes ingressantes no ano de 2017, tal que, 3,8% deles receberam pelo menos um dos auxílios e o restante não receberam nenhum benefício (13,29%). Com relação aos alunos ingressantes no ano de 2018, 62 (39,24%) alunos estavam matriculados no ano de 2019, pertencentes ao 2º ano do ensino médio, 30,38% não receberam nenhum auxílio e 8,86% recebeu pelo menos um. Já no ano de 2019, ingressaram 69 (43,67%) discentes, visto que 5,7% deles receberam pelo menos um auxílio e 37,97% nenhum (Gráfico 3).

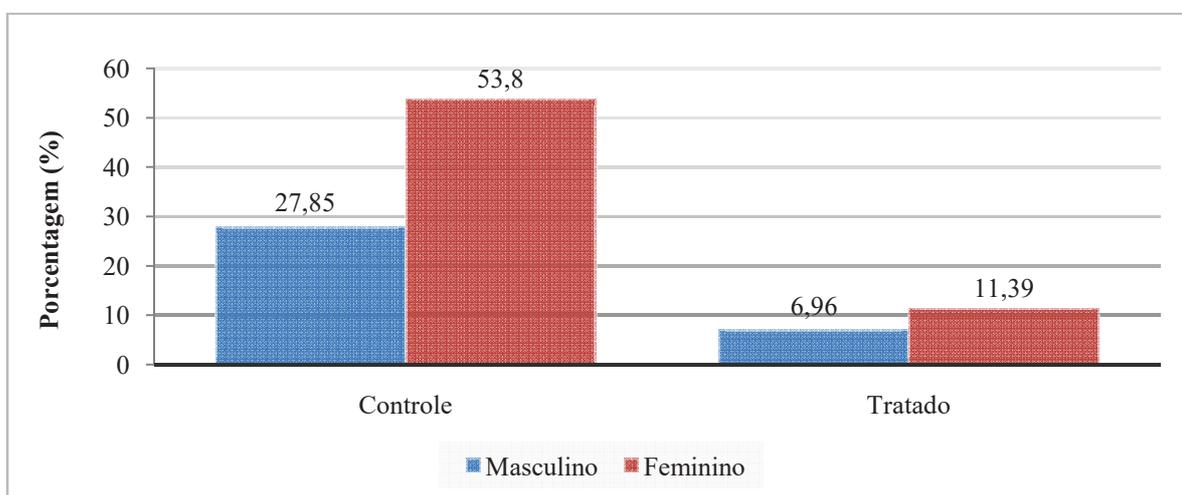
Gráfico 3: Porcentagem de alunos matriculados no ano de 2019, conforme o ano de ingresso.



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o banco de dados, 65,19% (11,39% receberam um dos auxílios e 53,8% não receberam) dos alunos preencheram o requerimento assinalando ser do sexo feminino, o que corresponde a 103 alunas. Enquanto, 34,81% (6,96% receberam um dos auxílios e 27,85% não receberam) correspondem ao sexo masculino, totalizando 55 alunos (Gráfico 4). De modo geral, a proporção de alunos do sexo feminino é maior quando comparada a do sexo masculino. Tal resultado é justificado devido à semelhança dos dados disponibilizado na PNP, sendo que em 2019, no IF Sudeste MG – campus Muriaé, 57,8% dos alunos matriculados são mulheres, enquanto 42,2% são homens.

Gráfico 4: Porcentagem referente ao gênero alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019



Fonte: Dados da pesquisa

Saccaro, França e Jacinto (2016), obtiveram dados semelhantes, tendo em vista que o fato de ter mais beneficiários do sexo feminino justifica-se por ter mais alunas na instituição de ensino, apresentando mais chances de serem contempladas com os benefícios da AE. Conforme RASEAM (2020)⁷ com relação ao quantitativo de mulheres no ensino superior, representa 57,2% dos alunos matriculados nos cursos de graduação presencial e à distância, e de acordo com censo escolar 2020⁸, na educação profissional, com exceção dos alunos com mais de 60 anos, a predominância é do sexo feminino em todas as demais faixas etárias.

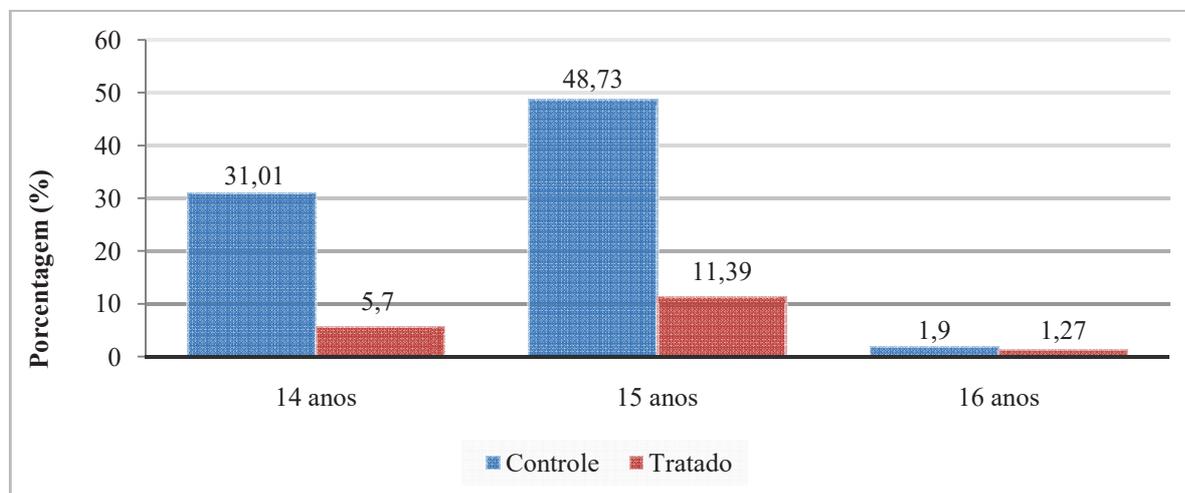
⁷ RASEAM, Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/publicacoes-1/SPMRaseamdigital.pdf>.

⁸ Censo escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira

Em contrapartida, conforme a pesquisa de Reis e Gonçalves (2018) no ano de 2015 e 2016 a maioria dos beneficiários do Instituto Federal de Brasília são do sexo masculino, totalizando 59,3%, enquanto 40,7% são do sexo feminino. A justificativa desse resultado está diretamente relacionada aos cursos ofertados por essa instituição, pois são direcionados para o eixo tecnológico de produção industrial, de controle e processos industriais e de informação e comunicação.

Quanto à idade, de acordo a base de dados, 36,71% (5,7% receberam e 31,01% não receberam um dos auxílios) dos estudantes possuem 14 anos (n=58 alunos). A porcentagem de alunos que possuem 15 anos são 60,13% (n=95 alunos), sendo que 11,39% receberam e 48,73% não receberam um dos auxílios. Já os alunos que possuem 16 anos, correspondem a 3,16% (n=5 alunos), tal que 1,27% receberam e 1,9% não receberam um dos auxílios (Gráfico 5). Dessa maneira, a idade média entre os alunos que receberam e não receberam um dos auxílios são aproximadamente $14,66 \pm 0,54$ anos, o que é compatível com a idade dos alunos matriculados no Ensino Médio no Brasil.

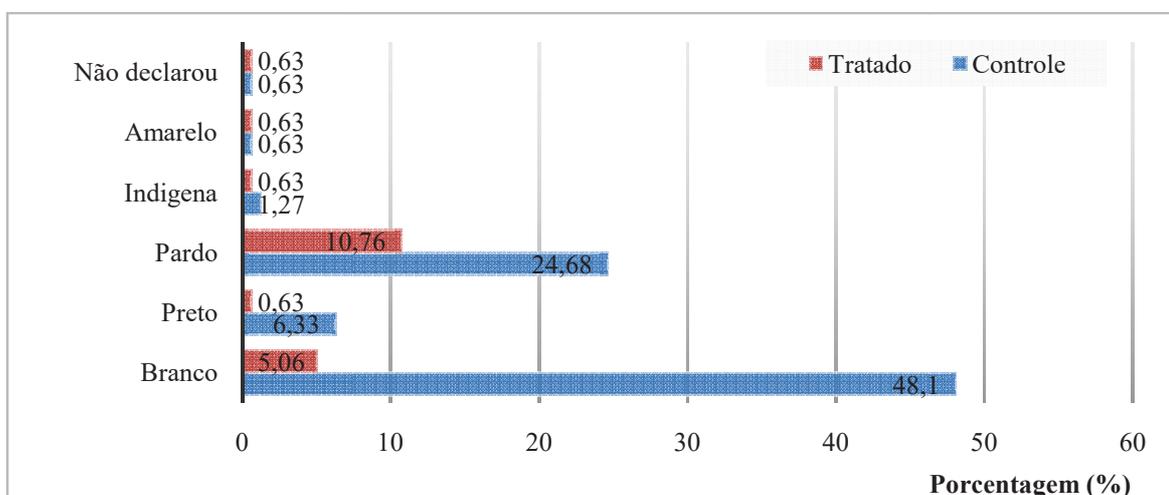
Gráfico 5: Porcentagem das idades dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019.



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o banco de dados, no que se refere à característica étnico-raciais, 53,16% dos alunos assinalaram que se consideram ser da cor branca, 35,44% parda, 6,96% preta, 1,9% indígena, 1,26% amarela e 1,26% não declararam (Gráfico 6). De acordo com a PNP (2019), no IF Sudeste MG – campus Muriaé dentre os alunos que realizaram a autodeclaração racial, 50,27% são brancas, 34,63% são pardas, 10,46% são pretas, 3,34% são amarelas, 1,29% são indígenas e 11,21% não declaram.

Gráfico 6: Porcentagem referente a raça autodeclarada pelos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da maioria dos alunos que não receberam auxílio se autodeclararam brancos ou pretos ($1,80 \pm 1,06$). Enquanto no grupo de alunos que receberam algum dos auxílios pretos e pardos são maioria ($2,62 \pm 1,24$) (Quadro 5). Esses dados são resultantes das várias políticas de inclusão, dentre elas as de ações afirmativas e da expansão dos Institutos Federais. Dentre as ações afirmativas, a Lei das cotas, Lei nº 12.711/2012, estabelece que 50% das vagas são reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Nesse quantitativo de vagas ocorre uma subdivisão, pois a metade é destinada a alunos de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, e a outra metade para estudantes de escolas públicas com renda superior a um salário mínimo e meio. Essa subdivisão possui vagas destinadas para pretos, pardos, indígenas e deficientes físicos, o que possibilitou a ampliação do acesso dessa população à instituição de ensino.

Os dados do IBGE (2019)⁹ comprovam aumento da população parda ou negra no ensino superior com idade entre 18 a 24 anos, em 2016 eram 50,5% e em 2018 passou ser 55,6%, mas ainda é um baixo percentual quando comparado com a população branca. Porém, mesmo com as políticas públicas que ampliam o acesso da população parda e preta na educação, é evidente que ainda existem desigualdades sociais por cor no Brasil, visto que o rendimento médio mensal das pessoas declaradas brancas ocupadas (R\$2.796) foi 73,9%

⁹Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. Dados referentes a notícias da agência IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>

superior ao da população declarada negra ou parda (R\$1.608). Os brancos com nível superior completo ganham por hora 45% a mais do que os pretos ou pardos com o mesmo nível de instrução.

Ao mencionar sobre distribuição de renda, os pretos e pardos representavam 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos, e apenas 27,7% dos 10% da população com os maiores rendimentos (IBGE, 2019).

No que se refere à renda familiar *per capita*, conforme a base de dados, 64,56 % dos alunos (n=102) assinalaram que recebem até um salário mínimo e meio e 35,44 % (n=56) recebem mais que um salário mínimo e meio. No que diz respeito ao decreto 7.324/2010, Art. 5º:

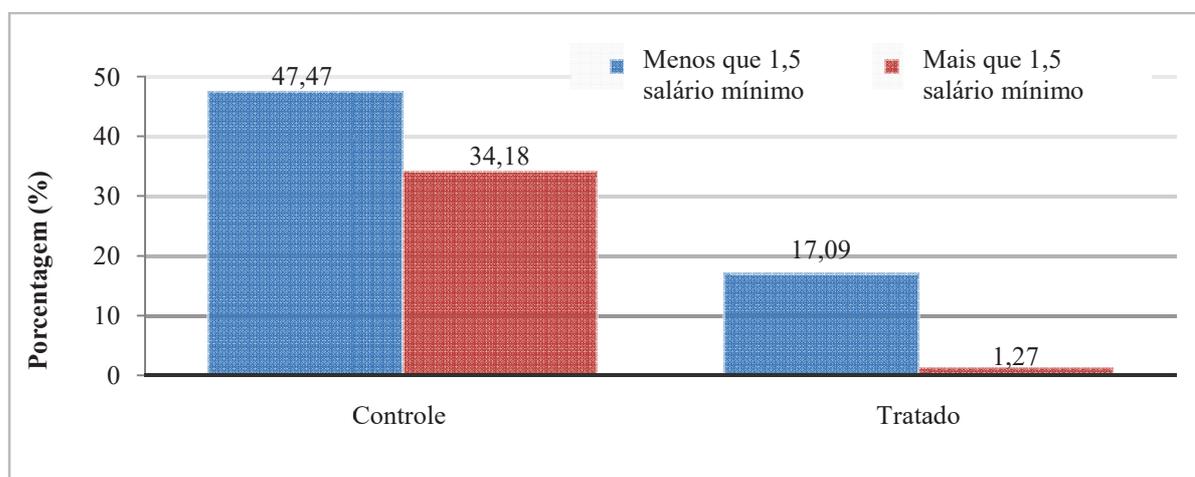
Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

O edital do processo de seleção do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica o público alvo desse programa é:

Estudantes dos cursos presenciais: técnico integrado de nível médio, educação de jovens e adultos na formação técnica integrada de nível médio (PROEJA), técnico de nível médio subsequente ou concomitante e superior, regularmente matriculados com renda per capita mensal familiar de até um salário mínimo e meio, participantes e selecionados pelo Serviço Social através de um estudo socioeconômico.

Ao mencionar sobre o rendimento *per capita* familiar, é realizado o cálculo através do valor total dos rendimentos, chamado de renda bruta familiar, dividido pelo número de integrantes da família. De acordo com o Gráfico 7, 47,47% dos alunos que não recebem o benefício declararam que apresentam renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, esses dados foram retirados do requerimento de matrícula, não sendo preciso comprovação de renda. Sendo assim, diante do preenchimento é possível constatar que esses alunos também poderiam receber o benefício. O não recebimento pode estar relacionado à redução orçamentária no ano 2019 destinado para Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica (Tabela 5), ou pelos alunos não terem realizado a inscrição do edital.

Gráfico 7: Porcentagem referente a renda *per capita* dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019



Fonte: Dados da pesquisa

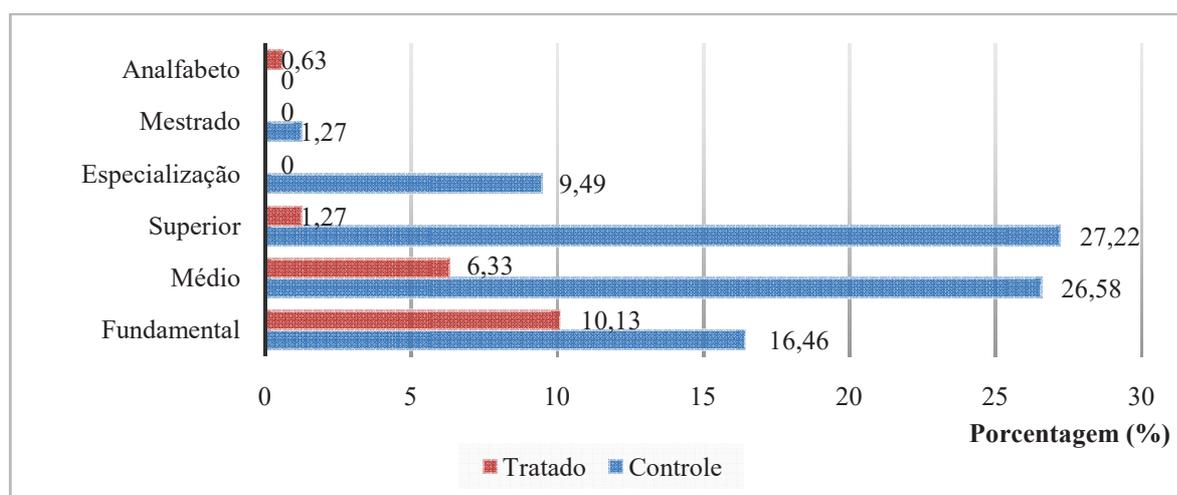
Com relação aos resultados referentes à renda familiar *per capita* dos beneficiários da AE do IF Sudeste MG – campus Muriaé, é possível concluir que a instituição em estudo tem atendido a exigência estabelecida pelo decreto 7.234/2010, atendendo apenas alunos que se enquadram no requisito imposto. Conforme o Gráfico 7, verifica-se que dois alunos (1,27%) beneficiários mencionaram receber mais de um salário mínimo e meio no ato da inscrição, porém são discentes que ingressaram no ano de 2018 e ambos ao participarem do edital da AE do ano de 2019 comprovaram a partir de documentos solicitados no edital que apresentam renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Por outro lado, de acordo com o relatório da CGU (2019) foi observado 9.621 beneficiários com indicativos de renda *per capita* acima do salário limite de 1,5 salários mínimos, o que presume que os benefícios estão sendo pagos a pessoas fora do perfil prioritário de renda per capita requerida para o PNAES.

Ao mencionar sobre a vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com autores Reis e Gonçalves (2018), são encontradas nessa situação cidadãos que não conseguem ter os mesmos direitos e deveres que as demais pessoas, são excluídos e impossibilitado de partilhar dos bens e dos recursos oferecidos pela sociedade, sendo assim, torna-se necessário implementar políticas sociais com perspectiva preventiva e protetiva para minimizar os efeitos da desigualdade social.

Um dos critérios que está diretamente relacionado à renda familiar é a escolaridades dos responsáveis. Desse modo, conforme a análise do requerimento de matrícula foi selecionado o responsável com o maior nível de escolaridade. De forma geral as

mães apresentaram maior nível quando comparado com os pais. De acordo com o gráfico 8, 26,59% (10,13% receberam e 16,46% não receberam um auxílio) possuem o ensino fundamental, 32,91% (6,33% receberam e 26,58% não receberam um auxílio) o ensino médio, 29,11% ensino superior (1,27% receberam e 27,22% não receberam um auxílio), 9,49% especialização, 1,27% mestrado e 0,63% analfabeto.

Gráfico 8: Porcentagem referente a escolaridade dos responsáveis dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019



Fonte: Dados da pesquisa

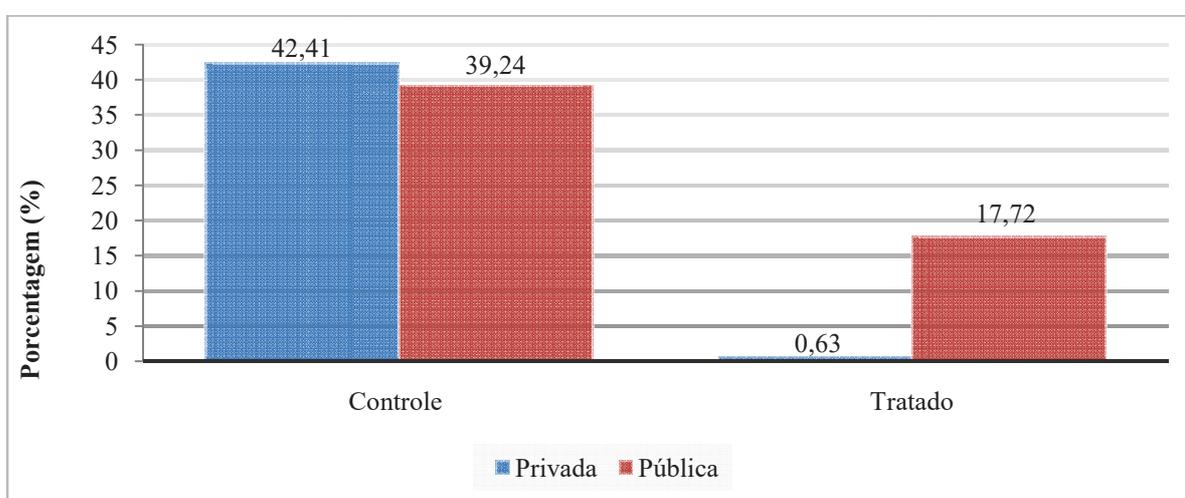
A escolaridade dos responsáveis dos alunos que não foram beneficiados com nenhum tipo de auxílio foi maior, a maioria informou possuir ensino médio e superior (2,40%). Por outro lado, a escolaridade dos pais dos alunos que foram beneficiados foi, em sua maioria, ensino fundamental e médio. Além disso, o nível mais alto de escolaridade foi o de mestrado, constatado entre os pais dos alunos que não receberam auxílio; o mais baixo foi analfabeto, constatado entre os pais dos alunos que receberam auxílio (Quadro 5).

Conforme o Relatório Brasil no PISA (2018)¹⁰ “crianças e jovens cujos pais possuem menor escolaridade, menor nível de renda, são desempregados ou possuem ocupações de baixo prestígio econômico e social são mais propensas a apresentarem piores resultados educacionais, como o aprendizado em sala de aula”. No que diz respeito ao desempenho dos alunos os menores índices estão relacionados aos alunos de escolas públicas (municipais e estaduais).

¹⁰ Coletânea de informações sobre o desempenho dos estudantes de 15 e 16 anos de idade na 7ª edição do Programme for International Student Assessment (PISA) (no Brasil, Programa de Avaliação Internacional de Estudantes), estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com relação ao banco de dados sobre a procedência escolar, pode-se observar pelo Gráfico 9 que 56,96% dos discentes são de escolas públicas, enquanto 43,04% são de redes particulares. De modo geral, é possível observar pelas médias que a maioria dos alunos que não receberam auxílios é de escola particular ($0,48 \pm 0,50$). Enquanto no grupo de alunos que receberam algum dos auxílios tal situação se inverte: quase sua totalidade é proveniente da rede pública de ensino ($0,97 \pm 0,19$) (Quadro 5).

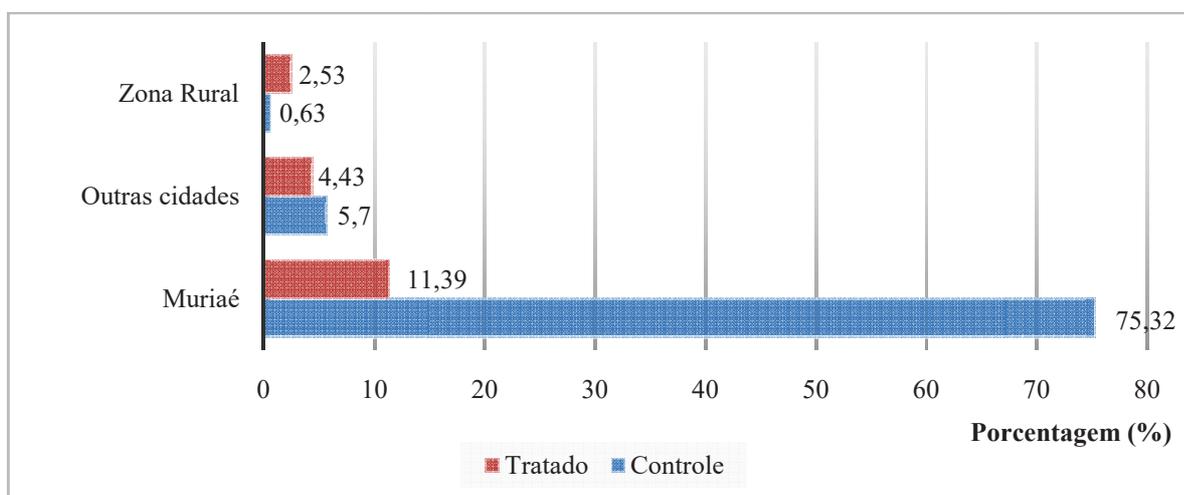
Gráfico 9: Porcentagem da procedência escolar dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019



Fonte: Dados da pesquisa.

No critério relacionado à moradia, 86,71% (n=137) dos estudantes do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Agroecologia assinalaram que residem na cidade de Muriaé, enquanto 10,13% (n=16) são de outras cidades e 3,16% (n=5) da zona rural (Gráfico 10). A maioria que não recebeu auxílio reside na própria cidade de localização do *campus*, ou seja, moram em Muriaé ($1,09 \pm 0,31$). Por conseguinte, a maioria dos alunos que receberam algum dos auxílios reside em outros municípios da região ($1,52 \pm 0,74$). Além disso, a presença de alunos de zonas rurais é muito baixa, o que é discordante com a proposta do curso, que é de ciências agrárias.

Gráfico 10: Porcentagem referente aos locais de moradia alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019



Fonte: Dados da pesquisa.

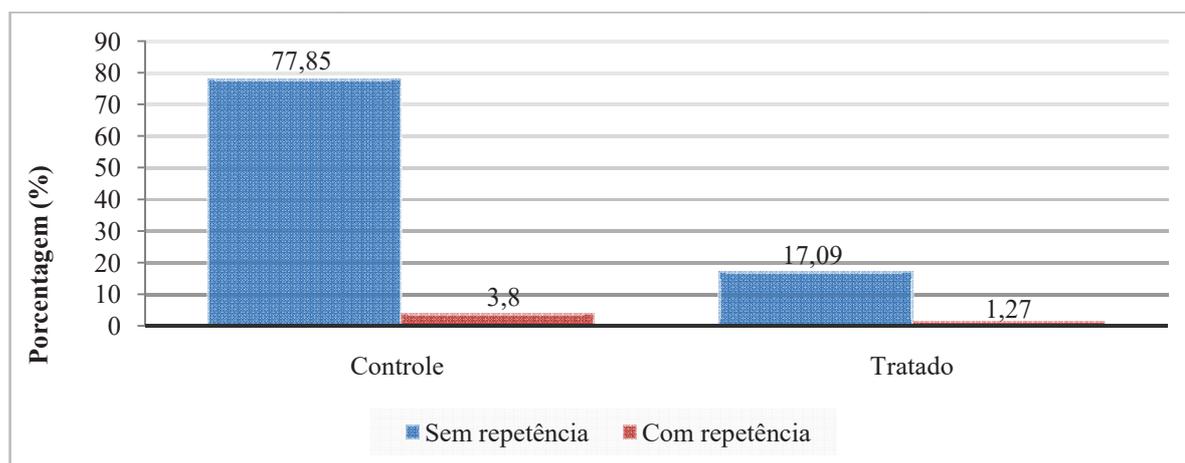
Diante da análise do requerimento de matrícula dos 158 alunos, conclui-se que a Assistência estudantil do IF Sudeste MG – campus Muriaé tem de fato contribuído para a promoção da inclusão social, permitindo que alunos pardos, com renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio, bem como os de pais com baixo nível de escolaridade, possam ter acesso ao auxílio financeiro, visando à permanência desses públicos na instituição de ensino.

A assistência estudantil tem como objetivo contribuir na permanência e êxito dos estudantes, dessa forma a redução da evasão e retenção é um dos critérios que visa diminuir as desigualdades sociais. No entanto, ao analisar a retenção e a evasão dos 158 alunos, a partir do Gráfico 11, pode-se observar que 17,09% dos que receberam pelo menos um auxílio não apresentaram repetências durante a trajetória escolar, por outro lado, 1,27% obtiveram repetências. Também se pode observar que 77,85% dos estudantes que não receberam auxílio não tiveram repetência, enquanto, 3,8% deles apresentaram. Sendo assim, o número de repetências na trajetória escolar é levemente maior entre os alunos que receberam algum tipo de auxílio ($0,07 \pm 0,26$), em comparação aos que não receberam ($0,05 \pm 0,19$).

O mesmo resultado ocorre com o rendimento acadêmico, em que foram obtidas médias de $6,86 \pm 2,37$ e $6,68 \pm 2,36$ para alunos que não receberam e que receberam auxílio, respectivamente (Quadro 5). Essa diferença conforme Cruz (2018) não precisa estar diretamente relacionada ao recebimento do benefício, pode ser devido ao perfil dos alunos, suas características e história de vida dentre outros fatores. No entanto, é importante realizar o

método de pareamento de indivíduos com características observáveis de forma a reduzir o viés da análise.

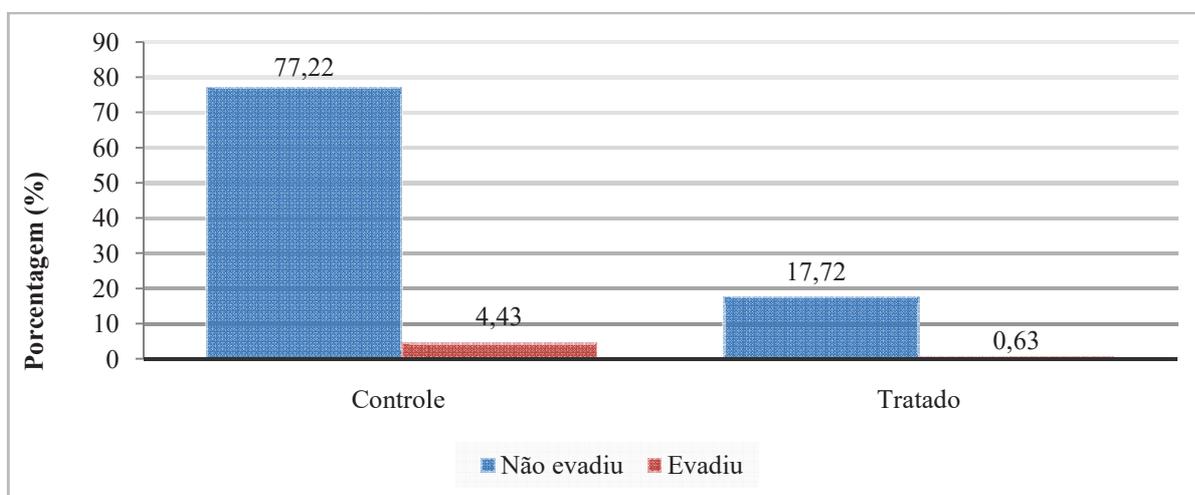
Gráfico 11: Quantitativo referente ao número de repetências dos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019



Fonte: Dados da pesquisa.

Pelo Gráfico 12, percebe-se que 5,06% (0,63% receberam e 4,43% não receberam auxílio) dos alunos cometeram evasão, enquanto, 94,94% (17,72% receberam e 77,22% não receberam um auxílio) não evadiu. Logo, a evasão de alunos que não receberam auxílios é levemente menor ($0,03 \pm 0,19$), em comparação com aqueles que receberam ($0,05 \pm 0,23$). No entanto, vale destacar que, como apontado em várias literaturas, a evasão não está relacionada somente à questões financeiras, mas também a uma diversidade de situações, tais como: dificuldade de adaptação escolar, decepção com o mercado de trabalho, dificuldade de aprendizado, baixo preparo escolar anterior ao ingresso, falta de conhecimento, desmotivação com o curso e com as disciplinas técnicas, falta de apoio familiar e dentre outras possibilidades (BARDAGI, 2007; COSTA, 2010; SALES JUNIOR *et al.*, 2016; FRANÇA, 2018).

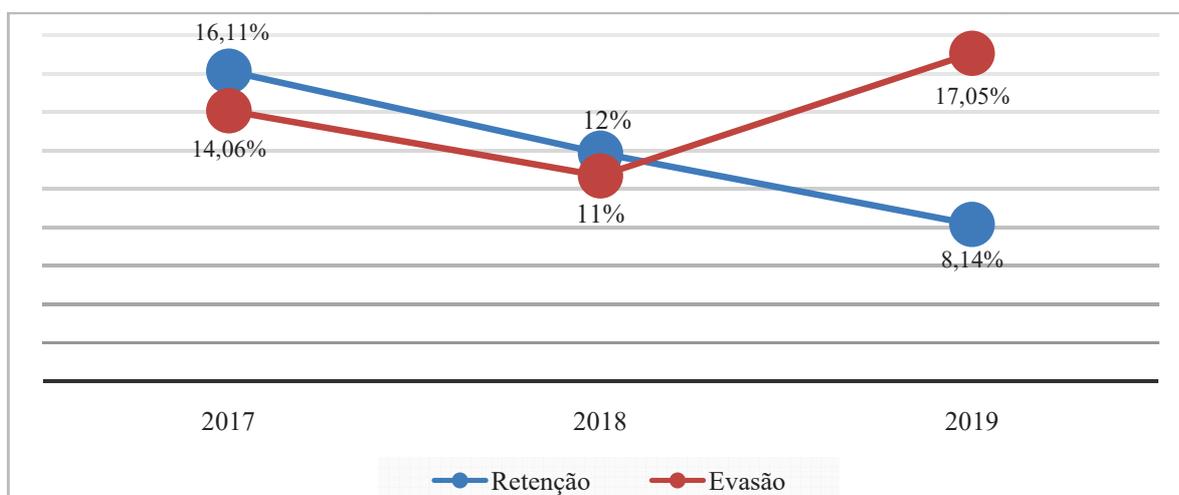
Gráfico 12: Quantitativo referente à evasão dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos estudantes em Baixa Condição Socioeconômica no ano de 2019



Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação aos índices de evasão e retenção na PNP na modalidade de educação presencial, no IF Sudeste MG – campus Muriaé, é possível identificar nos anos de 2017, 2018 e 2019 que, com o passar dos anos, os índices de retenção tiveram uma redução significativa, já a evasão apresentou redução entre 2017 e 2018, e ocorreu um aumento expressivo em 2019. Consonante aos dados referentes à situação de matrícula observa-se nos relatórios que os alunos retidos estão no somatório dos alunos que estão em curso, e os alunos evadidos são aqueles discentes que abandonaram, desligaram ou transferiram de instituição.

Gráfico 13: Índice de Evasão e retenção no IF Sudeste MG – campus Muriaé



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Quadro 5: Estatísticas descritivas dos alunos beneficiários e não beneficiários do Programa de Atendimento aos estudantes em Baixa Condição Socioeconômica.

Variável	Média		Desvio Padrão		Mínimo		Máximo	
	Não participou	Participou						
Sexo	0.66	0.62	0.48	0.49	0	0	1	1
Idade	14.64	14.76	0.53	0.58	14	14	16	16
Procedência	0.48	0.97	0.50	0.19	0	0	1	1
Raça	1.80	2.62	1.06	1.24	1	1	6	6
Origem	1.09	1.52	0.31	0.74	1	1	3	3
Esc. país	2.40	1.66	1.01	1.04	0	1	5	6
Renda	0.42	0.07	0.50	0.26	0	0	1	1
Repetência	0.05	0.07	0.21	0.26	0	0	1	1
Evasão	0.05	0.03	0.23	0.19	0	0	1	1
Rendimento	6.86	6.68	2.37	2.36	0	0	8.9	8.62

Fonte: Elaborado pela autora

4.3 Resultados do *Propensity Score Matching* (PSM)

Os resultados abaixo demonstram os valores obtidos pós-pareamento, a partir dos quatro métodos analisados (vizinho mais próximo, estratificação, correspondência de raio e Kernel), em termos de rendimento, repetência e evasão. Essa forma de análise foi escolhida com intuito de verificar a robustez do efeito, ou seja, foram testados diferentes métodos para corroborar a convergência entre os resultados obtidos. Para as três análises os coeficientes estavam dentro da região de suporte comum: 0.03171577; 0.97383942 para rendimento; 0.03588402; 0.96744867 para repetência e 0.03234945; 0.97566901 para evasão. Além disso, o número final de 5 blocos e o atendimento da propriedade de balanceamento foi atendida para todas as três análises.

4.3.1. Efeito tratamento sobre o rendimento acadêmico

De acordo com os resultados, verificou-se por diferentes formas de pareamento que o efeito médio de ser beneficiário de pelo menos uma modalidade de auxílio sobre o rendimento acadêmico foi superior em cerca de 0,40 pontos em média (Quadro 6). Esse valor foi robusto, visto que apenas o método de correspondência de raio foi negativo. Isso

provavelmente ocorreu pelo alto valor de erro padrão, ou seja, pela grande diferença entre a média amostral e a média populacional. Diante do resultado é possível afirmar o efeito positivo da AE no recebimento do benefício com relação ao rendimento acadêmico. Tal resultado também foi encontrado em outras literaturas, visto que, mesmo sendo realizada em outras instituições, a semelhança também foi ao encontro de Cruz (2018) e Machado, Oliveira e Freitas (2020). Dessa forma, a concessão do benefício gera incentivo aos beneficiários para desempenhar as suas atividades.

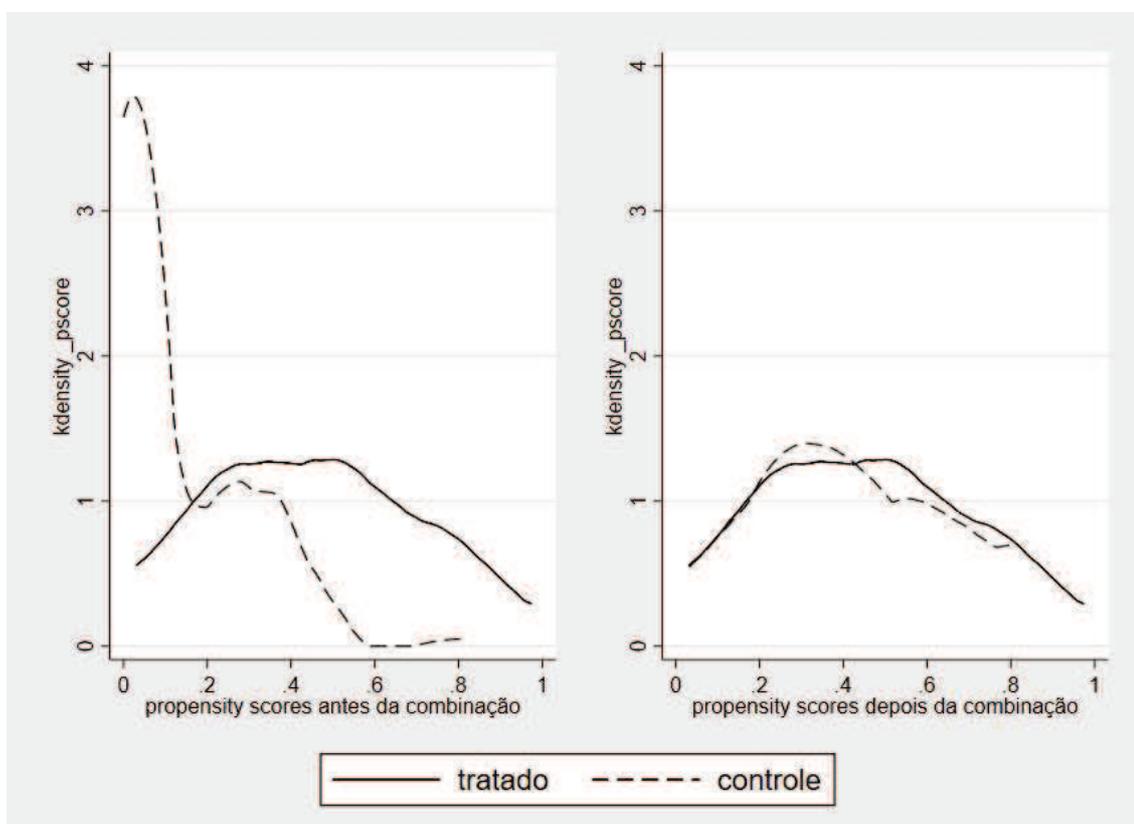
Quadro 6: Resultados do rendimento com a aplicação do PSM, estimado por vários métodos

	Método	Nº de tratados	Nº controle	Erro padrão	ATT
Rendimento Acadêmico	Vizinho mais próximo	29	18	0.960	1.522
	Estratificação	23	75	-	0.479
	Correspondência de raio	3	4	2.449	-2.291
	Kernel	29	69	1.266	1.538

Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir, a redução do viés de análise é mostrada de forma gráfica (Gráfico 14). O gráfico da esquerda mostra a curva de tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), antes do pareamento. A diferença entre as curvas representa o viés da estimativa. O gráfico da direita mostra a curva de tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), após o pareamento.

Gráfico 14: Curva de densidade de Kernel para o rendimento dos tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), antes e após o pareamento



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico da direita deixa evidente que ao parear os indivíduos há uma redução considerável de viés na análise. Além disso, pode-se observar a semelhança entre os grupos.

4.3.2 Efeito tratamento sobre a repetência

Por outro lado, o efeito de ser beneficiário de pelo menos uma modalidade de auxílio sobre a repetência não ficou claro, isto é, não foi robusto, uma vez que o método do vizinho mais próximo e Kernel deram positivos, assim dizendo, ser beneficiário aumenta a repetência, enquanto os métodos de correspondência de raio e estratificação deram negativos, ou seja, ser beneficiário reduz a repetência.

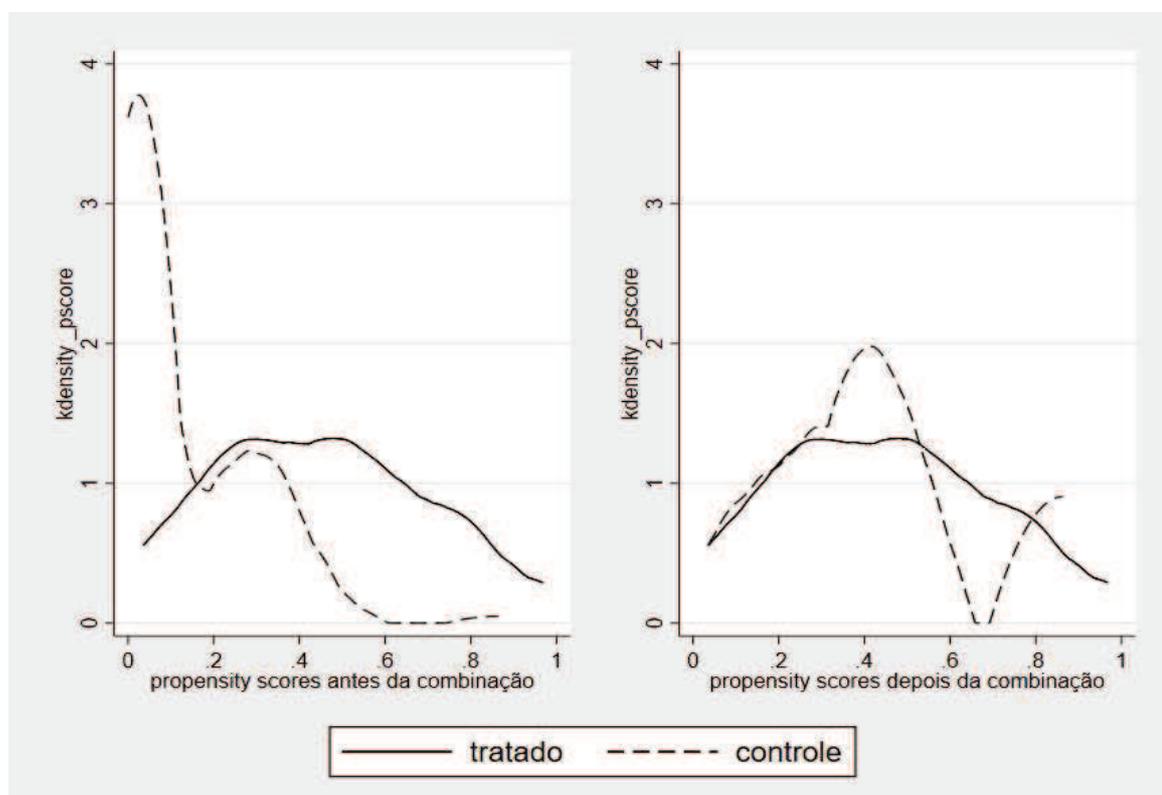
Quadro 7 - Resultados da repetência com a aplicação do PSM, estimado por vários métodos.

	Método	Nº de tratados	Nº controle	Erro padrão	ATT
Repetência	Vizinho mais próximo	29	27	0.074	0.034
	Estratificação	22	72	-	-0.008
	Correspondência de raio	10	19	0.055	-0.048
	Kernel	29	65	0.057	0.024

Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir, a redução do viés de análise é mostrada de forma gráfica (Gráfico 15). O gráfico da esquerda mostra a curva de tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), antes do pareamento. A diferença entre as curvas representa o viés da estimativa. O gráfico da direita mostra a curva de tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados) após o pareamento. O gráfico da direita deixa evidente que ao parear os indivíduos há uma redução de viés na análise. Embora, comparando os grupos, existam algumas regiões com diferenças visíveis entre os grupos.

Gráfico 15 - Curva de densidade de Kernel para repetência dos tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), antes e após o pareamento.



Fonte: Elaborado pela autora

Com relação a esse índice, segundo os autores Costa e Gouveia (2018) a repetência dos discentes está relacionada a sete fatores, tais como: preparação acadêmica, integração acadêmica, integração social, compromisso com o objetivo, ambiente e característica demográfica. No que diz respeito à preparação acadêmica, conforme Bean (1980) ela é importante, pois essa preparação pode influenciar diretamente no sucesso do aluno durante a sua trajetória escolar. Com relação ao ambiente, os autores Costa e Gouveia (2018) mencionam que a finança, trabalho e família estão diretamente relacionados com a repetência. O fator financeiro tem grande impacto no sucesso dos estudantes.

De acordo com o autor Jimerson (2001), a repetência escolar não contribui para melhor aprendizagem em anos subsequentes, aumenta a chance de abandono e diminui a autoestima. O autor ainda afirma que ao invés de priorizar o questionamento de reter ou não o aluno, é preciso que os profissionais de educação implementem estratégias de intervenções para facilitar o desempenho do mesmo.

4.3.3 Efeito tratamento sobre a evasão

Os resultados mostram que o efeito médio de ser beneficiário de pelo menos uma modalidade de auxílio reduz a evasão em cerca de 0,20 vezes, no mínimo. Esse valor foi robusto, visto que, apenas o método de correspondência de raio foi positivo.

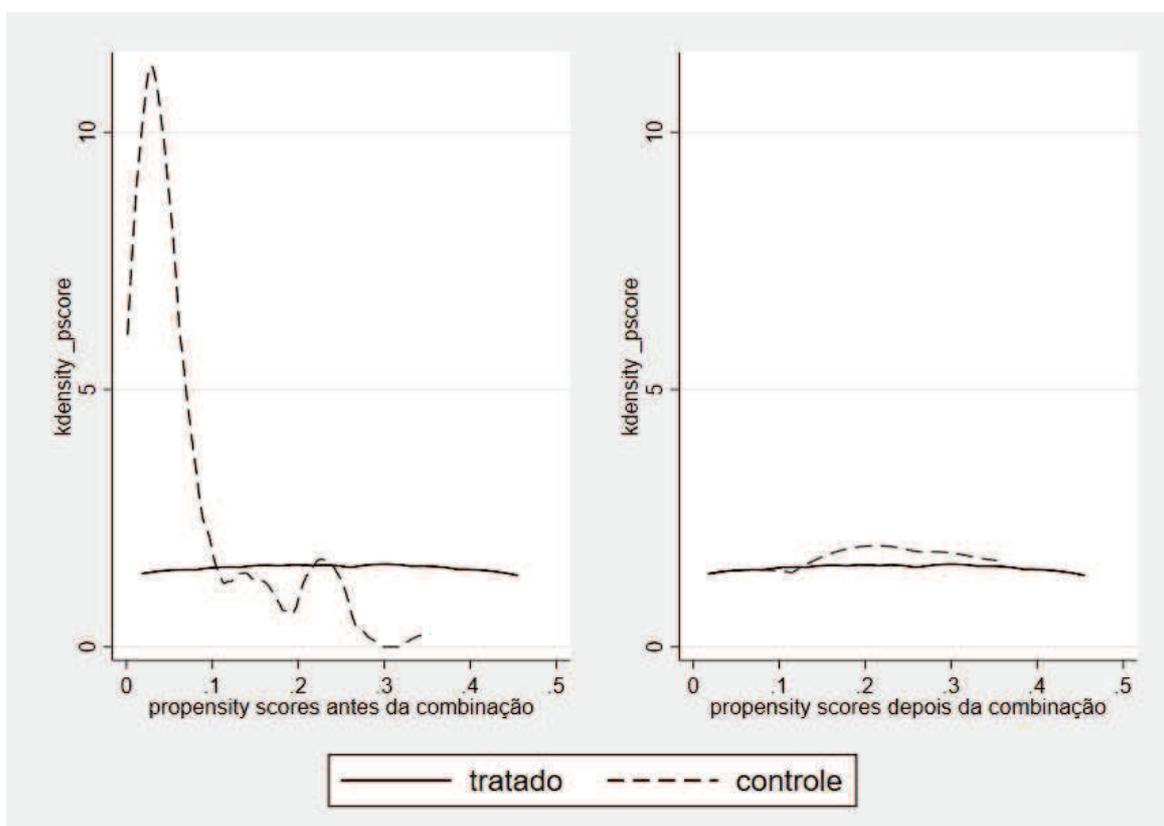
Quadro 8 - Resultados da evasão com a aplicação do PSM, estimado por vários métodos.

	Método	Nº de tratados	Nº controle	Erro padrão	ATT
Evasão	Vizinho mais próximo	29	29	0.077	-0.310
	Estratificação	26	71	-	-0.243
	Correspondência de raio	12	21	0.097	0.040
	Kernel	29	68	0.172	-0.300

Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir, a redução do viés de análise é mostrada de forma gráfica (Gráfico 16). O gráfico da esquerda mostra a curva de tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), antes do pareamento. A diferença entre as curvas representa o viés da estimativa. O gráfico da direita mostra a curva de tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), após o pareamento. O gráfico da direita deixa evidente que ao parear os indivíduos há uma redução de viés na análise. Embora, comparando os grupos, existe uma porção central com diferenças visíveis entre ambos.

Gráfico 16 - Curva de densidade de Kernel para evasão dos tratados (estudantes beneficiados) e controle (não beneficiados), antes e após o pareamento.



Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o relatório de gestão (2019), o combate à evasão tem como propósito reduzir as desigualdades sociais e atendendo esse quesito. O Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica tem cumprido com o seu papel e objetivo, que é contribuir com a permanência e êxito dos estudantes. Sendo assim, dentre os alunos atendidos pelo programa, o índice de evasão foi de 3% (86 em 2775 alunos atendidos).

Entretanto, concordante à pesquisa de Pereira e Passos (2017), no IFPI- campus Terezinha Central, o índice de evasão dos alunos beneficiários da AE no ano da implementação dessa política pública teve uma redução de 77,8%, sugerindo que a Política Institucional de Assistência Estudantil (POLAE) contribuiu para diminuição desse índice.

De acordo com o trabalho de França (2018), o índice de evasão no IFNMG-campus Almenara não está diretamente relacionado às situações internas, pois os fatores externos tais como: ser beneficiários de programas sociais, local de moradia, renda *per capita* familiar e ser beneficiário da AE influencia nesse número. Nesse quesito, conforme a sua pesquisa, através do teste de Hausman, um aluno que é beneficiário de algum programa social

possui cerca de 34% de chance de evadir devido a vulnerabilidade socioeconômica, já os alunos que residem longe da instituição têm chance de 28% devido às dificuldade de locomoção. Com relação à renda *per capita* familiar, o aluno que possui renda inferior a um salário mínimo aumenta a chance de 40% de evadir, enquanto o fato do aluno ser beneficiário da AE reduz a evasão escolar em 22%.

Na literatura internacional, no que diz respeito à concessão de recursos financeiros para os alunos vulneráveis socioeconomicamente, o programa influencia diretamente na probabilidade deles continuarem na instituição, impacta no sucesso educacional e também melhoram o índice de retenção do discente (MURDOCK, 1989).

A ajuda financeira impacta na decisão de não sair da instituição de ensino, conforme John (2004), esse suporte melhora o envolvimento com estudo, e de acordo com Gross, Hossler e Ziskin (2017) o auxílio institucional tem impacto positivo na persistência do aluno na instituição de ensino.

Em contrapartida, na pesquisa de Bratti (2007) realizada com jovens de 16 anos da Inglaterra e do País de Gales, usando dados de 1970, concluiu-se que a evasão está pouco relacionada com a renda familiar, e que as principais variáveis possíveis responsáveis pelo abandono escolar são a escolaridade dos pais e o interesse dos mesmos pela educação do jovem.

No estudo de Saccaro, França e Jacinto (2016), a bolsa permanência para os alunos que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica houve redução do índice de evasão, para os autores a conclusão do ensino trará impacto positivo na vida do aluno como, por exemplo, o aumento salarial durante a vida produtiva. Sendo assim, com a redução da taxa de evasão, tende aumentar a quantidade de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do questionamento sobre a política pública de assistência estudantil no IF Sudeste MG – campus Muriaé, esta pesquisa propôs avaliar os efeitos do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica da instituição sobre a evasão escolar, retenção e índice de rendimento no ano 2019 dos discentes matriculados no curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroecologia. Desse modo, para atender a essa proposta, foi preciso realizar uma pesquisa em torno da AE no local de estudo.

A partir dessa dissertação constatou-se que o PNAES tem papel preponderante na permanência dos alunos na instituição de ensino, possibilitando minimizar as diferenças socioeconômicas e desigualdades sociais.

De acordo com o objetivo relacionado à execução orçamentária destinada para AE do IF Sudeste MG, a partir da pesquisa foi possível concluir que o recurso atribuído a essa política pública não é suficiente para atender a demanda, visto que o número de matrícula tem aumentado enquanto o valor destinado para o PNAES tem diminuído. Nesse quantitativo de matrícula é possível presumir que muitos alunos não têm acesso ao programa, visto que o processo seletivo possui como diretriz a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, denominada Lei de Cotas. Dentre as vagas ofertadas, 50% são previstas para alunos de escola pública, e nesse montante 50% são destinadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos *per capita*, sendo esses discentes o público alvo da AE. Observa-se, portanto, que a ampliação ao acesso é de extrema importância, porém é preciso ao mesmo tempo ações que visam à permanência dos alunos de baixa condição socioeconômica nas instituições de ensino.

Além da redução do recurso destinado a AE, diante do estudo foi possível constatar diferenças nos valores autorizados e os valores efetivamente executado, dessa forma, torna-se necessário um aprimoramento do processo de planejamento para que todo o recurso possa ser gasto com o programa.

No que diz respeito à AE, tal política visa à equidade de oportunidades de forma que os alunos que apresentam baixa renda possam permanecer e concluir o seu ensino. A AE abrange vários programas, como por exemplo, o programa universal que contempla todos os estudantes matriculados, porém diante da pesquisa é preciso favorecer programas que dão prioridades àqueles carentes, que de fato necessitam dos benefícios. Com aumento de recurso

destinado a esse fim, será possível aumentar os valores dos benefícios, bem como o quantitativo de auxílios para atender mais estudantes.

Com relação à finalidade da AE que é diminuir as desigualdades sociais, através da análise do perfil socioeconômico é possível concluir que o Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica tem atendido prioritariamente discentes que apresentam um histórico de segregação e conflitos, tais dados podem ser comprovados com o quantitativo de alunos beneficiários que se autodeclararam pardos, famílias que sobrevivem com uma renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio e pais com baixo nível de escolaridade.

Para avaliar a AE sobre os indicadores de evasão, retenção e rendimento acadêmico, adotou-se a metodologia de Escore de Propensão, sendo essa metodologia indicada para avaliar políticas públicas, permitindo parear os indivíduos do grupo de tratamento e controle através das características observáveis, reduzindo assim o viés de seleção. De acordo com os resultados é possível concluir que o Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica tem influência nos indicadores de rendimento acadêmico e evasão. Com relação ao rendimento acadêmico, diante do resultado é possível afirmar o efeito positivo da AE no recebimento do benefício, sendo assim, a concessão do auxílio gera incentivo aos beneficiários para que os mesmos possam desempenhar suas atividades. No que concerne ao índice de evasão, a AE também gera efeito positivo, visto que o programa influencia diretamente na probabilidade dos beneficiários continuarem na instituição.

No que diz respeito ao índice de repetência, de acordo com análise do perfil e o método de EP, deduz-se que a AE exerce pouca influência nesse índice, o que torna necessário outros mecanismos tais como desenvolvimento de estratégias institucionais que melhorem o comprometimento e o envolvimento dos jovens nas atividades escolares.

Com relação ao processo de avaliação da AE na instituição em estudo, torna-se necessário desenvolver procedimentos de acompanhamento dessa política, pois é essencial planejar e monitorar o programa para propor melhorias e aperfeiçoá-lo conforme a realidade local. Dentre as melhorias, torna-se necessária à implementação do ícone de AE no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), pois quando todo o processo for informatizado, poderão ser emitidos relatórios essenciais para acompanhar o programa, além de proporcionar acesso à informação de forma eficiente.

Finalmente, acreditamos que os resultados desta pesquisa poderão contribuir para nortear os gestores do IF Sudeste MG – campus Muriaé com relação ao Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica, e salienta-se que ainda são necessários outros estudos aprofundando sobre tal temática, sendo necessário analisar as perspectivas dos beneficiários, a visão dos profissionais e gestores com relação ao programa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mônica Rafaela de. **A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais**: um recorte do semiárido potiguar. 2019. p. 231. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- ALVIM, Ana Cristina Ribeiro. **Estabelecimento de boas práticas na gestão dos recursos de assistência estudantil numa autarquia federal de ensino com base na análise de eficiência**. 2019. p. 200. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda. 2019.
- ANDIFES, Diretório Nacional. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Fórum Nacional de PróReitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília, 2011. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.
- ANDRADE, Ana Maria Jung de e TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017.
- ANTUNES, André. 35 anos de politécnica na saúde. **Revista POLI**: saúde, educação e trabalho. Rio de Janeiro, Ano XII, n. 72, p. - 06-13, ago. 2020.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis, 1937 - 2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- ARTIAGA, Débora Martins. **A articulação do ensino médio com a educação profissional no IF Sudeste MG - Campus Muriaé**. 2015. p. 175. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.
- ASHENFELTER, Orley; CARD, David. Using the Longitudinal Structure of Earnings to Estimate the Effect of Training Programs. **The Review of Economics and Statistics**, v. 67, nº. 4. 1985.
- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (*et. al.*). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BARDAGI, Marúcia Patta. **Evasão e comportamento vocacional de universitários**: Estudos sobre o desenvolvimento de carreira na graduação. 2007. p 242. Tese (Doutorado em Psicologia)- UFRGS, Porto Alegre. 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10762>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BATISTA, Maria do Carmo de Souza. **Políticas de inclusão universitária**: permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí. 2019. p. 399. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1946) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1967) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Brasília: 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jul. 2020

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Brasília. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5493.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**. Brasília: 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. **Expansão da Rede Federal**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.892%2C%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202008.&text=Institui%20a%20Rede%20Federal%20de,Tecnologia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. MEC/Setec. **Concepções diretrizes** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC/Setec, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em:

BRASIL. Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007. Disponível em:

http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. **Portaria normativa nº 18**, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. 15 de outubro de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 12 maio 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Fiscalização de orientação centralizada Rede federal de educação profissional. Relator: José Jorge. Pesquisa de Jurisprudência: **Acórdão nº 506**. 2013. Auditoria operacional. 2013. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/SvIHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d31323530303231&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. O público, o privado e as políticas educacionais. In: OLIVEIRA, Daliale Andrade. DUARTE, Marisa R.T (org.). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

CALIENDO, Marco; KOPEINIG, Sabine. Some Practical Guidance for the Implementation of Propensity Score Matching. **Journal of Economic Surveys**, v. 22, n. 1, p. 31-72, 2008.

CARRARO, Gissele. Monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais: contribuições a partir do referencial teórico metodológico. In: OLIVEIRA, M. de. (Org). **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul: Educus, 2012. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/POLITICAS_PUBLICAS_EDUCS_EBOOK_2.pdf. Acesso em: 15 jul 2020.

CERULLI, Giovanni. **Econometric Evaluation of Socio-Economic Programs: Theory and Applications**. Berlim: Espringer, 2015.

CEJA Mena. La política social mexicana de cara a la pobreza. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. VIII, n. 176, 2004. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/807>. Acesso em: 15 maio 2020.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2007.

COBB, Roger; ROSS, Jennie-Keith; ROSS, Marc Howard. Agenda Building as a Comparative Political Process. **The American Political Science Review**, v. 70, n. 1, p. 126-138, 1976.

COELHO, Amanda Caroline Alves; SANTOS, Carina Amorim Lima Verde; FEITOSA, Igor Gomes de Araújo; SANTANA, Nikaelle de Oliveira. As Políticas Públicas e o Estado. 2017. Disponível em: <https://www.riachaonet.com.br/portal/artigo-as-politicas-publicas-e-o-estado>. Acesso em: 29 jul. 2019.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. La evaluación como instrumento para la eficiencia de los programas de desarrollo social en Derechos Económicos y Desarrollo en América Latina y San José, Costa Rica, Instituto Interamericano de Derecho Humanos. 1991.

CORREIA, T., GONÇALVES, I., & PILE, M. Insucesso Académico no IST. Lisboa: Instituto Superior Técnico. 2003. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1744509-Insucesso-academico-no-ist.html>. Acesso em: 02 jun. 2021.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior**: Uma análise das políticas de assistência estudantil, 2010. p. 203. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- UFRGS, Porto Alegre. 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27499/000764752.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jun. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da colônia à Era Vargas. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Maria Soares e RAGGI, Désirée Gonçalves. Estudo de caso: política de assistência estudantil no IF baiano - campus Teixeira de Freitas. **Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 5, n. 10, Jul./dez. 2016.

CRUZ, Sibelle Cardia Nunes. **Avaliação do Impacto dos Benefícios de Assistência Estudantil sobre o Desempenho Acadêmico**: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. 2018. p. 79. Acesso a programas institucionais e desempenho acadêmico: uma análise para Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 32. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

DEHEJIA, Rajeev H.; WAHBA; Sadek . Causal Effects in Nonexperimental Studies: Reevaluating the Evaluation of Training Programs . **Journal of the American Statistical Association**, Vol. 94, No. 448., pp. 1053-1062, 1999. Disponível em: https://www.uh.edu/~adkugler/Dehejia&Wahba_JASA.pdf. Acesso em: 04 jun. 2021.

DIAS, Ionara Silva Chaves. **Avaliação da política de assistência estudantil**: o auxílio alimentação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – campus Palmas. 2015. p.149. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

DIAS, Reinaldo; MATOS Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

ESTRADA, Adrian Alvarez; RADAELLI, Andressa. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. **Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional**. Araraquara,, n. 16, p. 32-47. 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9359>. Acesso em: 17 out. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **Universidade e Podes: análise crítica e fundamentos históricos 1930-1945**. Rio de Janeiro: Achimé, 1980.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

FERREIRA, Maria Cristina Afonso; SOUZA Maria de Fátima Matos de. A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA. **Revista educação**. Santa Maria, v.44. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34876>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FONAPRACE. Revista Comemorativa 25 Anos : histórias, memórias e múltiplos olhares. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, 2012. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em: 19 maio 2019.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622009000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2020.

FORPLAD, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (2016). Apresentação do Grupo de Trabalho sobre Taxa de Sucesso, Evasão e Retenção nas FES. Disponível em: <http://www.forplad.andifes.org.br/sites/default/files/Painel%20-%20Taxa%20de%20Sucesso,%20Evas%C3%A3o%20e%20Reten%C3%A7%C3%A3o%20nas%20IFES%20-%20UNIFEI%20-%20Braulio%20-%20Vit%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FRANÇA, Dayane Patrícia Cunha. **Determinantes da evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica: uma análise do plano de assistência estudantil no IFNMG campus Almenara no período de 2012 a 2016**. 2018. p.113. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2018. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2000/1/dayane_patricia_cunha_franca.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.

FRANÇA, Dayane Patrícia Cunha; BARROS, Geórgia F.; SILVA, Simão P. da; MAGALHÃES, Antônio de P. A evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e suas relações com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Revista Espacios**: v. 41. 2020. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a20v41n48/a20v41n48p16.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 21. p. 211-260, jun. 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/0>. Acesso em: 12 ago. 2020.

GARCIA, Sandra Regina Oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: Trabalho e Crítica - anuário do GT Trabalho e Educação da ANPEd. São Leopoldo: Unisinos, 2000. Disponível em: https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/sandra_garcia_genese_form_profis.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15ª Edição. São Paulo: Atlas. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro brasileiro indaga edesafia as políticas educacionais. In: **Revista da ABPN**, v. 11, ed.Especial. Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar? p.141-162, 2019.

GROSS, Jacob; HOSSLER, Don e ZISKIN, Mary. Institutional Aid and Student Persistence: An Analysis is of the Effects of Institutional Financial Aid at Public Four-Year Institutions. **NASFAA Journal of Student Financial Aid**, Vol. 37, No. 1, 2007. Disponível em: <https://ir.library.louisville.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1076&context=jsfa>. Acesso em: 04 out. 2021.

HECKMAN, J.; ICHIMURA, H.; TODD, P. Matching as an econometric evaluation estimator: evidence from evaluating a job training program. *Review of Economic Studies*, v. 64: p. 605-654, 1997.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020

HORTA, José Silvério Baia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, s/v, n. 104, jul/out. 1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/713>. Acesso em 29 maio 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama da cidade de Muriaé, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/panorama>. Acesso em: 15 jul. 2020.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Portaria nº 164** de 14 de março de 2011. Diretrizes da assistência estudantil do IF Sudeste MG. Disponível: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/unidades/reitoria/gabinete/outros-documentos/boletins-de-servico/2011/boletim-de-servico-03-2011/view>. Acesso em: 14 maio 2019.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Portaria nº 660** de 22 de junho de 2015. Diretrizes da assistência estudantil do IF Sudeste MG Disponível em: <https://www.bolsaifsudestemg.com.br/wp-content/uploads/2021/01/Portaria-660-2015.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

IF Sudeste MG – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Regulamento acadêmico dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, modalidades:** Presencial e a Distância. 2018. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/unidades/sjdr/diretorias-sistemicas/ensino/coordenacao-geral-de-assistencia-estudantil/publicacoes/regulamento-academico-dos-cursos-tecnicos-rat.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

IF Sudeste MG – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Regulamento acadêmico de graduação.** 2018. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/unidades/reitoria/pro-reitorias/ensino/graduacao/rag-versao-final-2018.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Relatório de gestão de 2011.** Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Relatório de gestão de 2012.** Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Relatório de gestão de 2013.** Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Relatório de gestão de 2014.** Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Relatório de gestão de 2015.** Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Relatório de gestão de 2016**. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Relatório de gestão de 2017**. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Relatório de gestão de 2018**. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

IF Sudeste MG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Relatório de gestão de 2019**. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160 Abr/Jun., 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>. Acesso em: 01 set. 2021.

JESUS, Jacqueline Alves de. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES nos Institutos Federais de Educação: Um estudo de metodologia de implementação IFNMG**. 2016. p. 135. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

JIMERSON, S. R. Meta-analysis of Grade Retention Research: Implications for Practice in the 21st Century. **School Psychology Review**, 30(3), 420–437. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279888141_Meta-analysis_of_Grade_Retention_Research_Implications_for_Practice_in_the_21st_Century. Acesso em: 01 out. 2021.

KOWALSKY, Aline Viero. **Os (des) Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. 2012. p. 180. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n113/n113a05.pdf>. Acesso em: 04 jan 2021.

LIMA, Caroline Costa Nunes, *et al.* **Políticas públicas e educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 199-218, mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/6qh3QvDzgG Tk w6H9xV7trhy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. P. B.. Implementação de Política Pública de Assistência Estudantil nas IFES: a perspectiva da efetividade e suas virtudes. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária. 2016, Peru. **Gestión de La investigación y compromiso social de la universidad**. 2016. p. 16 Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/171277/OK%20-%20101_00365.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 09 set. 2020.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MACHADO, Fernanda Meneghini. Financiamento da assistência estudantil nas universidades federais. **Temporalis**, Brasília, ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/15560#:~:text=Este%20artigo%20tem%20como%20objetivo,da%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil.&text=Partimos%20do%20entendimento%20de%20que,usu%C3%A1rios%20das%20pol%C3%ADticas%20%2D%20os%20trabalhadores>. Acesso em: 12 maio 2020.

MACHADO, Gabriel Costeira; OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de; FREITAS, Tiaraju Alves de. Avaliação do Impacto dos Benefícios de Assistência Estudantil sobre o Desempenho Acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. **Planejamento e políticas públicas**, n. 55, jul./set. 2020.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de Graduação**: A experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. p. 205. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2013.

MAGELA NETO, Othílio. **Quinhentos anos de história do Ensino Técnico no Brasil, de 1500 ao ano 2000**. Belo Horizonte: Centro Federal de educação Tecnológica de Minas Gerais, 2002.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MINCATO, Ramone. Políticas públicas e sociais: uma abordagem crítica e processual. In: OLIVEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro (Orgs). **Políticas públicas**: definições, interlocuções e experiências. Caxias do Sul: Educs, 2012. p. 81-97. Disponível em: http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/livros/POLITICAS_PUBLICAS_EDUCS_EBOOK_2.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

MIRANDA, Emmanuella Aparecida. **Educação e política de cotas: dos intelectuais e do direito**. Curitiba: Appris, 2018.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [S.l.], v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 08 jan 2021.

MURDOCK, Tullisse. Does Financial Aid Really Have an Effect on Student Retention? **Journal of Student Financial Aid**: Vol. 19, Iss1, Article 1. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/chapters/c10101/c10101.pdf>. Acesso em: 04 Out. 2021.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Brasil 2000**: nova divisão de trabalho na educação. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2000.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capita-lista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Eliana Alves de. **Assistência Estudantil**: Percepção dos Estudantes dos Campi I e II do CEFET – MG. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira, PEREIRA Luiz Augusto Caldas, SOBRINHO Moisés Domingos. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas Brasília**. Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>. Acesso em: 12 maio 2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado, Estado - nação e formas de intermediação política. **Lua Nova**, São Paulo, p. 155-185, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00155.pdf>. Acesso em: 17 jan2020.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento; PASSOS, Guiomar de Oliveira Passos. Avaliação da Política de Assistência Estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)- campus Teresina Central. **Caderno de Educação**. n. 57, jul/dez, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/12823/8054>. Acesso em: 11 jun. 2020.

PEREIRA, Ulisséia Ávila, FRANÇA, Magna. Política de educação profissional e de ensino médio no Brasil (1998-2008). In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araujo; FRANÇA Magna (orgs.). **Políticas Educacionais**: contextos e perspectivas de educação brasileira. Brasília: Liber Livros, 2012.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

PINHO, Antônio Sergio Ribeiro. **Análise do programa de assistência estudantil sobre o rendimento escolar dos alunos do Instituto Federal do Ceará – campus Fortaleza**. 2017.

p. 38. Dissertação (Mestrado em Economia Profissional) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. 2013. p. 163. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

RAMOS, Marília. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 32 . jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/11/16>. Acesso em: 25 jan. 2021

RAFAEL, Josiane Aparecida Miranda; MIRANDA, Paula Reis de; CARVALHO, Marcos Pavani de. Análise das contribuições dos Programas de Assistência Estudantil para a formação acadêmica de futuros professores de Matemática. **Acta Scientiae**. v.18, n.2, p. 284-300, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/view/1565/1610>. Acesso em: 15 jun. 2020.

REIS, Elisângela Marcia Cruz dos. **PNAES: uma análise da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília**. 2016. p. 114. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Faculdade de Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2016.

REIS, Elisângela Marcia Cruz dos; GONÇALVES, Andrea de Oliveira. Programa de promoção à permanência: perfil dos discentes do instituto federal de ciência e tecnologia de Brasília. **HOLOS**, [S.l.], v. 3, p. 379-394, set. 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4044>. Acesso em: 02 jun. 2021.

RIBEIRO, Rosana; CACCIAMALI, Maria Cristina. Impactos do Programa Bolsa-Família Sobre os Indicadores Educacionais. **Revista Economia**, Maio/Agosto 2012. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n2p415_446.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.

ROSENBAUM, Paul. R.; RUBIN, Donald. B. **The central role of the propensity score in observational studies for causal effects**. *Biometrika*, Oxford, v. 70, n. 1, p. 41-55, 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2335942>. Acesso em: 20 maio 2021.

ROMERO, Julio Alfredo Racchumi. **Utilizando o relacionamento de bases de dados para avaliação de políticas públicas: uma aplicação para o programa bolsa família**. 2008. p. 256. Tese (Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

SALES JUNIOR, Jaime Souza; BRASIL, Gutemberg Hespanha; CARNEIRO, Teresa Cristina Janes, CORASSA Maria Auxiliadora de Carvalho. Fatores Associados à Evasão e Conclusão de Cursos de Graduação Presenciais na UFES. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 24, p. 488-514, set./dez. 2016. Disponível em:

<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1073/pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SANTOS, Kátia Silva. Políticas públicas educacionais no Brasil: tecendo fios. In: XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação/II congresso-ibero-americano de política e administração da educação, São Paulo. **Cadernos ANPAE**. São Paulo, v. 11, 2011. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/56915078/politicas-publicas-educacionais-no-brasil-tecendo-fios>. Acesso em: 25 maio 2020.

SACCARO, Alice; FRANÇA; Marco Tulio Aniceto. JACINTO, Paulo de Andrade. **Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES**. Anais do XLIV Encontro Nacional de Economia [Anais do 44º Encontro Nacional de Economia, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. 2016. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10648/2/Retensao_e_evasao_no_ensino_superior_brasileiro_uma_analise_dos_efeitos_da_bolsa_permanencia_do_PNAES.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. Políticas Públicas: **Conceitos, casos práticos e questões de concurso**. 3.ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SIGNORI, Zenira Maria Malacarne; CAMPANELLI, Rosane Terezinha Back. A escola e a formação do trabalhador: a questão da dualidade estrutural. **Pedagogia em Foco**, Iturama (MG), v. 10, n. 4, p. 156-167, jul./dez. 2015.

SILVA, Allan Gustavo Freire da, *et al.* A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/72132>. Acesso em: 03 maio 2019.

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas Sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politicassociais.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. Esclarecimentos metodológicos sobre os cálculos de evasão. São Paulo: Instituto Lobo, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/bPzoja>. Acesso em: 06 ago 2020.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo, *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

SMITH, Jeffrey A.; TODD, Petra E. Reconciling Conflicting Evidence on the Performance of Propensity-Score Matching Methods. **American Economic Review**, v. 91, n.º, 2001.

SJÖBLOM, G. Problemi e soluzioni in politica. **Revista Italiana diScienzaPolitica**, v. 14, n. 1, p. 41-85, 1984.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 12 maio 2020.

SOUZA, Kellcia Rezende e KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017.

SUEHIRO, Adriana Cristina Boulhoça. Autoconceito e desempenho acadêmico em alunos de psicologia. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 24, n. 44 p. 55-64, jan./mar. 2006.

TERRA, Márcia de Lima Elias (org.). **Políticas públicas e educação**. São Paulo: Person Education do Brasil, 2016.

VASCONCELOS, Natalia B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./ dez. 2010.

ZAGO, N. Do Acesso à Permanência no Ensino Superior: Percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, 11(32), 226-237. 2006.

ST. JOHN, Edward P., et al. The Nexus between College Choice and Persistence. **Research in Higher Education**, vol. 37, no. 2, Springer, 1996, pp. 175–220. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40196172>. Acesso em: 04 out. 2021

